PUBLICIDADE LEGAL

Todeschini S/A Indústria e Comércio

CNPJ 87.547.170/0001-79
NIRE: 43300001431

Assembleia Geral Ordinária - CONVOCAÇÃO: Convocamos os Senhores Acionistas da Todeschini S/A Indústria e Comércio a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sede social, na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, em Bento Gonçalves, RS, no dia 10 de abril de 2023, às 09:30 horas, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; b) Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleição da Diretoria; d) Eleição do Presidente do Conselho Consultivo;e) Fixação da remuneração dos Administradores; f) Instalação, eleição e fixação da remuneração do Conselho Fiscal.

Bento Gonçalves/RS, 29 de março de 2023. **Paulo Farina** - Diretor/Presidente.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ nº 94.813.102/0001-70 NIRE 43300053504

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2023 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Acionistas da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("3tentos" ou "Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia **26 de abril de 2023,** às **10h00**, de modo exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), do art. 5°, §2º, inciso I e art. 28, §§2° e 3, da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital TEN Meetings ("Plataforma Digital"), que será considerada realizada na sua sede social, situada na Avenida Principal, n°187, Distrito Industrial, CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul (RS), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciar as contas dos administradores, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Destinação dos resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixar o número de membros Conselho de Administração da Companhia e eleger os seus membros para o próximo mandato, precedida da validação dos requisitos de independência para os candidatos sob esta condição; e (iv) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovar a atualização da redação do caput do art. 5º do estatuto social da Companhia de modo a refletir os aumentos do capital social da Companhia realizados dentro do limite do seu capital autorizado, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia nas reuniões realizadas em 23 de dezembro de 2022 e 20 de março de 2023; e (ii) Deliberar sobre a consolidação do estatuto social da Companhia, de modo a refletir as alterações propostas no item anterior. **Instruções Gerais: (a) Representação:** Nos termos do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas, por si, ou por seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que optarem por participar da AGOE, diretamente ou por procurador devidamente constituído, deverão encaminhar à Companhia, até o dia **24 de abril de 2023**, os seguintes documentos: **(i)** comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante, **(ii)** se pessoa física, documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração; **(iii)** se pessoa jurídica, cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e documentos comprobatórios da regularidade da representação, bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; e **(iv)** se fundo de investimento, regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto. Quando o Acionista for representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras da Lei n.º 10.406/02. Os documentos relacionados neste item deverão ser encaminhados pelos Acionistas à Companhia, de forma digitalizada, por meio do link: https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=9E78E3ACA95D, sendo dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado. **(b) Participação e votação:** Os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da AGOE por qualquer das formas abaixo: Boletim de voto a distância ("BVD"): os Acionistas poderão, a partir desta data e até o dia 19 de abril de 2023 (inclusive), manifestar suas intenções de voto mediante a entrega do BVD: (i) ao escriturador das ações da Companhia, por meio da Rede de Agências Bradesco; (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos Acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente à Companhia, para o e-mail ri@3tentos.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física para o endereço postal. O Acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na AGOE. Digitalmente: os Acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente por meio do sistema eletrônico de participação à distância na AGOE, até às 10h00 do dia 24 de abril de 2023, com acesso pelo link https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=9E78E3ACA95D. Neste caso, o Acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas. Após envio de todos os documentos comprobatórios de habilitação, o Acionista ou seu procurador, conforme o caso, receberá a confirmação da habilitação para participação na AGOE. Nos termos do art. 6°, §3° da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto e conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual para Participação da AGOE de 2023. **(c) Voto múltiplo:** em atendimento ao disposto no art. 141 da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM n°70, de 22 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 70"), a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para requisição da adoção de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração é de no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. A faculdade para requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser exercida até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGOE. **(d) Informações complementares e documentos relativos à AGOE:** O Manual para Participação dos Acionistas com a Proposta da Administração, o BVD, informações complementares e orientações detalhadas para a participação dos Acionistas estão à disposição na sede da Companhia e nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, https://ri.3tentos.com.br/, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), https://www.gov.br/cvm/pt-br, da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, https://www.b3.com.br/pt_br e no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP. Estão disponíveis nos mesmos endereços, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia deste Edital. **(e) Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@3tentos.com.br ou do telefone (55) 3372-3700. Santa Bárbara do Sul/RS, 27 de março de 2023.

João Marcelo Dumoncel - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Wecom Comércio, Distribuição e Serviços em Tecnologia da Informação S/A

CNPJ 10.663.782/0001-00 - NIRE 43300055841. **Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.** Ficam os senhores acionistas convocados a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 10h00min, na Av. Carlos Gomes nº 446 sala. 401, bairro Boa Vista, na cidade de Porto Alegre (RS) e sob a plataforma digital (google meet), cujo link será encaminhado via e-mail juntamente com a cópia do Balanço Patrimonial publicado, devendo o acionista acusar recebimento e/ou confirmar no respectivo convite sua presença. **Ordem do dia será:** 1. Tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2022; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; 3. Regularização do processo de venda e compra de ações ordinárias nominativas da companhia, de titularidade da acionista ONE MG INVEST LTDA., CNPJ nº 12.813.139/0001-33, pela acionista WSRS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., CNPJ nº 12.557.795/0001-84 em 22/05/2014; 4. Encerramento da filial de São José - SC; 5. Alteração endereço filial Florianópolis - SC; 6. Consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações aprovadas; 7. Assuntos Gerais. Porto Alegre (RS), 27 de março de 2023.

João Luiz Martins de Oliveira - Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

METALÚRGICA HASSMANN S.A.
CNPJ 89.772.065/0001-69 – NIRE 43 3 0001921 7
AVISO AOS ACIONISTAS
A Metalúrgica Hassmann S.A. ("Companhia"), comunica aos seus acionistas que se encontram disponíveis, na sua sede social, situada na cidade de Imigrante-RS, à Av. Ito João Snell, nº 178, Centro - CEP 95.885-000, os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, referidos no artigo 133, da Lei 6.404/76. Imigrante/RS, 28 de março de 2023. Carlos Hassmann - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

LJQQ3

B3 LISTED

Companhia Aberta

CNPJ sob n° 96.418.264/0218-02 | **NIRE n°** 4330002898-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 14:00 horas, no Auditório da Companhia, localizado na Rua Tapajós nº 15, sala 201, cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul ("Auditório"), endereço distinto daquele da sede social da Companhia, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **(i)** Tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório anual da administração, dos pareceres dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia; e **(ii)** Fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023, conforme proposta da administração. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar na Assembleia (incluindo instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto a distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada nesta data pela Companhia. **Instruções Gerais -** Local da Assembleia. A administração esclarece que optou pela realização da Assembleia no Auditório da Companhia, no mesmo município da sua sede, para maior comodidade e conforto de seus acionistas, tendo em vista não possuir um auditório no prédio principal da sua sede. Participação na Assembleia. Nos termos do artigo 6º, §1º da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão enviar e-mail ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia (ri@quero-quero.com.br) até 2 (dois) dias antes da Assembleia (i.e. até o dia 26 de abril de 2023), apresentando os seguintes documentos à Companhia, conforme aplicáveis:

Documentação a ser encaminhada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (1)	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (2)	-	X	X
Regulamento consolidado do fundo (2)	-	-	X

(1) Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

(2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia ainda que não apresentem previamente os documentos acima referidos, bastando que compareçam à Assembleia munidos de tais documentos até a abertura dos trabalhos, conforme o art. 6º, §2º da Resolução CVM n° 81/22. Nesse caso, solicita-se que os acionistas compareçam com antecedência de modo que a conferência dos documentos possa ser realizada em tempo hábil para a sua participação. Os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa, exceto os documentos elaborados em inglês ou espanhol. Ainda, a Companhia informa que não serão exigidos autenticação de cópias, reconhecimento de firma, notarização ou consularização/apostilamento. A Companhia ressalta, que não será necessário o envio físico dos documentos que já tenham sido enviados de maneira eletrônica caso estes tenham sido produzidos e assinados com uso da Infraestrutura de Chaves Públicas brasileira (ICP-Brasil). Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Itaú Unibanco S.A., de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelo do boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia. A Companhia informa que se encontram a disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.quero-quero.com.br/), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 81/22 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre a matéria a ser deliberada deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito, à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia.

Cachoeirinha, 28 de março de 2023.

Flávio Benicio Jansen Ferreira - Presidente do Conselho de Administração

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

TAURUS ARMAS S.A.

Companhia Aberta CNPJ nº 92.781.335/0001-02 NIRE 43300007391

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA - 28 DE ABRIL DE 2023, ÀS 14:00 HORAS

São convocados os senhores acionistas da Taurus Armas S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, n.º 2.181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 28 de abril de 2023, às 14:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Extraordinária**: (i) Deliberar sobre a proposta de substituição do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (*Stock Options*), aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 26 de abril de 2021, e aditado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 19 de abril de 2022, por novo Plano de Outorga de Ações (*Stock Grant*); (ii) Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, para a criação de reserva estatutária; (iii) Deliberar sobre a proposta de atualização do Artigo 5º do Estatuto Social, para refletir o atual valor do capital social da Companhia e a quantidade de ações, de acordo com os aumentos do capital social decorrentes do exercício dos direitos de subscrição e integralização conferidos pelos bônus de subscrição efetivados desde a emissão de tais títulos até 05/10/2022, homologados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 27/01/2022, 04/05/2022, 02/11/2022 e 14/12/2022; e (iv) Examinar, discutir e votar a proposta de consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Em Assembleia Ordinária:** (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos auditores independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Examinar, discutir e votar a destinação de resultados e distribuição de dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) Deliberar sobre a fixação do número de vagas para compor o Conselho de Administração no mandato que se inicia a partir da eleição a ser realizada na Assembleia; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração; (v) Eleger os membros do Conselho Fiscal; (vi) Deliberar sobre a proposta de remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria para o exercício social de 2023; e (vii) Deliberar sobre a proposta de remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2023. Instruções Gerais: Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração e demais informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br). Tais documentos encontram-se disponíveis também, desde a referida data, na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Para poder participar da Assembleia, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas, por si ou por seus representantes/procuradores legalmente constituídos, conforme o caso, deverão apresentar: (i) documento de identidade da pessoa natural presente; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia ou na forma digital, desde que validado pelo Sistema ICP Brasil. A representação dos acionistas pessoas jurídicas ou fundos de investimento dependem da apresentação, ainda, dos documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do regulamento e/ou do estatuto social ou do contrato social atualizado, conforme o caso, e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até 02 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia (até 26/04/2023, às 14:00h), o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos em atenção à área de relações com investidores por e-mail para agoe@taurus.com.br, ou para a sede da Companhia no seguinte endereço: Avenida São Borja, nº 2181, Prédio "A", CEP 93035-411, São Leopoldo, RS – Brasil aos cuidados da área de relações com investidores. Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleia Geral por meio de voto a distância, usando o "Boletim de Voto à Distância", que pode ser obtido nos sites de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Por fim, para fins do artigo 5º da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante necessário para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Resolução CVM 70/2022. Sem prejuízo do prazo previsto no artigo 141, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/1976, a Companhia destaca a importância de os pedidos de voto múltiplo serem feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas.

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

grupo panvel **DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS**

CNPJ/MF Nº 92.665.611/0001-77 • NIRE Nº 43300003221 • CVM nº 00934-2 • Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se às 08:30 horas do dia 28/04/2023 em nossa sede social, na Avenida Industrial Belgraf, nº 865, CEP: 92.990-000, em Eldorado do Sul, RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: a)** Apreciar contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relatório de administração e relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, antes das Participações dos Empregados e dos Administradores e sobre a homologação do pagamento de juros sobre capital próprio imputados ao valor dos dividendos; **c)** Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: a)** Deliberar acerca de aumento do capital social da Companhia, passando de R$ 943.000.000,00 (novecentos e quarenta e três milhões de reais) para R$ 970.115.772,37 (novecentos e setenta milhões, cento e quinze mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e sete centavos) mediante a capitalização de reservas, sem emissão de novas ações, com a respectiva alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **b)** Deliberar acerca da alteração do objeto social da Companhia, para inclusão da atividade complementar secundária de promoção e agenciamento de serviços de publicidade; e c) Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações deliberadas nos itens acima. **Informações Gerais para Participação na Assembleia:** Participação por voto à distância. A companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida Instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador, ou diretamente à Companhia. Participação pessoal ou por representante. Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, para participarem das Assembleias, deverão observar as disposições previstas no art. 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. Os instrumentos de procuração para representação na Assembleia ora convocada poderão ser depositados até às 18h de 26 de abril de 2023 no seguinte endereço: Avenida Industrial Belgraf, nº 865, bairro Industrial, CEP: 92.990-000, Eldorado do Sul/RS. Documentos relacionados à Assembleia. Os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral encontram-se à disposição no endereço da Companhia acima indicado e nos websites da Companhia (www.grupodimed.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO (www.b3.com.br) na internet. Eldorado do Sul/RS, 27 de março de 2023.

Julio Ricardo Andrighetto Mottin, Roberto Luiz Weber, Denis Pizzato, Claudio Roberto Ely, Cristiano Gioia Lauretti e Clarice Martins Costa - Conselheiros de Administração

ASCOL

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC
Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
Versão para folhear
Notificações das notícias mais importantes

DISPONÍVEL NO Google play

DISPONÍVEL NA App Store

PUBLICIDADE LEGAL

MAISONNAVE COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES CNPJ/MF Nº 87.191.847/0001-89 NIRC 43300006433

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022, e respectivos demonstrativos pertinentes ao período. Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas. para os esclarecimentos adicionais eventualmente desejados. Porto Alegre, 15/03/2023.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 (em milhares de reais) Pela Legislação Societária

ATIVO	2022	2021
Circulante:	**1.986**	**3.934**
Disponibilidades	1	13
Operações de Crédito	1.717	1.551
Devedores P/Compra de Vlrs.e Bens	268	2.370
Não Circulante:	**16.053**	**18.742**
Realizável a Longo Prazo:	**14.702**	**17.432**
Depósitos judiciais	224	224
Bens Não Destinados a Uso	2.054	2.054
Crédito Coligadas, Interlig.	12.418	15.148
Créditos em Liquidação	6	6
Investimento	465	465
Imobilizado	886	845
Imobilizado	32.445	32.361
(-)Depreciação Acumulada	(31.559)	(31.516)
Ativo Total	**18.039**	**22.676**

PASSIVO	2022	2021
Circulante:	**7.123**	**8.541**
Impostos e Contrib. A Recolher	1.971	1.965
Contas a Pagar	5.152	6.576
Não Circulante:	**226.763**	**213.601**
Exigível a Longo Prazo:	226.763	213.601
Contas a Pagar	3.908	3.908
Provisão Encargos Financeiros	222.510	209.348
Débitos com Socied. Ligadas	345	345
Passito Total	233.886	222.142
Passivo a Descoberto	(215.847)	(199.466)

Demonstração de Resultado
Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação

	2022	2021
Receitas Operacionais:	985	691
Rendas de Operações de Crédito	70	69
Rendas de Alugueis	915	622
Despesas Operacionais:	4.076	1.547
Despesas Tributárias	197	457
Despesas Administrativas	3.483	726
Despesas c/Honorários Administr.	24	24
Despesas c/Depreciação	43	7
Despesas de Pessoal	329	333
Despesas Financeiras Líquidas:	13.130	12.384
Despesas Financeiras	13.165	12.389
(-)Receitas Financeiras	35	5
Outras Receitas Operacionais:	(160)	163
Receita alienação ativo não circulante	0	193
(-)Despesa alienação ativo não circul.	160	30
Prejuízo Líquido do Exercício:	(16.381)	(13.077)
Prejuízo Líquido do Exercício P/Ação:	(5,47)	(4,36)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) (em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros Prej. Acum.	Total
Saldos em 31.12.20	39.087	(224.956)	(185.869)
Ajuste Exercício Anterior.		(520)	(520)
Prejuízo líq.do exercício		(13.077)	(13.077)
Saldos em 31.12.21	39.087	(238.553)	(199.466)
Prejuízo líq. do exercício.		(16.381)	(16.381)
Saldos em 31.12.22	39.087	(254.934)	(215.847)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021
(em milhares de reais)

1. Apresentação das Demonstrações Contábeis: Elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e atos legais posteriores. **2. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** a) **Correção Monetária**: As contas do ativo permanente e do patrimônio líquido estão corrigidas monetariamente até 01.01.96 (UFIR 0,8287). b) **Imobilizado:** De uso: Demonstrado ao custo corrigido, acrescido de reavaliação, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil dos bens. **3. Capital Social:** O capital social está representado por 2.996.038 ações sem valor nominal, divididas em 1.308.600 ordinárias e 1.687.438 preferenciais. **4. Ativos Segurados:** Em 31/12/2022 a Companhia possuía cobertura de seguro contra incêndio e roubo de R$ 43.260 mil (R$ 37.955 em 2021) para os bens do imobilizado, sendo esse valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. **5. Provisão de Encargos Financeiros:** Provisão para encargos sobre financiamentos que a empresa se propõe a pagar ao Banco Central do Brasil decorrente de Ação Ordinária impetrada pela empresa em 04/07/1990. Estão em garantia do financiamento bens não destinado a uso e as edificações. A referida ação já teve decisão judicial (parcial) favorável à empresa.

Diretoria: Roberto de Moraes Maisonnave - Diretor
Nilda Maria de Medeiros Maisonnave - Diretora

Contador: Marcos Wienandts - CRC-RS 15.812
CPF nº 053.031.680-34

ASCOL

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A.

CNPJ 13.046.954/0001-87

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, atendendo disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar e submeter à apreciação as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. 28 de março de 2023. **A Administração.**

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**7.709**	5.170	**21.413**	21.727
Arrendamentos a receber	9	**4.581**	3.376	**25.130**	19.428
Tributos a recuperar		**129**	91	**406**	290
Outras contas a receber		**1**	6	**1**	6
Despesas antecipadas		**14**	25	**14**	83
Total ativo circulante		**12.434**	8.668	**46.964**	41.534
Ativo não circulante					
Tributos diferidos	6	**-**	5	**-**	5
Investimentos	7	**488.171**	452.433	**-**	-
Propriedade para investimento	8	**114.383**	114.415	**564.423**	543.899
Imobilizado		**1**	2	**1**	2
Total ativo não circulante		**602.555**	566.855	**564.424**	543.906
Total do ativo		**614.989**	575.523	**611.388**	585.440

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores		**-**	16	**-**	136
Obrigações fiscais e sociais		**1.635**	1.128	**2.824**	1.971
Débitos com partes relacionadas		**14.378**	-	**-**	-
Total passivo circulante		**16.013**	1.144	**2.824**	2.107
Passivo não circulante					
Tributos diferidos	6	**-**	-	**9.588**	8.954
Total passivo não circulante		**-**	-	**9.588**	8.954
Patrimônio líquido	10				
Capital social		**202.993**	202.993	**202.993**	202.993
Reservas de capital		**29.844**	29.844	**29.844**	29.844
Reserva de lucros		**143.494**	118.699	**143.494**	118.699
Outros resultados abrangentes		**222.645**	222.843	**222.645**	222.843
Total do patrimônio líquido		**598.976**	574.379	**598.976**	574.379
Total do passivo e patrimônio líquido		**614.989**	575.523	**611.388**	585.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita operacional líquida	12	**10.345**	6.510	**61.575**	37.825
Custos com arrendamento	13	**(167)**	(139)	**(2.120)**	(1.790)
Resultado bruto		**10.178**	6.371	**59.455**	36.035
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	13	**(927)**	(927)	**(1.031)**	(1.162)
Honorários da administração	13	**(289)**	(352)	**(289)**	(352)
Outras despesas operacionais		**(28)**	-	**(28)**	-
Resultado de equivalência patrimonial	7	**46.010**	26.913	**-**	-
		44.766	25.634	**(1.348)**	(1.514)
Resultado operacional		**54.944**	32.005	**58.107**	34.521
Receitas financeiras	14	**447**	361	**2.841**	1.822
Despesas financeiras	14	**(1.743)**	(19)	**(290)**	(25)
Resultado antes dos impostos		**53.648**	32.347	**60.658**	36.318
Imposto de renda e contribuição social	6				
Corrente		**(2.547)**	(1.653)	**(8.923)**	(4.797)
Diferido		**(4)**	(151)	**(638)**	(978)
Lucro do exercício		**51.097**	30.543	**51.097**	30.543
Lucro por ação em R$	10.h			**0,32**	0,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de Lucros: Reserva legal	Reserva de Lucros: Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	202.993	29.844	8.301	95.628	223.042	-	559.808
Realização custo atribuído propriedade para investimento	-	-	-	-	(199)	199	-
Dividendos sobre reserva estatutária	-	-	-	(15.972)	-	-	(15.972)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	30.543	30.543
Destinações:							
Reserva legal	-	-	1.528	-	-	(1.528)	-
Reserva estatutária	-	-	-	29.214	-	(29.214)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	202.993	29.844	9.829	108.870	222.843	-	574.379
Realização custo atribuído propriedade para investimento	**-**	**-**	**-**	**-**	**(198)**	**198**	**-**
Dividendos sobre reserva estatutária	**-**	**-**	**-**	**(26.500)**	**-**	**-**	**(26.500)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**51.097**	**51.097**
Destinações:							
Reserva legal	**-**	**-**	**2.555**	**-**	**-**	**(2.555)**	**-**
Reserva estatutária	**-**	**-**	**-**	**48.740**	**-**	**(48.740)**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**202.993**	**29.844**	**12.384**	**131.110**	**222.645**	**-**	**598.976**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**51.097**	30.543	**51.097**	30.543
Resultado abrangente para o exercício	**51.097**	30.543	**51.097**	30.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**53.648**	32.347	**60.658**	36.318
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**1**	2	**1.064**	1.066
Resultado de equivalência patrimonial	**(46.010)**	(26.913)	**-**	-
Resultado na baixa de arrendamento	**-**	-	**31**	-
	7.639	5.436	**61.753**	37.384
Variações no ativo e passivo				
Tributos a recuperar	**(38)**	(35)	**(116)**	(159)
Pagamentos antecipados	**11**	(8)	**69**	(46)
Arrendamentos a receber	**(1.204)**	(1.565)	**(5.702)**	(9.407)
Outras contas a receber	**5**	-	**5**	-
Obrigações com fornecedores	**(16)**	(7)	**(136)**	78
Obrigações fiscais e sociais	**(45)**	(16)	**853**	96
Outras contas a pagar	**-**	(64)	**-**	(77)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(1.995)**	(763)	**(8.921)**	(3.558)
Dividendos recebidos	**13.772**	29.551	**-**	**-**
Partes relacionadas	**14.378**	-	**-**	-
	24.868	27.093	**(13.948)**	(13.073)
Fluxo de caixa liquido decorrente das atividades operacionais	**32.507**	32.529	**47.805**	24.311
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Propriedade para investimento	**32**	-	**(21.619)**	(27.082)
Adiantamento para futuro aumento de capital	**(3.500)**	(19.800)	**-**	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(3.468)**	(19.800)	**(21.619)**	(27.082)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Dividendos pagos	**(26.500)**	(15.972)	**(26.500)**	(15.972)
Fluxo de caixa decorrentes de atividades de financiamento	**(26.500)**	(15.972)	**(26.500)**	(15.972)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**2.539**	(3.243)	**(314)**	(18.743)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	**5.170**	8.413	**21.727**	40.470
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**7.709**	5.170	**21.413**	21.727
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**2.539**	(3.243)	**(314)**	(18.743)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na Avenida Doutor Nilo Peçanha, 2900/301, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na administração de bens móveis e imóveis, podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e na compra e venda de imóveis. O Grupo atuou principalmente em arrendamentos de terras para a produção agrícola de sua controladora final SLC Agricola S.A. em 2022 e 2021.

2. Entidades do Grupo

Controladas	País	2022	2021
Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda	Brasil	**100%**	100%
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda	Brasil	**100%**	100%
Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Brasil	**100%**	100%
Fazenda Palmeira Empreendimentos Agrícolas Ltda	Brasil	**100%**	100%

3. Base de preparação

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 03 de março de 2023.

b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e exercício do julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização.

As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Notas	Natureza
4.b	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível
4.c e 6	Imposto de renda e contribuição social diferidos
4.d e 11	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros
4.e e 8..	Mensuração do valor justo de propriedades para investimentos

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) Investimentos (Controladora): Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. b) Imobilizado - Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. c) Impostos - Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, na Controladora, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Nas controladas o imposto de renda e contribuição social são calculados, sobre as atividades que são objeto da sociedade, com base nas alíquotas presumidas conforme a legislação. As demais receitas são calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. d) Instrumentos financeiros - Ativos financeiros não derivativos: O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado. *Custo Amortizado:* Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. *Caixa e equivalentes de caixa*: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Passivos financeiros não derivativos: O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. e) Propriedade para investimento: Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, nem para utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços, nem para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente. Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento, construída pelo proprietário, inclui os custos de material e mão de obra direta e qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. As vidas úteis médias estimadas para os prédios e benfeitorias são de 35 anos, para o exercício corrente e comparativo. f) Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade geradora de caixa) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. g) Receita de arrendamento: A receita de arrendamento de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. h) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas de juros que são reconhecidos no resultado. i) Resultado por ação: O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias (nota explicativa 10.h). j) Novas normas contábeis: As seguintes normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)*: A IAS 1 exige que uma empresa classifique a dívida como não circulante somente se a empresa puder evitar a liquidação da dívida nos 12 meses após a data do relatório. Por exemplo, uma empresa pode ter uma dívida de longo prazo que pode ser reembolsada em 12 meses, se a empresa não cumprir com os convênios nesse mesmo período. As mudanças implementadas na IAS 1 especificam que as

Continua

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

cláusulas restritivas a serem cumpridas após a data do balanço não afetam a classificação da dívida como circulante ou não circulante na data do balanço. Em vez disso, as modificações exigem que uma empresa divulgue as informações sobre essas cláusulas restritivas nas notas nas demonstrações financeiras. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. O grupo está monitorando os efeitos futuros. *Divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement)*: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)), no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já as alterações ao Practice Statement, fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis. Uma data para adoção desta alteração não é necessária. Conforme avaliação da Companhia, não haverá impactos, visto que as Demonstrações Financeiras apresentam somente políticas contábeis relevantes. Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, por exemplo, arrendamentos e passivos e custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outro componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. No reconhecimento inicial do arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi reconhecido as diferenças temporárias tributárias, não existindo impactos significativos nas demonstrações financeiras. *Outras normas:* As normas a seguir teve seu início a partir de 1º janeiro de 2023: 1. Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); 2. Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); e 3. IFRS 17 Contratos de Seguros Estas alterações não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Rendimentos	**31/12/2022**	31/12/2021	**31/12/2022**	31/12/2021
Bancos	-	**9**	2	**11**	4
CDB-DI	100,46% do CDI (*)	**7.700**	5.168	**21.402**	21.723
		7.709	5.170	**21.413**	21.727

(*) Rendimento médio em 31 de dezembro de 2022.

As operações financeiras contratadas pela Companhia estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2022, não excedendo o valor de negociação.

6. Tributos sobre o lucro

Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos na Controladora e Consolidado, conforme apresentados a seguir:

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
Descrição	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Total**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Total**
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Outros	**-**	**-**	**-**	3	2	5
Total	**-**	**-**	**-**	3	2	5
Classificado no ativo não circulante	**-**	**-**	**-**	3	2	5

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
Descrição	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Total**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Total**
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Outros	**-**	**-**	**-**	3	2	5
Total	**-**	**-**	**-**	3	2	5
Classificado no ativo não circulante	**-**	**-**	**-**	3	2	5
Passivos:						
Custo atribuído de propriedade para investimento	**(4.594)**	**(2.481)**	**(7.075)**	(4.598)	(2.486)	(7.084)
Outras	**(203)**	**(74)**	**(277)**	(93)	(33)	(126)
Arrendamentos	**(1.644)**	**(592)**	**(2.236)**	(1.284)	(460)	(1.744)
Total	**(6.441)**	**(3.147)**	**(9.588)**	(5.975)	(2.979)	(8.954)
Total líquido	**(6.441)**	**(3.147)**	**(9.588)**	(5.972)	(2.977)	(8.949)
Classificado no ativo não circulante	**-**	**-**	**-**	3	2	5
Classificado no passivo não circulante	**(6.441)**	**(3.146)**	**(9.588)**	(5.975)	(2.979)	(8.954)

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	**CSLL**	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	**53.648**	**53.648**	32.347	32.347
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	**(13.412)**	**(4.828)**	(8.087)	(2.911)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	**11.502**	**4.141**	6.728	2.422
Adições permanentes	**(7)**	**(2)**	(10)	(3)
Outros	**54**	**-**	57	-
Valor registrado no resultado	**(1.863)**	**(689)**	(1.312)	(492)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		**(2.552)**		(1.804)
Impostos diferidos		**(4)**		(151)
Impostos correntes		**(2.547)**		(1.653)
Alíquota efetiva		**4,8%**		5,6%

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	**CSLL**	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	**60.658**	**60.658**	36.318	36.318
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	**(15.165)**	**(5.459)**	(9.080)	(3.269)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Adições permanentes	**(7)**	**(2)**	(9)	(3)
Imposto de renda e contribuição social em controladas sob regime de lucro presumido	**8.036**	**2.894**	4.762	1.715
Outros	**142**	**-**	109	-
Valor registrado no resultado	**(6.994)**	**(2.567)**	(4.218)	(1.557)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		**(9.561)**		(5.775)
Impostos diferidos		**(638)**		(978)
Impostos correntes		**(8.923)**		(4.797)
Alíquota efetiva		**15,8%**		15,9%

O imposto de renda e a contribuição social tem a sua movimentação demonstrada como segue:

	Controladora		
Descrição	**Saldo em 31/12/2021**	**Reconhecidos no resultado**	**Saldo em 31/12/2022**
Outros	5	**(5)**	**-**
Total	5	**(5)**	**-**
Ativo não circulante	5	-	**-**

	Consolidado		
Descrição	**Saldo em 31/12/2021**	**Reconhecidos no resultado**	**Saldo em 31/12/2022**
Custo atribuído ativo imobilizado	(7.084)	**9**	**(7.075)**
Arrendamento	(1.744)	**(492)**	**(2.236)**
Outros	(121)	**(155)**	**(277)**
Total	(8.949)	**(638)**	**(9.588)**
Ativo não circulante	5	**-**	**-**
Passivo não circulante	(8.954)	**-**	**(9.588)**

Imposto de renda e contribuição social a pagar

O saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.423 e R$ 1.842 para a Controladora e Consolidado, respectivamente (R$ 962 e R$ 1.233 em 31 de dezembro de 2021, na Controladora e Consolidado respectivamente).

7. Investimentos

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas.

	31/12/2022	31/12/2021
Investimentos em controladas	**484.671**	432.633
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas (*)	**3.500**	19.800
	488.171	452.433

(*) O saldo em 31 de dezembro de 2022 é composto por valores adiantados à Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda., no montante de R$ 3.500.

	Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda.	**Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda.**	**Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda.**	**Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda.**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Ativo circulante	12.406	7.626	11.783	2.715		
Ativo não circulante	137.320	151.197	118.590	24.734		
Passivo circulante	387	360	310	133		
Passivo não circulante	4.186	6.245	2.417	240		
Capital social	25.695	48.647	60.030	19.399		
Patrimônio líquido	145.155	152.218	127.647	27.077		
Receitas	19.110	18.338	13.921	5.705		
Despesas	(3.613)	(3.210)	(3.046)	(1.196)		
Lucro líquido do exercício	15.496	15.129	10.876	4.509		
Quantidade de quotas do capital social	25.695.297	41.647.451	60.029.964	6.599.352		
Percentual de participação (%)	100%	100%	100%	100%		
Saldos iniciais	139.298	130.089	120.903	42.343	**432.633**	435.271
Integralização de capital	-	7.000	-	12.800	**19.800**	-
Dividendos	(9.641)	-	(4.131)	-	**(13.772)**	(29.551)
Resultado da equivalência patrimonial	15.496	15.129	10.876	4.509	**46.010**	26.913
Saldos finais	**145.153**	**152.218**	**127.648**	**59.652**	**484.671**	432.633

8. Propriedade para investimento

	Controladora			Consolidado		
Custo de Aquisição	**Saldo em 01/01/2021**	**Adições**	**Saldo em 31/12/2021**	**Saldo em 01/01/2021**	**Adições (*)**	**Saldo em 31/12/2021**
Terras	114.415	**-**	**114.415**	490.876	**27.082**	**517.958**
Prédios e benfeitorias	-	**-**	**-**	38.874	**-**	**38.874**
	114.415	**-**	**114.415**	529.750	**27.082**	**556.832**
Depreciação	**Saldo em 01/01/2021**	**Adições**	**Saldo em 31/12/2021**	**Saldo em 01/01/2021**	**Adições**	**Saldo em 31/12/2021**
Prédios e benfeitorias	-	**-**	**-**	(11.869)	**(1.064)**	**(12.933)**
	-	**-**	**-**	(11.869)	**(1.064)**	**(12.933)**
Valor residual líquido		**Saldo em 01/01/2021**	**Saldo em 31/12/2021**	**Saldo em 01/01/2021**		**Saldo em 31/12/2021**
Terras		114.415	**114.415**	490.876		**517.958**
Prédios e benfeitorias		-	**-**	27.005		**25.941**
		114.415	**114.415**	517.881		**543.899**

	Controladora			Consolidado			
Custo de Aquisição	**Saldo em 31/12/2021**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2022**	**Saldo em 31/12/2021**	**Adições (*)**	**Baixas**	**Reclassificações**	**Saldo em 31/12/2022**
Terras	114.415	**(32)**	**114.383**	517.958	**21.619**	**(31)**	**(2)**	**539.544**
Prédios e benfeitorias	-	**-**	**-**	38.874	**-**	**-**	**(121)**	**38.753**
	114.415	**(32)**	**114.383**	556.832	**21.619**	**(31)**	**(123)**	**578.297**
Depreciação	**Saldo em 31/12/2021**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2022**	**Saldo em 31/12/2021**	**Adições**	**Baixas**	**Reclassificações**	**Saldo em 31/12/2022**
Prédios e benfeitorias	-	**-**	**-**	(12.933)	**(1.064)**	**-**	**123**	**(13.874)**
	-	**-**	**-**	(12.933)	**(1.064)**	**-**	**123**	**(13.874)**
Valor residual líquido			**Saldo em 31/12/2021**	**Saldo em 31/12/2022**	**Saldo em 31/12/2021**		**Saldo em 31/12/2022**
Terras			114.415	**114.383**	517.958		**539.544**
Prédios e benfeitorias			-	**-**	25.941		**24.879**
			114.415	**114.383**	543.899		**564.423**

(*) Em 31 de dezembro 2022 o valor de aquisição de terras no montante de R$ 21.619 está substancialmente representado por desenvolvimento de área (primeira aplicação de corretivos com a finalidade de tornar a área própria para cultivo). Propriedades para investimento incluem terras de cultura e a infraestrutura nelas existentes que são arrendados para empresas do Grupo SLC. Conforme mencionado na nota explicativa 4.e, o Grupo mensura a propriedade para investimento pelo custo amortizado e por esse motivo variações no valor justo das propriedades para investimento não são reconhecidas nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com o laudo de avaliação realizado por especialistas, o valor justo das terras classificadas como propriedades para investimento no Consolidado é de R$ 2.320.250 (R$ 1.794.720 em 31 de dezembro de 2021).

9. Partes relacionadas

Contratos de arrendamento: O contrato de arrendamento rural tem por objeto a entrega das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de algodão, soja, milho e sorgo em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento. A partir de 01 de setembro de 2012, passou a vigorar o contrato de arrendamento rural celebrado entre a controladora indireta SLC Agrícola S.A. e as Fazendas Piratini, Planeste, Palmeira e Panorama, por um prazo mínimo de 20 anos. O preço do arrendamento é calculado sobre uma taxa de 3,25% do valor de avaliação dos imóveis. Esse valor por sua vez é calculado sobre as áreas aptas à agricultura e suas respectivas áreas de reserva legal proporcionais, incluindo o valor de sua infraestrutura. O avaliador com prova de excelência na elaboração de avaliações de propriedades rurais é escolhido pelo Conselho de Administração da SLC Agricola S.A. e anualmente a avaliação é elaborada de acordo com as regras e diretrizes emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas para avaliação de imóveis rurais. A partir de 01 de setembro de 2015, passou a vigorar o contrato de arrendamento rural da SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. através da Fazenda Marco da Conquista, celebrado com a Controladora direta SLC Agrícola S.A., por um prazo mínimo de 20 anos. A partir de 27 de dezembro de 2019, passou a vigorar o contrato de arrendamento rural da SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. com SLC Agrícola S.A. Esse contrato tem um prazo mínimo de arrendamento de 7 anos. O preço do arrendamento é calculado sobre uma taxa de 3,25% do valor de avaliação dos imóveis. A partir de 23 de dezembro de 2020, passou a vigorar o contrato de arrendamento rural da SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. com SLC Agrícola S.A. Esse contrato tem um prazo mínimo de arrendamento de 20 anos. O preço do arrendamento é calculado sobre uma taxa de 3,25% do valor de avaliação dos imóveis. Como parte da atividade do Grupo, não temos em 31 de dezembro de 2022 valores a receber de arrendamentos da SLC Agrícola S.A. O valor de 2021 foi recebido no período de 2022, (R$ 19.428 em 2021, no Consolidado). A receita da Companhia é gerada, basicamente, em operações de arrendamento de terras para partes relacionadas. Em 2022 a Companhia apresentou receita de R$ 61.575 com a controladora SLC Agrícola S.A. (R$ 37.825 no exercício de 2021). As transações acima foram realizadas de acordo com os termos e condições celebrados entre as partes levando-se em consideração a estrutura de custos e fluxo de caixa das empresas do Grupo como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros não integrantes do Grupo. Honorários da administração: A Companhia considera como pessoal-chave da administração os Conselheiros não remunerados, os Conselheiros Independentes remunerados e os Diretores (estatutários e não estatutários). Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado em rubrica específica nas demonstrações do resultado e estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Pró-labore	**235**	276
Encargos	**54**	70
Gratificações e outros benefícios	**-**	6
	289	352

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito, no valor de R$ 202.993 está representado por 160.775.636 ações ordinárias e totalmente integralizado.

	Número de Ações	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Ações ordinárias		
SLC Investimentos Agrícolas Ltda	**130.603.880**	130.603.880
Ações preferenciais		
Buriti 1 SARL(*)	**16.813.619**	16.813.619
Valiance Farmland(*)	**13.358.137**	13.358.137
Total ações do capital integralizado	**160.775.636**	160.775.636

(*) As empresas Buriti 1 SARL e Valiance Farmland são controladas pela Valiance Asset Management Limited.

b) Ações ordinárias**:** Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais do Grupo. Os detentores de ações ordinárias têm o direito de receber dividendos conforme definidos nos estatutos do Grupo. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas decisões da Companhia. c) Ações preferenciais: As ações preferenciais têm os mesmos direitos sobre os ativos líquidos residuais do Grupo, assim como as ações ordinárias. Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou apenas resgatáveis à escolha do Grupo, e os dividendos são discricionários. Os dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio em caso de aprovação dos acionistas da Companhia. d) Reservas de capital: Representada pelo ágio recebido na venda de 16.813.619 ações preferenciais ocorridas em 01 de agosto de 2012, conforme Assembleia Geral Extraordinária nesta data, no valor de R$ 16.950, deduzidos dos custos de emissões dessas ações (comissões, honorários e outras despesas) no valor de R$ 4.761, líquidos dos efeitos tributários em conformidade com o CPC 10 (IFRS 2). Em 20 de dezembro de 2013 foram emitidas 11.320.455 ações preferenciais, as quais foram integralizadas por R$ 31.857, com ágio na sua emissão considerando o valor recebido de R$ 46.825. Em 30 de setembro de 2014 foram emitidas 2.037.682 ações preferenciais, as quais foram integralizadas por R$ 6.117, com ágio na sua emissão considerando que o valor recebido foi de R$ 8.804. e) Reserva de lucros - *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia constituiu reserva legal de R$ 2.555. *Reserva estatutária:* De acordo com disposições do Artigo 194 da Lei 6.404/76 e do Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, será formada uma Reserva expansão com base no lucro que remanescer após as deduções legais e estatutárias, com a finalidade de aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, não podendo esta reserva ultrapassar o valor do capital social. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia constituiu reserva estatutária de R$ 48.740. f) Ajuste de avaliação patrimonial: Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são decorrentes do custo atribuído às propriedades para investimento, deduzido dos impostos incidentes. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem ou pela sua realização pela depreciação. g) Dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Porém, de acordo com o primeiro aditivo do acordo de acionistas assinado em 09 de junho de 2014, os acionistas, por unanimidade, determinaram o não pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, vigente até o presente momento. h) Resultado por ação

	31/12/2022	**31/12/2021**
Lucro líquido do exercício	**51.097**	30.543
Total de ações	**160.775.636**	160.775.636
Média ponderada de ações	**160.775.636**	160.775.636
Lucro por ação básico e diluído em R$	**0,32**	0,19

11. Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada:

	Controladora				Consolidado			
			Valor Justo				Valor justo	
	Valor contábil		Nível 2	Nível 2	Valor contábil		Nível 2	Nível 2
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Ativos								
Valor justo através do resultado								
Caixa e equivalentes de caixa	**7.709**	5.170	**7.709**	5.170	**21.413**	21.727	**21.413**	21.727
Subtotal	**7.709**	5.170	**7.709**	5.170	**21.413**	21.727	**21.413**	21.727
Custo amortizado								
Créditos com partes relacionadas	**-**	3.376	**-**	3.376	**-**	19.428	**-**	19.428
Outras contas a receber	**4.582**	6	**4.582**	6	**25.131**	6	**25.131**	6
Subtotal	**4.582**	3.382	**4.582**	3.382	**25.131**	19.434	**25.131**	19.434
Total Ativos	**12.291**	8.552	**12.291**	8.552	**46.544**	41.161	**46.544**	41.161
Passivos								
Passivos pelo custo amortizado								
Fornecedores	**-**	16	**-**	16	**-**	136	**-**	136
Débitos com partes relacionadas	**14.378**	-	**14.378**	-	**-**	-	**-**	-
Subtotal	**14.378**	16	**14.378**	16	**-**	136	**-**	136
Total Passivos	**14.378**	16	**14.378**	16	**-**	136	**-**	136

b) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. c) Risco de taxa de juros: Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que potencialmente diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. d) Valor justo: Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de curto prazo, arrendamentos a receber, outras contas a receber, títulos a pagar, débitos com partes relacionadas, outras contas a pagar e contas a pagar a fornecedores, são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

12. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Arrendamento de terras	**11.400**	7.173	**64.600**	39.644
Deduções, impostos e contribuições	**(1.055)**	(663)	**(3.025)**	(1.819)
Receita operacional líquida	**10.345**	6.510	**61.575**	37.825

13. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Despesas por função				
Custo dos arrendamentos	**(167)**	(139)	**(2.120)**	(1.790)
Honorários da Administração	**(289)**	(352)	**(289)**	(352)
Despesas gerais e administrativas	**(927)**	(927)	**(1.031)**	(1.162)
	(1.383)	(1.418)	**(3.440)**	(3.304)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	**(2)**	(2)	**(1.064)**	(1.138)
Despesas com pessoal	**(766)**	(1.183)	**(766)**	(1.183)
Matéria prima e materiais	**(615)**	(233)	**(1.610)**	(983)
	(1.383)	(1.418)	**(3.440)**	(3.304)

14. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	**31/12/2022**	31/12/2021
Despesas financeiras:				
Juros passivos	**(1.494)**	-	**-**	-
Outras	**(249)**	(19)	**(290)**	(25)
	(1.743)	(19)	**(290)**	(25)
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	**447**	361	**2.841**	1.822
	447	361	**2.841**	1.822
Resultado financeiro	**(1.296)**	342	**2.551**	1.797

15. Cobertura de seguros

O detalhamento dos seguros contratados e as coberturas são demonstrados como segue:

Natureza	**Cobertura**
Responsabilidade civil de administradores	R$ 30.000

Seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores - Cobertura sobre danos involuntários causados a terceiros por responsabilidade civil de executivos (diretores e administradores), com poder de gestão na controlada e controladora. Apólice com vencimento em 30/06/2023.

Continua

Continuação

Conselho de Administração

Eduardo Silva Logemann Presidente	**Jan Mark Angele Pensaert** Vice-Presidente	**Aurélio Pavinato** Conselheiro	**Verner Tiede** Conselheiro Independente

Diretoria

Aurélio Pavinato Diretor Executivo	**Álvaro Luiz Dilli Gonçalves** Diretor	**Aline Antunes e Silva** Contadora CRC MA - 010576/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da
SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de março de 2022, sem modificação.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Tomé S/A Indústria de Auto Peças
Em Recuperação Judicial
CNPJ 88.628.243/0001-10 – NIRE 43 3 0004235 9
AVISO AOS ACIONISTAS. Comunicamos aos senhores acionistas que se encontram a disposição, na sede social desta companhia, na Estrada Federal BR 116, Km 140,6, bairro de Ana Rech, CEP 95.060-800, em Caxias do Sul, RS, os documentos referentes ao Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022. Caxias do Sul, RS, 27 de março de 2023. José Antonio Tomé - Diretor. Samuel Golin Tomé - Diretor.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TERACOM TELEMÁTICA S.A.

CNPJ 02.820.966/0001-09 - NIRE 43 3 0005711 9

Relatório da Diretoria: A Administração da Teracom Telemática S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com a Legislação Societária. A Diretoria.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	NE	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		33.245	20.802
Clientes	3	118.729	116.215
Estoques	4	118.654	109.317
Impostos a recuperar	5	11.528	15.676
Adiantamentos		7.715	13.057
Outras contas a receber		2.264	1.820
Total circulante		**292.135**	**276.887**
Não circulante			
Clientes	3	764	134
Depósitos judiciais		293	653
Impostos a recuperar	5	-	3.719
Imobilizado	6	37.507	38.464
Intangível		46	73
Total não circulante		**38.610**	**43.043**
Total do ativo		**330.745**	**319.930**

Passivo	NE	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			
Fornecedores	8	22.565	20.608
Empréstimos e financiamentos	9	7.582	6.763
Obrigações sociais e trabalhistas	10	10.957	10.450
Obrigações fiscais	11	4.998	5.077
Adiantamento de clientes		867	2.005
Dividendos e JCP a pagar	13	23.322	499
Outras contas a pagar		1.243	938
Provisão para serviços		4.800	4.558
Total circulante		**76.334**	**50.898**
Não circulante			
Provisão para contingências	12	5.233	6.133
Empréstimos e financiamentos	9	13.324	20.578
Total não circulante		**18.557**	**26.711**
Patrimônio líquido			
Capital social	13	150.501	150.501
Reservas de lucros	13	85.353	91.820
Total do patrimônio líquido		**235.854**	**242.321**
Total do passivo e do patrim. líquido		**330.745**	**319.930**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

		Reserva de Lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva p/Efetivação de Novos Investimentos	Reserva de lucros a Realizar	Prejuízos/ Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/dezembro/2020	150.501	3.007	-	47.824	-	201.332
Lucros distribuídos	-	-	(8.000)	(3.000)	-	(11.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	52.488	52.488
Constituição de reserva legal	-	2.624	-	-	(2.624)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(499)	(499)
Constituição de reservas	-	-	44.824	4.541	(49.365)	-
Saldos em 31/dezembro/2021	150.501	5.631	36.824	49.365	-	242.321
Lucros distribuídos	-	-	(35.000)	(5.000)	-	(40.000)
Destinação reserva de novos investimentos	-	-	44.365	(44.365)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	33.854	33.854
Constituição de reserva legal	-	1.693	-	-	(1.693)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(321)	(321)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	31.840	(31.840)	-
Saldos em 31/dezembro/2022	150.501	7.324	46.189	31.840	-	235.854

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	NE	31.12.2022	31.12.2021
Receita líquida de vendas e serviços prestados	14	**256.999**	**267.599**
Custo dos prod. vendidos e serv. prestados		(156.623)	(152.914)
Lucro Bruto		**100.376**	**114.685**
(Despesas) Receitas operacionais			
Despesas com vendas		(32.017)	(29.296)
Despesas administrativas		(32.277)	(27.077)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento		(32.953)	(33.204)
Outras receitas e despesas operacionais		26.098	26.673
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**29.227**	**51.781**
Receitas financeiras		4.201	3.087
Despesas financeiras		(2.232)	(2.065)
Variação cambial, líquida		1.735	(275)
Resultado financeiro líquido		**3.704**	**747**
Lucro (Prej.) antes do IR e da contrib.social		**32.931**	**52.528**
Imposto de renda e contrib. social - Corrente		923	(40)
Lucro líquido do exercício		**33.854**	**52.488**

Demonstração de resultado abrangente em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	33.854	52.488
Resultado abrangente total	**33.854**	**52.488**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Líquido do Exercício	33.854	52.488
Ajustes p/Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais:		
Depreciação e Amortização	2.675	2.730
Provisão(Rev.) p/créditos de liquidação duv., líquido	(280)	(2.843)
Provisão(Reversão) para perda no estoque, líquido.	991	(996)
Provisão(Reversão) para riscos trabalhistas	(900)	319
Variação Cambial não efetiva	866	(221)
Encargos e Variação Cambial sobre financiamentos	685	5
Baixa do Ativo Imobilizado	386	372
(Aumento) redução em ativos:		
Clientes	(3.039)	(4.725)
Estoques	(10.327)	(41.238)
Depósitos judiciais	360	(119)
Impostos a recuperar	7.867	14.490
Outras contas a receber	4.527	951
Aumento (redução) em passivos:		
Fornecedores	1.638	(6.739)
Obrigações sociais e trabalhistas	507	1.223
Obrigações fiscais	(79)	(1.984)
Outras contas a pagar	(591)	(682)
Juros pagos sobre empréstimos	(736)	(573)
Fluxo de Caixa decorrente das ativ. operacionais	**38.405**	**12.458**
Aquisições de Imobilizado	(2.053)	(1.150)
Aquisições de Intangível	(25)	(5)
Fluxo de Caixa aplicado nas ativ. de investimentos	**(2.078)**	**(1.155)**
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(17.499)	(17.657)
Contratação de empréstimos e financiamentos	-	20.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(6.384)	(5.860)
Fluxo de Caixa aplic. nas ativ. de financiamentos	**(23.883)**	**(3.517)**
Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	**12.443**	**7.786**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	20.802	13.016
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	33.245	20.802
	12.443	**7.786**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Teracom Telemática S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida no Brasil, com sede em Eldorado do Sul, localizada na Rua América, número 1000, Rio Grande do Sul. A Companhia é fabricante de equipamentos para o setor de telecomunicações e informática, provendo soluções avançadas de Metro Ethernet, multiplexadores SDH (Synchronous Digital Hierarchy) e PDH (Plesiochronous Digital Hierarchy) para transporte e acesso, bem como sistemas de gerenciamento de redes para telecomunicações. Os produtos são voltados para a transmissão de voz e dados, produzidos com tecnologia própria, desenvolvida através de investimentos na área de Pesquisa e Desenvolvimento, e incorporam grande valor tecnológico capaz de fornecer soluções completas aos clientes da Companhia por preços competitivos.
2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas na moeda funcional foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.1. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. ***a. Moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. ***b. Caixa e equivalentes de caixa:*** Incluem os saldos em caixa, conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa estão registradas por valores equivalentes ao valor justo na data do encerramento do exercício. Estas aplicações estão disponíveis para utilização no fluxo de caixa diário. As aplicações, cuja destinação não será a manutenção das operações e seu uso será a partir de 90 dias, são separadas de caixa e equivalentes de caixa e classificadas como aplicações financeiras no balanço patrimonial. ***c. Estoques:*** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de compra estimado para o curso normal dos negócios, acrescidos dos custos e despesas de compra. A política interna da Companhia para constituição de provisão inclui: provisão para itens sem giro há mais de 3 anos, sem uso ou sem previsão de uso nos próximos dois anos. Além disso, materiais avaliados como obsoletos, sem previsão de utilização para novos produtos ou cuja recuperabilidade é improvável. ***d. Ativos intangíveis:*** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. ***e. Ativos imobilizados:*** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, desde que não alterem de forma relevante a vida útil do bem. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os terrenos não são depreciados. ***f. Impairment de ativos não financeiros:*** Os ativos são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. ***g. Provisões:*** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. ***h. Imposto de renda e contribuição social:*** A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente é o imposto devido sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes de diferenças temporárias resultantes da eliminação de receitas ou despesas não tributáveis em exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, à medida que exista expectativa de geração de resultado tributável suficiente para a utilização de tais créditos. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. ***i. Capital social:*** O capital social está integralmente dividido em ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. ***j. Receita financeira:*** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. ***k. Subvenção governamental:*** As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como subvenções a realizar pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas ou redutoras da despesa de mesma natureza em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

3. Clientes: O saldo de contas a receber está assim representado:

	2022	2021
A Vencer	102.116	87.508
Vencidas até 30 dias	10.147	10.969
Vencidas até 60 dias	4.532	6.614
Vencidas até 90 dias	1.450	6.751
Vencidas até 180 dias	1.066	2.969
Vencidos a mais de 180 dias	4.974	7.717
Total	124.286	122.528

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada abaixo:

PDD	2022	2021
Saldo no início do exercício	(5.825)	(9.957)
Constituição de provisão	(2.907)	(674)
Perda Efetiva	752	1.289
Reversão de provisão	3.187	3.517
Saldo no fim do exercício	(4.793)	(5.825)

4. Estoques:	2022	2021
Produtos Acabados	29.258	27.453
Produtos Acabados em Poder de Terceiros	1.072	908
Produtos em Elaboração	3.766	768
Matérias-primas	89.498	82.615
Matérias-primas em Poder de Terceiros	27	11
Importações em Andamento	-	1.538
Prov. p/Perda de Estoques (Poder de Terceiros)	(150)	(836)
Provisão para Perda de Estoques (Obsoletos)	(4.817)	(3.140)
Total	118.654	109.317

A movimentação na provisão para perdas de estoques está apresentada abaixo:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(3.976)	(4.972)
Constituição (Reversão) de provisão	991	(996)
Saldo no fim do exercício	(4.967)	(3.976)

5. Impostos a recuperar:	2022	2021
Imposto de Renda e Contribuição Social (c)	493	2.117
Benefício P&D RN/PPB Lei 13969 de 2019 (a)	7.244	7.426
Impostos a Recuperar - Ação Judicial (b)	-	3.719
ICMS s/ Operações Diversas	2.400	3.505
PIS a Recuperar	186	407
COFINS a Recuperar	858	1.864
Demais Impostos	347	357
Total	11.528	19.395
Circulante	11.528	15.676
Não Circulante	-	3.719

a. Benefício P&D RN/PPB Lei 13969 de 2019: De acordo com a lei 13.969 de 2019 são habilitados créditos financeiros para a compensação de impostos federais. Para esta habilitação ocorrer, a Companhia deve fazer investimentos na área de Pesquisa e Desenvolvimento. **b. Impostos a recuperar - Ação judicial:** Exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins, com trânsito em julgado em 06 de agosto de 2020 e habilitação do crédito em 10 de novembro de 2020, no montante de R$14.196, referente ao período de 2012 até o exercício social de 2020, sendo que este montante está sendo compensado com o acréscimo de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulados mensalmente, e com juros de 1% (um por cento) no mês em que a quantia for utilizada na compensação de débitos federais. **c. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Composto principalmente por saldos de imposto de renda e contribuição social de retenções na fonte. No encerramento do exercício, a Companhia apresenta prejuízos fiscais, logo, os impostos recolhidos por estimativa tornam-se ativos compensáveis.

6. Imobilizado:
Composição do ativo imobilizado

2022		Depreciação	
Taxas Anuais de Depreciação (%)	Custo	Acumulada	Líquido
Terrenos	7.037	-	7.037
Prédios e Edificações 2%	18.523	(2.955)	15.568
Móveis e Utensílios 8%	3.403	(2.608)	795
Máquinas e Equipamentos 6%	19.406	(13.268)	6.138
Instalações 5%	8.229	(3.891)	4.338
Computadores e Periféricos 13%	6.246	(4.922)	1.324
Equipamentos Telefônicos 10%	161	(117)	44
Benfeitorias em Propr. de Terceiros 20%	143	(117)	26
Máquinas e Equipamentos Datacom 6%	3.802	(1.963)	1.839
Imobilizações em Andamento	397	-	398
	67.348	(29.841)	37.507

2021		Depreciação	
Taxas Anuais de Depreciação (%)	Custo	Acumulada	Líquido
Terrenos -	7.037	-	7.037
Prédios e Edificações 2%	18.524	(2.649)	15.875
Móveis e Utensílios 8%	3.396	(2.386)	1.010
Máquinas e Equipamentos 6%	21.011	(13.806)	7.205
Instalações 5%	8.182	(3.479)	4.703
Computadores e Periféricos 13%	5.288	(4.777)	511
Equipamentos Telefônicos 10%	94	(91)	3
Benfeitorias em Propr. de Terceiros 20%	143	(110)	33
Máquinas e Equip. Datacom 6%	3.902	(2.388)	1.514
Imobilizações em Andamento -	572	-	572
	68.148	(29.686)	38.464

7. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia analisou as estimativas de resultado futuros e constatou que, embora as projeções mostrem lucro contábil, não é provável que lucros fiscais futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis para serem utilizados. A Companhia considerou na análise a utilização do benefício da Lei do Bem, que reduz significativamente os lucros fiscais futuros. Em 2020, excepcionalmente, a Companhia registrou lucro fiscal em função do êxito na ação judicial que pleiteava a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS.

8. Fornecedores:	2022	2021
Fornecedores Mercado Interno	3.586	5.449
Fornecedores Mercado Externo	18.979	15.159
	22.565	20.608

9. Empréstimos e financiamentos:

			2022		2021	
Instituição	Moeda / Encargos	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FINEP	Real / TR + 3,5% a.a.	2024	3.407	567	3.364	3.911
BNDES	Real / TR + 4,75% a.a.	2027	4.175	12.757	3.399	16.667
			7.582	**13.324**	**6.763**	**20.578**

10. Obrigações sociais e trabalhistas	2022	2021
Salários e Ordenados a Pagar	2.069	1.790
Pensão Alimentícia a Pagar	4	3
INSS a Recolher	1.052	905
FGTS a Recolher	361	299
Participação de Empregados a Pagar	1.742	2.665
Provisão p/Férias e Encargos	5.729	4.788
	10.957	10.450

11. Obrigações fiscais	2022	2021
COFINS a Recolher	506	3
PIS a Recolher	107	1
IPI a Recolher	1.949	1.726
ICMS a Recolher	761	1.782
ISSQN a Recolher	72	54
Ret. PIS/COFINS/CSLL a Recolher	131	345
IRRF a Recolher	1.472	1.166
	4.998	5.077

12. Provisão para contingências: A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. Em 2022, a Companhia possui o montante de R$ 5.233 (R$ 6.133 em 2021) provisionado como contingências prováveis de perda, as quais são relacionadas a riscos trabalhistas, de acordo com a posição da administração e de seus assessores jurídicos. Em 2022, a Companhia possui outros processos e obrigações trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo considerados como de risco possível, no montante de R$ 80 (R$ 447 em 2021), os quais são relacionados a riscos trabalhistas, para os quais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nenhuma provisão foi constituída.
13. Patrimônio líquido: ***a. Capital social:*** O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é composto de 15.000.000 ações ordinárias, no valor nominal de R$ 10,03 cada uma. ***b. Reserva de lucros:*** De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado, após dedução dos eventuais prejuízos acumulados, poderá ser destacada uma parcela correspondente à participação nos lucros destinados aos Acionistas da Companhia, respeitando o limite que a legislação estabelece. O saldo remanescente do resultado do exercício terá a destinação de 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal. E, após a distribuição de dividendos obrigatórios, o saldo remanescente, será destinado à constituição da Reserva para Efetivação de Novos Investimentos, exceto se outra for a decisão aprovada em Assembleia Geral. ***c. Dividendo mínimo obrigatório:*** Do saldo remanescente, do item anterior, ajustado na forma da lei, 1% (um por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório. Em 2022, foi destinado o montante de R$ 321 a título de dividendos obrigatórios conforme o Estatuto Social. Durante o ano de 2022, foi revertido da Reserva de Novos Investimentos o montante de R$ 35.000 para distribuição de dividendos e foi destinado da Reserva de Lucros a Realizar o montante de 5.000 para Dividendos à Pagar.
14. Receita operacional líquida: Abaixo, apresentamos a conciliação entre a receita bruta, para fins fiscais, e a receita apresentada nas demonstrações de resultados do exercício:

	2022	2021
Venda de Produtos	261.835	269.625
Venda de Mercadorias	67.949	76.171
Prestações de Serviços	9.740	9.724
Total da Receita Bruta	**339.524**	**355.520**
(-) Impostos sobre as Vendas	(67.818)	(77.817)
(-) Devoluções, abatim. e cancelamentos	(14.707)	(10.104)
Receita Líquida de Vendas	256.999	267.599

Abaixo, apresentamos a composição da receita bruta fiscal, por região:

	2022	2021
Receita no Brasil	324.803	339.730
Receita no Exterior	14.721	15.790
Receita Bruta	**339.524**	**355.520**

Nota: As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, inclusive com o parecer de auditoria emitido pela **Grant Thornton Auditores Independentes Ltda**. CRC 2SP-025.583/O-1
Romeu Sabino da Silva - Contador CRC 1RS-071.263/O-0
Antônio Carlos Tiecher Pôrto - Presidente.

PUBLICIDADE LEGAL

Recrusul S.A. - Companhia Aberta - CNPJ n. 91.333.666/0001-17 - NIRE 43.300.005.003 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Convidamos os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Luiz Pasteur n° 1020, em Sapucaia do Sul, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em regime ordinário (1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e, **(2)** eleger os membros do Conselho de Administração, bem como o Presidente e Vice-Presidente do órgão, e **(3)** fixar o montante da remuneração dos administradores. **Em regime extraordinário (1)** retificar os termos e condições originais do aumento de capital deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 21/12/2022 ("Aumento de Capital"), de forma a prever que as ações subscritas possam ser integralizadas em até nove meses da sua data de subscrição, bem como homologar o Aumento de Capital; **(2)** alterar o artigo 5º do Estatuto Social; **(3)** deliberar o Grupamento de Ações conforme Ofício 032/2023 – SLS B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão; e **(4)** deliberar a Celebração de Contratos de Indenidade com os administradores. **INFORMAÇÕES GERAIS: A) Participação Presencial:** Para participar e votar na Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte: (a) apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária, ou, se for o caso, pelo custodiante, em ambos os casos nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos; (c) apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações; **B)** Informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). **C)** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e no site da Comissão de Valores Mobiliários na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br), todos os documentos exigidos por lei e pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia. **D) Boletim de Voto à Distância**: a Companhia adotará para a Assembleia Geral o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Resolução CVM n° 81/22, permitindo que seus Acionistas enviem, diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia (Itaú Corretora de Valores S/A), o Boletim de Voto a Distância, o qual se encontra à disposição dos Acionistas junto aos demais documentos referentes à Assembleia Geral. A Companhia informa que instruções adicionais sobre o procedimento de votação a distância poderão ser consultadas no próprio Boletim de Voto a Distância. Sapucaia do Sul, RS, 28 de março de 2023. **BERNARDO FLORES -** Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

RECRUSUL – CONFIANÇA É A NOSSA MARCA

Companhia Aberta
C.N.P.J.: 91.333.666/0001-17
NIRE 43.300.005.003

RCSL B3 LISTED

Relatório da Administração 2022

Em cumprimento às disposições de ordem legal e estatutária, é com grande prazer que esta diretoria submete à apreciação de V.S.ª o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultados e as demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Nesta oportunidade, externamos o nosso reconhecimento aos senhores acionistas e aos colaboradores pelo apoio que têm prestado a nossa administração. Para qualquer esclarecimento colocamo-nos ao inteiro dispor de V.S.ª. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM no. 381 informamos que os auditores independentes da Companhia, não prestaram durante o exercício de 2022 e 2021 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. Sapucaia do Sul – RS, março 2023. Os Administradores

Balanços Patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

ATIVO	Notas	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
CIRCULANTE		**28.122**	**32.806**	**29.437**	**34.223**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.553	4.552	1.555	4.552
Clientes	5	8.097	4.371	8.355	5.047
Estoques	6	12.294	13.851	13.061	14.163
Impostos a Recuperar		2.893	5.784	3.028	5.819
Adiantamentos a Fornecedores		3.156	4.248	3.193	4.547
Outras Contas		129	-	245	95
NÃO CIRCULANTE		**27.228**	**32.901**	**28.718**	**31.982**
Realizável A Longo Prazo		**8.279**	**23.699**	**8.707**	**19.805**
Impostos a Recuperar		-	-	15.280	-
Tributos Diferidos		-	-	428	428
Partes Relacionadas	7	-	4.323	-	-
Depósitos Judiciais		3.886	3.701	3.886	3.702
Crédito da Alienação Imobiliária	7	**4.393**	**15.675**	**4.393**	**15.675**
Investimentos	8	**8.522**	**4.177**	**5.579**	**3.147**
Imobilizado	9	**10.232**	**4.882**	**10.483**	**5.133**
Intangível	9	**195**	**143**	**3.949**	**3.897**
TOTAL DO ATIVO		**55.350**	**65.707**	**58.155**	**66.205**

PASSIVO	Notas	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
CIRCULANTE		**19.460**	**20.227**	**22.383**	**29.756**
Fornecedores	10	2.309	1.006	2.602	1.338
Instituições Financeiras		-	-	-	38
Impostos e Contribuições a Recolher	11	12.624	12.008	15.136	18.919
Adiantamento de Clientes	12	3.627	6.390	3.627	6.415
Obrigações Sociais e Trabalhistas		42	130	99	188
Credores Plano de Parcelamento	13	-	-	-	731
Honorários Administradores		14	108	14	384
Parcelamentos Tributários	11	82	120	87	1.047
Provisões Fiscais Previd. Trab./Cíveis		506	188	529	358
Outras Contas		256	277	289	338
NÃO CIRCULANTE		**41.423**	**86.456**	**41.450**	**77.634**
Credores Plano de Parcelamento	13	4.775	13.309	4.780	14.737
Partes Relacionadas	15	2.682	-	2.682	-
Transação Tributária PGFN	14	30.134	-	30.134	-
Outros Parcelamentos Tributários	14	3.630	55.319	3.854	62.897
Provisão para Perdas em Investimentos		202	17.828	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16**	**(5.353)**	**(40.976)**	**(5.678)**	**(41.185)**
Patrimônio Líquido dos Acionistas Control.		**(5.353)**	**(40.976)**	**(5.533)**	**(40.976)**
Capital Social	16.1	350.000	220.000	350.000	220.000
Capital Social a Integralizar	16.1	(85.714)	(4.000)	(85.714)	(4.000)
Reservas de Capital		543	543	543	543
Prejuízos Acumulados		(270.362)	(257.519)	(270.362)	(257.519)
Participação de Acionistas Não Controladores		**-**	**-**	**(145)**	**(209)**
TOTAL DO PASSIVO		**55.350**	**65.707**	**58.155**	**66.205**

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual e Consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	TOTAL CONSOLIDADO
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**194.000**	**543**	**(259.212)**	**(64.669)**	**(206)**	**(64.875)**
Aumento de Capital	22.000	-	-	22.000	-	22.000
Variação de Participação em Controladas	-	-	3.328	3.328	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	(1.635)	(1.635)	(3)	(1.638)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**216.000**	**543**	**(257.519)**	**(40.976)**	**(209)**	**(41.185)**
Aumento de Capital	48.287	-	-	48.287	-	48.287
Prejuízo do Exercício	**-**	**-**	**(12.844)**	**(12.844)**	**64**	**(12.699)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**264.287**	**543**	**(270.363)**	**5.533**	**(145)**	**5.678**

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	Notas	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	**19**	**91.795**	**73.160**	**91.795**	**73.373**
Impostos e Devoluções		(17.704)	(13.812)	(17.704)	(13.812)
RECEITA LÍQUIDA		**74.091**	**59.348**	**74.091**	**59.561**
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	20	(65.064)	(51.340)	(65.067)	(51.539)
LUCRO BRUTO		**9.027**	**8.008**	**9.024**	**8.022**
Despesas com Vendas		(3.499)	(2.520)	(3.499)	(2.522)
Despesas Administrativas	20	(5.210)	(4.545)	(5.286)	(4.559)
Honorários dos Administradores	20	(158)	(111)	(158)	(111)
Resultado Equivalência Patrimonial		13.400	(253)	-	-
Outras Receitas Operacionais	20	26.300	-	40.455	-
Outras Despesas Operacionais	20	(33.474)	-	(33.474)	-
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		**6.386**	**579**	**7.109**	**832**
Receitas Financeiras	21	3	1	3	1
Despesas Financeiras	21	(19.158)	(2.215)	(19.736)	(2.468)
RESULTADO FINANCEIRO		**(19.155)**	**(2.214)**	**(19.733)**	**(2.467)**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		**(112.769)**	**(1.635)**	**(12.624)**	**(1.635)**
Imposto de Renda e Contribuição Social		(75)	-	(75)	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**23**	**(12.844)**	**(1.635)**	**(12.699)**	**(1.638)**
PREJUÍZO LÍQ. DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	(145)	(3)
Participação dos Acionistas Controladores		-	-	(12.844)	(1.635)
TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES NO PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	**23.b**	**(0,33879)**	**(0,02155)**	**(0,33980)**	**(0,02156)**
Prej. básico e diluído por ação preferencial	**23.b**	**(0,33879)**	**(0,02155)**	**(0,33980)**	**(0,02156)**

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
Prejuízo Líquido do Exercício	**(12.844)**	**(1.635)**	**(12.699)**	**(1.635)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibil. geradas pelas atividades operacionais	**(25.098)**	**(502)**	**(11.698)**	**(758)**
Depreciação e Amortização	1.146	880	1.146	880
Equivalência Patrimonial	(13.400)	253	-	-
Participação dos Não Controladores	-	-	(145)	(3)
Variações nos ativos e passivos	**(13.749)**	**(12.830)**	**(46.195)**	**(3.610)**
Aumento(Redução) de Clientes	(3.726)	(1.571)	(3.308)	(1.556)
(Aumento) Redução de Estoques	1.557	(7.254)	1.102	(7.151)
(Aumento) Red. de Impostos a Recuperar Circulante	2.891	(2.632)	2.791	(2.632)
(Aumento) Redução de Adiantamentos a Fornecedores	997	(2.684)	1.354	(2.958)
(Aumento) Redução de Outras Ativos Circulantes	(34)	2.432	(340)	2.432
Aumento (Redução) Credores Plano de Parcelamento	(8.534)	(4.879)	(10.686)	(4.852)
(Aumento) Redução de Outras Ativos Não Circulantes	11.282	2.343	11.282	2.359
Aumento (Redução) de Depósitos Judiciais	(184)	(1.504)	(184)	(1.504)
Aumento (Redução) de Fornecedores	1.303	176	1.264	87
(Aumento) Redução de Impostos e Contrib. a Recolher	616	384	(3.782)	537
Aumento(Redução) de Adiantamento de Clientes	(2.763)	4.517	(2.788)	4.517
(Aumento) Redução de Débitos Trabalhistas /Cíveis	230	88	81	93
Aumento (Redução) de Honorários Administradores	(94)	(11)	(369)	(11)
Aum. (Red.) de Parcelamentos Federais Circulante	(38)	(9)	(961)	2
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulante	(20)	(71)	(50)	(71)
Aumento (Redução) Débito de Cotroladas	(4.323)	(4.027)	-	295
Aumento (Red.) Parcelam. Federais Não Circulante	(21.555)	1.872	(41.601)	1.951
(Aumento) Redução de Outras Contas	**-**	**28**	**-**	**(314)**
Caixa líquido proveniente das ativ. operacionais	**(38.847)**	**(13.304)**	**(57.892)**	**(4.682)**
Investimentos	(21.518)	(2.985)	(2.432)	(3.000)
Variação de Ativo Imobilizado	6.496	(2.212)	6.496	(2.212)
Aquisição de Intangiveis	(98)	(58)	(98)	(3.810)
Caixa líquido proveniente das ativ. de investim.	**(15.120)**	**(5.255)**	**3.965**	**(9.022)**
Adiantamento para Aumento de Capital	48.286	22.000	48.286	22.000
Aumento (Redução) Instituições Financeiras	-	-	(38)	(103)
Aumento (Redução) Débito de Partes Relacionadas	2.682	(45)	2.682	(45)
Caixa líq. proven. das atividades de financiamento	**50.968**	**21.955**	**50.930**	**17.000**
Aumento de caixa e equivalente de caixa	**(2.999)**	**3.396**	**(2.997)**	**3.296**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4.552	1.156	4.552	1.256
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.553	4.552	1.555	4.552

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
Receitas	**100.391**	**59.348**	**114.546**	**59.561**
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	74.091	59.348	74.091	59.561
Outras Receitas	26.300	-	40.455	-
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(65.064)**	**(51.340)**	**(65.067)**	**(51.539)**
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(65.064)	(51.340)	(65.067)	(51.539)
Valor Adicionado Bruto	**35.327**	**8.008**	**49.479**	**8.022**
Retenções	**(1.146)**	**(880)**	**(1.146)**	**(880)**
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.146)	(880)	(1.146)	(880)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**34.181**	**7.128**	**48.333**	**7.142**
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	**13.403**	**(252)**	**3**	**1**
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.400	(253)	-	-
Receitas Financeiras	3	1	3	1
Valor Adicionado Total a Distribuir	**47.584**	**6.876**	**48.336**	**7.143**
Distribuição do Valor Adicionado	**47.584**	**6.876**	**48.336**	**7.143**
Pessoal	**5.081**	**4.945**	**5.081**	**4.958**
Remuneração Direta	4.572	4.534	4.572	4.547
F.G.T.S.	509	411	509	411
Impostos, Taxas e Contribuições	**2.108**	**1.780**	**2.108**	**1.780**
Federais	2.107	1.780	2.107	1.780
Estaduais	1	-	1	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	**53.239**	**1.786**	**53.991**	**2.043**
Juros	19.158	2.215	19.738	2.470
Aluguéis	344	274	344	274
Outras	33.737	(703)	33.909	(701)
Remuneração de Capitais Próprios	**(12.844)**	**(1.635)**	**(12.844)**	**(1.638)**
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	(12.844)	(1.635)	(12.699)	(1.635)
Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	(145)	(3)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: Informações sobre a Companhia: A Recrusul S/A (B3 Brasil: RCSL3, RCSL4) é uma *holding* operacional de negócios industriais no segmento de implementos rodoviários, refrigeração de transportes/industrial e fabricação e montagem de tratores situada na cidade de Sapucaia do Sul – RS. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 20 de janeiro de 2023. **NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas: • Refrima S/A; • Refrisa S/A; • Recrusul Turismo Ltda. • MaxxiBrasil Industria de Tratores Ltda. **NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS: 3.1 Consolidação da Demonstrações Financeiras: a) Demonstrações Financeiras Individuais:** Nas Demonstrações Financeiras Individuais, os efeitos das Controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. **b) Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa no. 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 – Demonstrações Consolidadas, em conformidade com os seguintes aspectos: • A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação de elementos patrimoniais. • Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores. • A participação de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. **c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2022: • Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": proibiu a dedução dos valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido do custo do imobilizado, passando estas receitas e custos relacionados a serem registrados diretamente no resultado do exercício. • Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": a alteração esclareceu que na avaliação se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento deste deve incluir os seus custos incrementais de cumprimento, além da alocação de todos 0s outros custos que se relacionam diretamente ao seu cumprimento. • Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios": a alteração somente substituiu as referências da versão antiga da estrutura conceitual básica pela mais atual, emitida em 2018. A empresa avaliou as alterações acima mencionadas e concluiu que as mesmas não tiveram impactos materiais em suas demonstrações financeiras. **3.2 Estimativas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações. A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requerem da Administração um maior grau de julgamento e uso de estimativas que podem afetar os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem (a) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (b) vida útil, *impairment*: e valor residual de ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes os estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas, pelo menos, trimestralmente. **3.3 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis:** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. **3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa:** O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários que podem ser conversíveis em um montante conhecido de caixa. **3.5 Clientes:** As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas. **3.6 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio de realização ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. **3.7 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **3.8 Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo. **3.9 Imobilizado:** De acordo com a Deliberação CVM n° 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. **3.10 Intangível:** Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e, softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM n° 644/10. **3.11 Passivo Circulante e Não Circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **3.11.1 Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado. **3.11.2 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. **3.12 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos:** Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis em consonância com Deliberação CVM n° 564/08. **3.13 Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **3.14 Reconhecimento das Receitas de Vendas:** A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. **3.15 Demonstração do Valor Adicionado – DVA:** A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários.

NOTA 04 – EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Bancos Conta Corrente	1.553	4.552	1.555	4.552
Total Equivalentes de Caixa	**1.553**	**4.552**	**1.555**	**4.552**

NOTA 05 – CLIENTES

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Clientes Nacionais	11.046	7.320	11.304	8.400
(-)Prov.Créditos Liquid. Duvidosa	(2.949)	(2.949)	(2.949)	(3.353)
Total Líquido a Receber	**8.097**	**4.371**	**8.355**	**5.047**

NOTA 06 – ESTOQUES

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Produtos Prontos	2.010	4.164	2.299	4.476
Produtos em Processo	1.619	1.688	2.097	1.688
Matéria-Prima	8.665	7.999	8.665	7.999
Total Líquido	**12.294**	**13.851**	**13.061**	**14.163**

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Crédito c/Partes Relacionadas	-	4.323	-	-
Total Líquido a Receber	**6.266**	**4.323**	**-**	**-**

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Crédito Alienação Imobiliária	**4.393**	**15.675**	**4.393**	**15.675**
Total Líquido a Receber	**4.393**	**15.675**	**4.393**	**15.675**

NOTA 08 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Descrição	Refrima S/A	Refrisa S/A	Recrusul Turismo Ltda	Maxxi Indústria de Tratores Agrícolas Ltda.	2022	2021
Capital Social	6.000	28.521	352	1.500	36.373	26.823
Patrimônio Líquido	(180)	1.338	(39)	1.621	2.740	(20.348)
% de Participação No Capital Votante	98,06	99,84	95,00	100	-	-
% de Participação No Capital Total	98,06	99,84	95,00	100	-	-
Lucro (Prej.) do Exerc.	9.515	4.071	-	(48)	13.538	(310)
Equiv. Patrimonial	9.365	4.083	-	(48)	13.400	(253)
Provisão p/ Perda em Investimentos	(165)	-	(37)	-	(202)	(17.828)
Participação em Controladas					2.959	1.030
Saldo de Outros Investimentos					5.563	3.147
Saldo Total de Investimentos					**8.522**	**4.177**

Em 01/07/2022 a Recrusul S/A adquiriu da Refrima S/A. 29,6% da participação da Refrisa S/A aumentando assim seu percentual de participação de 70,68% para 99,84% e o valor da Equivalência Patrimonial e a Provisão para Perda em Investimentos do quadro acima reflete a aplicação de ambos percentuais ao longo de 2022.

NOTA 09 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Controladora

Descrição	2021	Aquis.	Baixas	Transf.	Deprec.	2022
Direito de Uso	930	-	-	-	(360)	570
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	4.085	2.079	-	-	(658)	5.506
(-)Prov, perdas Maq, e Motores	(942)	-	-	-	-	(942)
Veículos	35	28	-	-	(12)	51
Móveis e Utensílios	41	5	-	-	(5)	41
Processamento de Dados	102	52	-	-	(35)	119
Instalações/Ferramentas	248	120	-	-	(30)	338
Imobilizado em Andamento	383	4.167	-	-	-	4.550
TOTAL sem Intangível	**4.882**	**6.451**	**-**	**-**	**(1.100)**	**10.232**
Intangível	143	98	-	-	(46)	195
TOTAL com Intangível	**5.025**	**6.549**	**-**	**-**	**(1.146)**	**10.427**

Consolidado

Descrição	2021	Aquis.	Baixas	Transf.	Deprec.	2022
Direito de Uso	930	-	-	-	(360)	570
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	4.325	2.079	-	-	(658)	5.746
(-)Prov. perdas Maq. e Motores	(942)	-	-	-	-	(942)
Veículos	35	28	-	-	(12)	51
Móveis e Utensílios	47	5	-	-	(5)	47
Processamento de Dados	107	52	-	-	(35)	124
Instalações/Ferramentas	248	120	-	-	(30)	338
Imobilizado em Andamento	383	4.167	-	-	-	4.550
TOTAL sem Intangível	**5.133**	**6.451**	**-**	**-**	**(1.100)**	**10.483**
Intangível	3.897	98	-	-	(46)	3.949
TOTAL com Intangível	**9.030**	**6.549**	**-**	**-**	**(1.146)**	**14.432**

NOTA 10 – FORNECEDORES

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fornecedores	2.309	1.006	2.602	1.338
Total Fornecedores	**2.309**	**1.006**	**2.602**	**1.338**

NOTA 11 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER NO CIRCULANTE

Impostos, Taxas e Contribuições

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Obrigações Fiscais Federais	523	574	2.506	2.504
Obrigações Fiscais Estaduais	12.180	11.299	17.202	17.202
Obrigações Fiscais Municipais	3	255	260	260
TOTAL IMPOSTOS	**12.706**	**12.128**	**19.968**	**19.966**

A maior parte dos passivos tributários da CONTROLADORA e CONSOLIDADO no curto prazo envolvem ICMS que totalizou em 31/12/2022 o montante de R$ 12.180 e em 31/12/21 R$ 11.299 na CONTROLADORA, os quais estão sendo corrigidos mensalmente. A administração da Companhia está buscando alternativas para o equacionamento destes passivos, ao mesmo tempo em que procura melhorar os resultados operacionais da Companhia. **NOTA 12 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES:** Os montantes de R$ 3.627 em 31/12/2022 e de R$ 6.390 em 31/12/2021 são referentes a contratos comerciais da linha de implementos rodoviários recebidos, parcialmente, de forma antecipada. **NOTA 13 – CREDORES PLANO DE PARCELAMENTO (Circulante e Não Circulante):** Os saldos do Plano de Recuperação Judicial de 2006 (processo n.º 035/1.06.0000410-0), são os seguintes:

Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONTROLADORA

Descrição	2022 Circulante	2022 Não Circulante	2022 Total	2021 Circulante	2021 Não Circulante	2021 Total
Trabalhistas	-	-	-	-	8.905	8.905
Inst. Financeiras	-	-	-	-	-	-
Quirografários	-	2.030	2.030	-	4.404	4.404
Cred. Extraconcursais	-	2.745	2.745	-	-	-
Dividas RJ Controladas	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**4.775**	**4.775**	**-**	**13.309**	**13.309**

Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONSOLIDADO

Descrição	2022 Circulante	2022 Não Circulante	2022 Total	2021 Circulante	2021 Não Circulante	2021 Total
Trabalhistas	-	-	-	186	10.507	10.693
Inst. Financeiras	-	-	-	-	-	-
Quirografários	-	-	-	545	4.404	4.949
Cred. Extraconcursais		2.030	2.030	-	-	-
Dividas RJ Controladas	-	2.750	2.750	-	-	-
(-) Ajuste Vlr. Presente	-	-	-	-	(174)	(174)
TOTAL	**-**	**4.780**	**4.780**	**731**	**14.737**	**15.468**

NOTA 14- PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS A LONGO PRAZO: Em 02/03/2023, a Companhia e suas controladas assinaram Acordo de Transação Tributária, através do pagamento da primeira parcela, com a PGFN – Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme Lei n° 13.988/2020 e Portaria PGFN n° 6.757/2022 englobando a totalidade de seus débitos tributários federais. O valor total dos débitos em tal acordo foi de R$ 156,05 milhões e o saldo final após os descontos e o aproveitamento de créditos de prejuízo fiscal e utilização da base negativa da contribuição social, consolidou um passivo tributário da ordem de R$ 30,13 milhões. O prazo de pagamento destes débitos tributários será de até 120 meses, acrescido da variação da SELIC. Os pagamentos serão feitos de forma escalonada com objetivo de adequar o saldo do passivo tributário federal a real capacidade de pagamento da Companhia. O montante de R$ 3.630 na controladora e de R$ 3.749 no consolidado em 31/12/2022 refere-se a parcelamentos tributários, primordialmente, municipais com prazo de pagamentos de até 100 meses. O montante de R$ 55.319 na controladora e de R$ 62.897 no consolidado em 31/12/2021 referia-se ao PERT – Programa de Regularização Federal que foi substituído pelo Acordo de Transação Tributária em 02/03/2023. **NOTA 15- PARTES RELACIONADAS:** Referem-se a transferência de recursos efetuadas com os acionistas, as quais apresentavam saldo de R$ 2.682 em 31/12/2022 e zero em 31/12/2021. **NOTA 16- PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 16.1 Capital Social e Direito das Ações:** O capital social autorizado, conforme Estatuto Social é de R$ 220.000, cujo valor está totalmente integralizado, representado antes do grupamento de ações por 25.409 ações ordinárias e 50.414 ações preferenciais, totalizando 75.823 ações sem valor nominal, que depois do grupamento de ações, conforme AGE de 24/06/22, ato registrado na JUCERGS sob o nº 8344281 na data de 04/07/22 , passou a ser representado da seguinte forma: 12.704 ações ordinárias e 25.207 ações preferenciais, totalizando 37.911 ações sem valor nominal. Em 21/12/2022 a Companhia deliberou Aumento do Capital Social no valor de R$ 129.999.999,60 (cento e vinte e nove milhões novecentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos), mediante a emissão, para subscrição privada de até 72.606.536 (setenta e dois milhões, seiscentos e seis mil, quinhentos e trinta e seis) ações ordinárias e até 144.060.130 (cento e quarenta e quatro milhões, sessenta mil, cento e trinta) ações preferenciais. Assumindo a totalidade da subscrição objeto do aumento de capital, o capital social da Companhia poderá alcançar o valor de, no máximo R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) com um total de 254.578.353 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e setenta e oito mil, trezentos e cinquenta e três) ações sendo, 85.311.011 (oitenta e cinco milhões, trezentos e onze mil e onze) ações ordinárias e 169.267.342 (cento e sessenta e nove milhões, duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e quarenta e duas) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal e será realizado mediante subscrição de novas ações. **16.2 Efeito Decorrente de Investimentos em Controlada:** Corresponde ao reconhecimento do resultado no exercício do efeito de ajustamento de investimento em controladas. **NOTA 17 - CONTRATOS DE SEGUROS:** Atualmente a Companhia não possui contratos de seguros vigentes. **NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS:** A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022. **NOTA 19 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:** A Receita Operacional Líquida é composta como segue:

Tipo	Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita	Receita Bruta das Vendas	91.795	73.160	91.795	73.373
Receita	Devoluções de Vendas	(804)	(6)	(804)	(6)
Receita	Impostos sobre as Vendas	(16.900)	(13.806)	(16.900)	(13.806)
	Receita Operacional Líquida	**74.091**	**59.348**	**74.091**	**59.561**

NOTA 20 - DESPESAS POR NATUREZA

Tipo	Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Custo	Remuneração Direta	(6.219)	(5.723)	(6.222)	(5.808)
Custo	Matérias-primas e Materiais de Consumo	(52.215)	(39.917)	(52.215)	(40.006)
Custo	Gastos Gerais de Fabricação	(5.629)	(4.919)	(5.629)	(4.942)
Custo	Custos com Depreciação/Amortização	(1.001)	(783)	(1.001)	(783)
	Custo Total de Produção	**(65.064)**	**(51.340)**	**(65.067)**	**(51.539)**
Despesa	Remuneração Direta	(863)	(642)	(886)	(658)
Despesa	Remuneração dos Administradores	(158)	(111)	(158)	(111)
Despesa	Despesas com Benefícios/FGTS	(735)	(584)	(735)	(584)
Despesa	Honorários Advogados/Auditores/Consultores	(986)	(1.045)	(986)	(1.045)
Despesa	Outras Despesas	(2.626)	(2.272)	(2.632)	(2.272)
	Total das Despesas Administrativas	**(5.368)**	**(4.656)**	**(5.397)**	**(4.670)**
Receita	Outras Receitas Operacionais	26.300	-	26.300	-
	Total Outras Receitas Operacionais	**26.300**	**-**	**26.300**	**-**
Despesa	Outras Despesas Operacionais	(33.474)	-	(33.474)	-
	Outras Despesas Operacionais	**(33.474)**	**-**	**(33.474)**	**-**
	Total Custos e Despesas	**(77.606)**	**(55.996)**	**(77.638)**	**(56.209)**

O valor de R$ 26.300 no item Outras Receitas Operacionais reflete o pagamento parcial do Acordo de Transação Tributária com créditos (outras receitas operacionais) de base negativa de prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social, conforme Fato Relevante divulgado em 02/03/2023. O valor de R$ 33.474 reflete o ajuste e correção dos débitos extraconcursais do Plano de Pagamentos referente a AGC de 06/01/2016 em R$ 20.522; de credores quirografários em R$ 8.279 e ajustes operacionais de despesas diversas em R$ 4.673.

NOTA 21 – RESULTADO FINANCEIRO

Tipo	Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita	Descontos Recebidos	3	1	3	1
	Total Receitas Financeiras	**3**	**1**	**3**	**1**
Despesa	Despesas Tributárias - PGFN	(17.023)	-	(17.022)	-
Despesa	Despesas Tributárias - Juros e Multas	(2.135)	(2.215)	(2.714)	(2.468)
	Total Despesas Financeiras	**(19.158)**	**(2.215)**	**(19.736)**	**(2.468)**
	Total Resultado Financeiro	**(19.155)**	**(2.214)**	**(19.733)**	**(2.467)**

NOTA 22 – CONCILIAÇÃO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE A CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício 2022	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício 2021	Patrimônio Líquido 2022	Patrimônio Líquido 2021
Controladora	**(12.844)**	**(1.635)**	**5.533**	**(40.976)**
Ajustes Avaliação de Investimento				
Participação dos Não Controladores	36	(3)	(145)	(209)
Resultados Abrangentes	-	-		
Consolidado	**(12.808)**	**(1.638)**	**5.678**	**(41.185)**

Continua

Continuação

NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO: Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta as seguintes informações:

a) Movimentação do número de ações:

Ações Emitidas	2022	2021
Ações Ordinárias	12.704	25.409
Ações Preferencias	25.207	50.414
Total Ações Emitidas	**37.911**	**75.823**

b) Resultado por ação:

Controladora	2022	2021
Lucro (prejuízo) do exercício	(12.844)	(1.635)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação Ordinária e Preferencial	(0,33879)	(0,02155)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação Preferencial	(0,33879)	(0,02155)

NOTA 24 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO: As Demonstrações de Resultado do Exercício já estão adequadas aos princípios necessários determinados pela deliberação CVM nº 582/09 visto o faturamento do 4TRI 2022 ter sido exclusivamente no segmento de implementos rodoviários.

NOTA 25 – ARRENDAMENTO MERCANTIL: A Companhia reconheceu, prospectivamente, 01 (um) ativo relacionado a contratos de arrendamento no contexto de arrendamento mercantil operacional, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16. A natureza das despesas relacionadas a esse contrato de arrendamento mudou, uma vez que a Companhia passou a registrar o direito de uso do ativo como depreciação/amortização, em substituição a despesa operacional (aluguel) utilizada em exercícios anteriores. O registro no ativo foi efetuado pelos valores líquidos, já que o contrato foi pago integralmente, de forma antecipada.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bernardo Flores – Presidente
Ricardo Mottin Jr. - Vice- Presidente
Ernani Catalani Filho – Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente
Bernardo Flores – Diretor Vice-Presidente
Luiz Alcemar Baumart - Diretor de Relações com os Investidores
Márcia Rosi Wolff - Contadora CRC-RS 63.644 CPF 703.755.500-20

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Recrusul S.A. Sapucaia do Sul - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Recrusul S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Recrusul S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Retomada das atividades operacionais: A Companhia retomou as suas atividades operacionais a partir de maio de 2018, tendo alcançado o faturamento líquido consolidado de R$ 74.091 mil no exercício (R$ 59.561 mil em 2021), mas ainda incorreu em prejuízos operacionais nos últimos exercícios, ainda apresenta deficiência de capital de giro em 2022. Apesar da retomada das atividades operacionais a partir de maio de 2018, esses eventos ou condições ainda podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de retomada das atividades operacionais aos níveis adequados ao equilíbrio econômico financeiro da Companhia. Entretanto, a Companhia possui uma carteira de pedidos ativa, fato este que vem mitigando novos riscos com relação a capacidade de retomada operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase – Pagamento do Acordo de Transação Individual:** Conforme descrito na nota explicativa 14, em 02 de março de 2023 a Companhia e suas controladas optaram por incluir seu passivo tributário federal no Acordo de Transação Individual previsto na lei nº 13.988/2020 e Portaria PGFN nº 6.757/2022. O passivo deverá ser pago em 120 parcelas mensais e escalonadas, sendo assim a capacidade de pagamento do parcelamento depende da geração de caixa futura da Companhia e suas controladas, o não cumprimento das regras estabelecidas na Transação pode resultar em uma possível exclusão dos parcelamentos, com consequente recomposição dos saldos, acrescidos de juros e multas definidos nas obrigações originais. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Retomada das atividades operacionais: Porque é um PAA: A Companhia incorreu em prejuízos operacionais nos últimos exercícios e deficiência de capital de giro que culminou com a parada de suas operações desde o exercício de 2015 até maio de 2018. No exercício de 2022, apesar do crescimento do seu faturamento bruto, a Companhia ainda incorreu em prejuízo, o que pode comprometer a retomada de suas operações aos níveis adequados. Para enfrentar esses desafios, a Administração vem buscando formas de capitalização via integralização de capital e geração de caixa operacional. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?** Obtivemos junto a administração da Companhia a documentação referente ao processo de aumento de capital iniciado em 05 de novembro de 2018, do qual restavam R$ 30.021 mil a serem integralizados em 31 de dezembro de 2018, dos quais foram totalmente integralizados até 2022, bem como referente ao aumento de capital iniciado em 21 de dezembro de 2022, no montante de R$ 130.000 mil, do qual restavam R$ 85.714 mil a serem integralizados em 31 de dezembro de 2022, incluindo atas de reuniões, assembleia, fatos relevantes e comunicados ao mercado referentes as transferências de direitos de subscrição entre acionistas, bem como analisamos tais documentos para concluirmos quanto a sua legitimidade, confirmando o aumento e posterior realização do capital social. **Acordo de Transação Individual: Porque é um PAA:** Conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas firmaram acordo em 02 de março de 2023, de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria PGFN nº 6.757/2022, tendo por objeto o parcelamento de um conjunto de débitos fiscais relacionados no Acordo, os quais totalizam o montante de R$ 30.134 mil. Para registro, a Companhia reabriu seu balanço em 31 de dezembro de 2022 em conformidade com o CPC 24 – Eventos Subsequentes e demonstrou os impactos da adesão, bem como vem cumprindo com as obrigações estabelecidas na referida Transação. O não cumprimento das regras estabelecidas na Transação, pode resultar em uma possível exclusão dos parcelamentos, com consequente recomposição dos saldos, acrescidos de juros e multas definidos nas obrigações originais. Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como dos possíveis efeitos que poderiam advir do não cumprimento das regras estabelecidas e impactar às demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?** Avaliamos as bases tributárias utilizadas e a documentação comprobatória referente aos lançamentos efetuados, bem como a adequação dos lançamentos com as normas contábeis vigentes no Brasil, incluindo o respaldo do registro antecipado no CPC 24 – Eventos subsequentes. Verificamos a confirmação do acordo da transação junto a PGFN e validamos os valores registrados conforme dívida pactuada com o órgão. Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Baseados nos procedimentos, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre as obrigações tributárias parceladas. **Outros Assuntos: Auditoria do exercício anterior:** As demonstrações financeiras da Recrusul S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram por nós examinadas cujo relatório foi emitido em 04 de março de 2022, sem ressalvas e contendo e parágrafos de ênfase sobre a retomada das atividades operacionais e os parcelamentos de tributos federais no PERT, este último assunto foi resolvido em 2022. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, SP, 22 de março de 2023.

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador – CRCSC no. 020036-0-8 T-SP

Taticca Auditores Independentes S/S
CRC 2 SP-032267-0-1 - CVM 12.220

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Os Sr. Ricardo Mottin Jr., Sr. Bernardo Flores e o Sr. Luiz Alcemar Baumart na qualidade de Diretores da Recrusul S/A, sociedade por ações com sede na cidade de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Luiz Pasteur, 1020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.333.666/0001-17 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI4 do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Sapucaia do Sul, 23 de março de 2023.

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente Bernardo Flores - Diretor Vice-Presidente Luiz Alcemar Baumart - Diretor de Relações com os Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Os Srs. Ricardo Mottin Jr., Bernardo Flores e Luiz Alcemar Baumart declaram, na qualidade de Diretores da Recrusul S/A, sociedade por ações com sede na cidade de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Luiz Pasteur, 1020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.333.666/0001-17 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, sobre as demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Sapucaia do Sul, 23 de março de 2023.

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente Bernardo Flores - Diretor Vice-Presidente Luiz Alcemar Baumart - Diretor de Relações com os Investidores

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

UNICASA

Unicasa Indústria de Móveis S.A.

NIRE nº 43300044513-RS - CNPJ/ME nº 90.441.460/0001-48

UCAS B3 LISTED NM

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 71 REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 09 (nove) dias do mês de março de 2023, às 13:30 horas, na sede social da **UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.** ("Companhia"), localizada no município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Federal BR-470, S/N, km 212,930, bairro São Vendelino, CEP 95707-540. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS:** Convocação realizada nos termos do artigo 18º do Estatuto Social da Companhia. Compareceram, por teleconferência, conforme permitido pelo artigo 20º do Estatuto Social da Companhia, os seguintes membros do Conselho de Administração: Gelson Luis Rostirolla, Alexandre Grendene Bartelle, Gustavo Dall Onder, Giuliano Silvio Dedini Zorgniotti e Rodrigo Silva Marvão. **3. MESA:** Sr. Gelson Luis Rostirolla - **Presidente**; Sr. Gustavo Dall Onder - **Secretário**. **4. ORDEM DO DIA: a)** Examinar e discutir o desempenho da companhia no 4º trimestre de 2022 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as respectivas Demonstrações Contábeis, o Relatório da Administração, e o Parecer, sem ressalvas, dos Auditores Independentes; **b)** Deliberar sobre a proposta da Diretoria referente à destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **c)** Deliberar sobre o pagamento de Remuneração Variável à Diretoria Executiva da Companhia referente ao exercício social de 2022; **d)** Deliberar sobre o relatório do Comitê de Auditoria e relatório do Comitê de Ética, referente ao exercício social 2022; **e)** Deliberar sobre o estudo técnico de viabilidade econômica e financeira, elaborado e aprovado pela Diretoria, que demonstra a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros da Companhia, confirmando a manutenção dos créditos fiscais de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais da Companhia, conforme Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **5. DELIBERAÇÕES**: Os Conselheiros presentes, após o exame, discussão e votação da matéria da Ordem do Dia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o que segue: **a)** Aprovaram, "*ad referendum*" da Assembleia Geral Ordinária, o desempenho e as respectivas Demonstrações Contábeis da Companhia no 4º trimestre de 2022 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Relatório da Administração e o Parecer, sem ressalvas, dos Auditores Independentes. **b)** Aprovaram, "*ad referendum*" da Assembleia Geral Ordinária, a destinação do lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme proposto pela Diretoria, no montante de R$ 32.946.981,29 (trinta e dois milhões, novecentos e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e nove centavos), a ser distribuído da seguinte forma: (i) R$ 1.647.349,06 (um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil trezentos e quarenta e nove reais e seis centavos) serão destinados à reserva legal, nos termos do artigo 34º, alínea "a" do Estatuto Social da Companhia; (ii) R$ 7.824.908,00 (sete milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e oito reais) serão distribuídos como dividendo obrigatório, nos termos do artigo 34, alínea "c" do Estatuto Social da Companhia; (iii) R$4.176.375,70 (quatro milhões, cento e setenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais e setenta centavos) serão distribuídos como dividendos, nos termos do Art. 34, alínea "g" do Estatuto Social da Companhia (Art. 202, §6º, da Lei nº 6.404/76.) Diante do acima deliberado, o total proposto para distribuição de dividendos (ii + iii) é de R$ 12.001.283,70 (doze milhões, um mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta centavos), totalizando R$0,1816000000 por ação, que serão pagos da seguinte forma: i. Sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados aos dividendos obrigatórios, o montante de R$ 12.001.283,70 (doze milhões, um mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta centavos), correspondentes a R$0,181600000 por ação, já declarados, conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de dezembro de 2022. Haverá retenção de Imposto de Renda na fonte conforme a legislação vigente. Farão jus ao recebimento do JCP os acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia em 06 de dezembro 2022, sendo a data da negociação "ex-JCP" a partir de 07 de dezembro 2022, inclusive; e ii. O pagamento ocorrerá no dia 25 de maio de 2023, sem remuneração ou atualização monetária. (iv) R$19.298.348,53 (dezenove milhões, duzentos e noventa e oito mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos) serão destinados para a reserva de lucros, para a realização de investimentos de modernização e expansão do parque fabril da companhia nos termos do artigo 34º, alínea "e" do Estatuto Social da Companhia e com base no Orçamento de Capital elaborado e aprovado pela Diretoria Executiva (Art. 196 da Lei nº 6.404/76). **c)** Aprovaram, com abstenção do Sr. **Gustavo Dall Onder** devido ao conflito de interesse, baseada na Remuneração Global da Diretoria aprovada na assembleia geral de 28 de abril de 2022, o pagamento de Remuneração Variável à Diretoria Executiva da Companhia para o exercício social de 2022 no montante global de R$ 836.118,38 (oitocentos e trinta e seis mil cento e dezoito reais e trinta e oito centavos) a ser alocado individualmente a cada Diretor conforme política interna da Companhia. **d)** Os conselheiros consignam, neste ato, conforme previsto na cláusula 2 do Regimento do Comitê de Auditoria, que receberam do Comitê de Auditoria um resumo detalhado sobre as atividades que estes tem desenvolvido na Companhia bem como: avaliação das demonstrações financeiras do quarto trimestre corrente e a aprovação do planejamento da auditoria interna para o exercício social de 2023, baseado na Matriz de Riscos Corporativos da Unicasa Indústria de Moveis S.A. Receberam também um resumo detalhado sobre as atividades do Comitê de Ética. **e)** Aprovaram, nos termos do art. 4º da Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2012, o estudo técnico de viabilidade econômica e financeira, elaborado e aprovado pela Diretoria, que demonstra a capacidade de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios sociais da companhia, confirmando a manutenção dos créditos fiscais de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais da companhia, conforme Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. (a.a) Mesa: Gelson Luis Rostirolla - Presidente. Gustavo Dall Onder - Secretário. Conselheiros de Administração: Gelson Luis Rostirolla, Alexandre Grendene Bartelle, Gustavo Dall Onder, Giuliano Silvio Dedini Zorgniotti e Rodrigo Silva Marvão. **7. DECLARAÇÃO:** Na qualidade de Presidente e Secretário da 71ª Reunião do Conselho de Administração, declaramos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Bento Gonçalves, RS, 09 de março de 2023. **Gelson Luis Rostirolla -** Presidente; **Gustavo Dall Onder** - Secretário. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul - Certifico registro sob o nº 8825259 em 27/03/2023 da Empresa UNICASA INDUSTRIA DE MOVEIS S.A., CNPJ 90441460000148 e protocolo - 230791476 - 14/03/2023. Autenticação: 52E7B04A915E1F9898E55BA03B315455B95EAD. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

LCBC IMÓVEIS S/A

CNPJ 04.137.830/0001-16 - NIRE 43 3 0004043 7

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, de acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Permanecemos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração

Balanço Patrimonial - (Valores expressos em reais)

ATIVO	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	7.193.216,99	6.444.315,35
Contas a receber	4.837.191,73	3.273.978,13
Estoques a comercializar	8.767.057,33	8.271.013,01
Outros créditos	155.412,11	98.703,13
	20.952.878,16	**18.088.009,62**
NÃO CIRCULANTE		
Contas a receber	10.118.955,35	11.441.017,83
Depósitos judiciais	100.727,57	78.164,33
Imobilizado	88.721,34	85.432,95
Intangível	15.367,01	13.911,01
	10.323.771,27	**11.618.526,12**
TOTAL DO ATIVO	**31.276.649,43**	**29.706.535,74**

PASSIVO	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE		
Fornecedores	36.421,00	31.486,74
Obrigações tributárias	5.091.131,83	5.505.043,25
Obrigações trab. e previdenciárias	375.361,37	101.963,29
Contas a pagar	80.351,55	39.096,12
Dividendos a distribuir	862.284,22	1.695.285,34
Provisões para contingências	803.653,03	790.216,66
	7.249.203,00	**8.163.091,40**
NÃO CIRCULANTE		
Contas a pagar	2.969.356,76	2.818.185,69
Impostos diferidos	631.282,62	758.479,25
Adiantamento de clientes	8.469.003,99	5.261.146,20
	12.069.643,37	**8.837.811,14**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	2.000.000,00	2.000.000,00
Reserva de Lucros	9.957.803,06	10.705.633,20
	11.957.803,06	**12.705.633,20**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31.276.649,43**	**29.706.535,74**

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro (Valores expressos em reais)

	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**5.807.966,62**	**12.869.725,76**
Custo dos imóveis vendidos	(673.926,20)	(2.209.327,80)
(=) LUCRO BRUTO	**5.134.040,42**	**10.660.397,96**
Despesas Operacionais		
Despesas com vendas	(493.720,21)	(696.290,94)
Despesas administrativas	(1.250.950,08)	(1.440.356,21)
Despesas com pessoal	(1.356.054,79)	(853.348,21)
	(3.100.725,08)	**(2.989.995,36)**
RESULTADO ANTES DO RESULT. FINANCEIRO	**2.033.315,34**	**7.670.402,60**
Receitas financeiras	2.317.711,91	304.112,39
Despesas financeiras	(370.806,84)	(701.589,47)
	1.946.905,07	**(397.477,08)**
LUCRO ANTES DO IRPJ E CSLL	**3.980.220,41**	**7.272.925,52**
Provisões pra IRPJ e CSLL	(531.083,54)	(491.784,15)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.449.136,87**	**6.781.141,37**
Resultado básico/diluído por ação ON - em R$	**0,59**	**1,16**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro - (Valores expressos em reais)

		Reserva de Lucros		
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros para investimentos	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.000.000,00**	**400.000,00**	**10.807.080,75**	**13.207.080,75**
Distribuição de dividendos	-	-	(5.587.302,73)	(5.587.302,73)
Resultado líquido do exercício	-	-	6.781.141,37	6.781.141,37
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(1.695.285,34)	(1.695.285,34)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.000.000,00**	**400.000,00**	**10.305.634,05**	**12.705.634,05**
Distribuição de dividendos	-	-	(3.334.683,64)	(3.334.683,64)
Resultado líquido do exercício	-	-	3.449.136,87	3.449.136,87
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(862.284,22)	(862.284,22)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.000.000,00**	**400.000,00**	**9.557.803,06**	**11.957.803,06**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro (Valores expressos em reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	**3.449.136,87**	**6.781.141,37**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**3.449.136,87**	**6.781.141,37**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31 de dezembro (Valores expressos em reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Líquido do Exercício	**3.449.136,87**	**6.781.141,37**
Ajustes de reconciliação:		
Depreciações e amortizações	22.612,60	11.574,48
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	169.644,61	85.689,03
Provisão para contingências	13.436,37	(18.178,34)
Provisão para perda de ativos (Área APP)	8.442,00	11.298,05
Ajuste a valor presente	(882.591,35)	959.054,89
Tributos diferidos	(127.196,63)	(61.319,40)
Resultado ajustado	***2.653.484,47***	***7.769.260,08***
Variações em ativos e passivos		
(Aumento)/Redução de duplicatas a receber	471.795,62	(3.964.743,73)
(Aumento) de outros créditos	(56.708,98)	(17.342,53)
(Aumento)/Redução em estoques	(504.486,32)	363.851,36
Aumento de fornecedores	4.934,26	16.253,74
(Redução)/Aumento de obrigações tributárias	(413.911,42)	131.331,50
Aumento de obrigações diversas	390.004,21	405.271,09
Aumento em adiantamento de clientes	3.207.857,79	5.261.146,20
Caixa Líquido Gerado p/Atividades Operacionais	**3.099.485,16**	**2.195.767,63**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	25.900,99	(18.879,55)
Caixa Líq. consumido p/atividades de investimento	**25.900,99**	**(18.879,55)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(5.029.968,98)	(7.574.766,73)
Caixa Líq. consumido p/ativ. de financiamento	**(5.029.968,98)**	**(7.574.766,73)**
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	**748.901,64**	**2.371.381,43**
No início do exercício	6.444.315,35	4.072.933,92
No fim do exercício	7.193.216,99	6.444.315,35

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro - (Valores expressos em reais)

Nota 1. Contexto Operacional: A LCBC Imóveis S/A (Companhia) dedica-se a urbanização, venda e locação de terrenos próprios localizados no Balneário Cassino, município de Rio Grande - RS, desde o exercício de 2001. A partir de 2015 passou a atuar também no ramo na incorporação de imóveis.

Nota 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pela Administração da Companhia em reunião realizada em 21 de março de 2022 e foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis forma preparadas com base no custo histórico, exceto onde indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis, estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Estimativas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Todas as estimativas são ajustadas mensalmente com as premissas mais atuais e disponíveis para a administração no final de cada mês. As estimativas são atualizadas com a finalidade de refletir o valor de liquidação, sem resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

Nota 3. Práticas Contábeis: 3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo considerados de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **3.2. Contas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Para os prazos de recebimento equivalentes a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas, segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços e quando necessário foram calculados os ajustes a valor presente. **3.3. Estoques:** Os estoques de terrenos são demonstrados ao custo de urbanização ou aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **3.4. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. As taxas de depreciações utilizadas são baseadas, conforme a vida útil de cada ativo fixo. O cálculo de depreciação é pelo método linear e reconhecido no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 7. O custo histórico inclui os gastos qualificáveis atribuíveis à aquisição dos itens. **3.5. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes pelo prazo de liquidação de até um ano. Foram reconhecidas pelo valor das faturas correspondentes. **3.6. Reconhecimento da Receita:** Foram observados os procedimentos e normas estabelecidos na NBC TG 47 – "Receitas de Contratos com Clientes", ou seja, os contratos com clientes passaram a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento especifico do tempo (at a point in time) ou ao longo do tempo (over time), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito. **3.7. Distribuição de Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. **3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro presumido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a presunção trimestral excedente a R$ 60.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a presunção trimestral apurada. **3.9. Instrumentos Financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. **3.10. Resultado por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias potenciais diluidoras.

Rio Grande (RS), 31 de dezembro de 2022.

OSVALDO LUIZ CRAMER DE OTERO – Diretor
MARCELA FOSSATI OTERO – Diretora
NAGIB MOHAMAD L. AHMAD – Diretor Operacional
JULIANA SCHABBACH GORGEN – Contadora - CRCRS 100091

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA S. A., CUTELARIA

CNPJ nº 90.050.238/0001-14 – NIRE: 43300005071 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 14 de abril de 2023, às 09h00min (nove horas), na sede da Companhia sita na Av. Ivo Tramontina, nº 1024, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; e, **II - EM AGE: 1**. Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 28 de março de 2023.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA SUL S. A.

CNPJ nº 93.514.180/0001-00 – NIRE: 43300042561 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 14 de abril de 2023, às 14h00min (quatorze horas), na Avenida Raul Giacomoni, nº 2.320, Bairro Desvio Machado, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, e do Conselho de Administração.

Carlos Barbosa, RS, em 28 de março de 2023.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MULTI S. A.

CNPJ nº 88.037.668/0001-54 – NIRE: 43300025381 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 13 de abril de 2023, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia sita na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração.

Carlos Barbosa, RS, em 28 de março de 2023.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

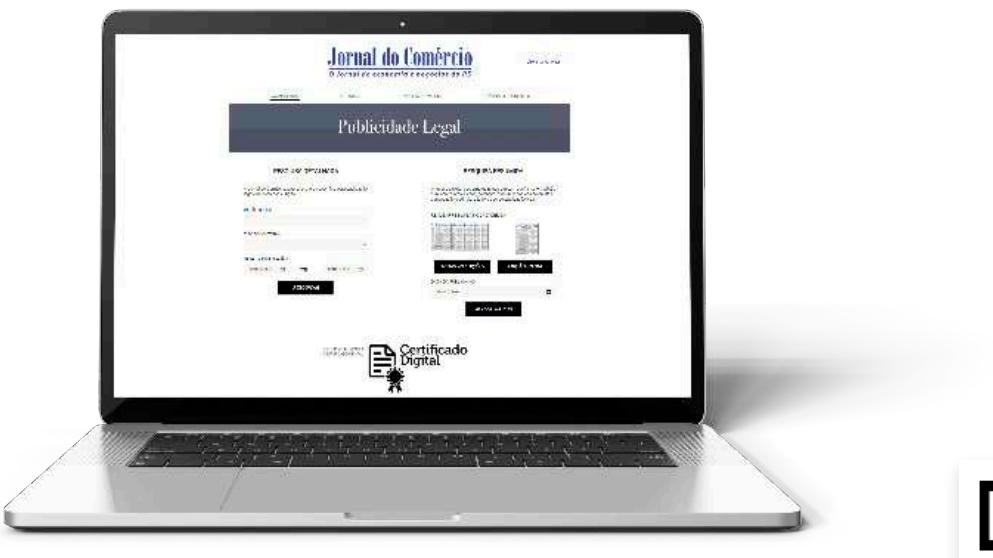
O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA TEEC S. A.

CNPJ nº 01.554.846/0001-36 – NIRE: 43300040747 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 13 de abril de 2023, às 14h00min (quatorze horas), na sede da Companhia sita na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração.

Carlos Barbosa, RS, em 28 de março de 2023.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
J. M. MARCONDES MELLO ENGENHARIA S/A
CNPJ 87.212.791/0001-00 NIRE 43300061043

Convocamos os senhores acionistas para a de Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 12/04/2023 (doze de abril de dois e vinte três) às 14 (quatorze) horas, na sede social, sito à Rua Prisma 53, Santa Tereza, Porto Alegre, RS, e em segunda chamada às 14:30 (quatorze horas e trinta minutos) com a maioria do capital votante.

Assembleia Geral Ordinária
Ordem do dia

- Análise do Balanço de 2022
- Análise do Relatório da Diretoria

Assembleia Geral Extraordinária
Ordem do Dia

- Autorização para aumento de Capital Social.

Porto Alegre, 24 de março de 2023
José Muriozel Marcondes Mello - Presidente

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

AGROSETA S.A.

CNPJ Nº. 94.474.061/0001-34 • NIRE 43300032132

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente. **Desempenho econômico-financeiro:** A empresa está voltada à aplicação e otimização de seus recursos financeiros. **Agradecimento:** Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio que temos recebido. Aos nossos colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da companhia.Estância Velha/RS, 28 de março de 2023.
A Administração

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro (em reais)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**48.183.937**	42.745.470
Clientes (Nota 6)	**-**	11.646
Impostos a recuperar (Nota 7)	**117.006**	187.094
	48.300.943	42.944.210
Não circulante		
Depósitos judiciais (Nota 10)	**126.114**	162.009
Outras contas a receber	**-**	252.086
Impostos diferidos (Nota 14)	**275.218**	15.255
Imobilizado (Nota 8)	**230.002**	420.002
	631.334	849.352
Total do ativo	**48.932.277**	43.793.562

Passivo	2022	2021
Circulante		
Obrigações sociais trabalhistas	**3.680**	7.740
Obrigações tributárias (Nota 9)	**110.312**	32.476
Dividendos a pagar	**1.036.768**	64.964
	1.150.760	105.180
Não circulante		
Provisão para contingências (Nota 10)	**809.465**	44.867
	809.465	44.867
Patrimônio líquido (Nota 11)		
Capital social	**43.434.946**	43.434.946
Reservas de lucros	**3.537.106**	208.569
	46.972.052	43.643.515
Total do passivo e patrimônio líquido	**48.932.277**	43.793.562

Demonstração do resultado exercício findo em 31 de dezembro (em reais)

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	**(1.555.764)**	(405.101)
Outros resultados operacionais (Nota 13)	**1.812.954**	597.957
Lucro antes do resultado financeiro	**257.190**	192.856
Resultado financeiro (Nota 12)	**5.338.815**	1.808.829
Resultado antes das provisões	**5.596.005**	2.001.685
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)	**(1.490.673)**	(465.617)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14)	**259.963**	15.255
Lucro líquido do exercício	**4.365.295**	1.551.323
Lucro líquido por ação (em reais)	**-**	-

Demonstração do resultado abrangente exercício findo em 31 de dezembro (em reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**4.365.295**	1.551.323
Result. abrangente total do exercício	**4.365.295**	1.551.323

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto exercício findo em 31 de dezembro (em reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**5.596.005**	2.001.685
Ajustes em:		
Result. na venda/baixa do imobilizado	**(1.460.000)**	(444.794)
Provisão para contingências	**764.598**	44.867
Variação de ativos e passivos:		
Clientes	**11.646**	765.554
Impostos a recuperar	**70.088**	(117.643)
Outras contas a receber	**252.086**	-
Depósitos judiciais	**35.895**	(114.062)
Obrigações sociais trabalhistas	**(4.060)**	1.220
Obrigações tributárias	**63.232**	10.971
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(1.476.069)**	(462.446)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**3.853.421**	1.685.352
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento na venda de imobilizado	**1.650.000**	606.000
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimentos	**1.650.000**	606.000
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	**(64.954)**	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**(64.954)**	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**5.438.467**	2.291.352
Caixa e equivalentes de caixa início do período	**42.745.470**	40.454.118
Caixa e equivalentes de caixa final do período	**48.183.937**	42.745.470

Demonstração das mutações do patrimônio líquido exercício findo em 31 de dezembro (em reais)

		Reservas de lucros				
Eventos	**Capital social**	**Legal**	**Investimento e capital de giro**	**À disposição da Assembleia**	**Prejuízos/lucros acumulados do exercício**	**Patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	43.434.946	-	-	-	(1.277.790)	42.157.156
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.551.323	1.551.323
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	13.677	-	-	(13.677)	-
Reserva de lucros	-	-	-	194.892	(194.892)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(64.964)	(64.964)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	43.434.946	13.677	-	194.892	-	43.643.515
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.365.295	4.365.295
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	218.264	-	-	(218.264)	-
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	194.892	(194.892)	-	-
Reserva à disposição da assembleia	-	-	-	3.110.273	(3.110.273)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.036.758)	(1.036.758)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	43.434.946	231.941	194.892	3.110.273	-	46.972.052

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021(em reais)

1. Informações sobre a Companhia: A Agroseta S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida 1º de maio, nº 1111, no Bairro das Rosas, em Estância Velha - RS, fundada em 13 de fevereiro de 1992, tem como atividade preponderante a exploração da agropecuária em todas as suas modalidades, em especial a acacicultura e a comercialização dos seus produtos.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo anterior. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2023.

3. Principais práticas contábeis: a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. b) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". c) Clientes - Apresenta os valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. d) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultante conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. e) Obrigações tributárias - *Imposto de renda e contribuição social - correntes:* O imposto de renda do exercício é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000,00 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. *Impostos diferidos:* Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda base negativa da contribuição social, e para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma Empresa tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. f) Provisões - As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. g) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes - São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivas). h) Novas normas de contabilidade - Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: *Provisão para créditos de liquidação duvidosa:* É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre valores a receber. *Provisões para litígios:* A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda, contribuição social diferidos:* O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto diferido passivo sobre as diferenças temporárias foi calculado com base nas diferenças temporárias.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	**58.538**	26.735
Aplicações financeiras	**48.125.399**	42.718.735
Total	**48.183.937**	42.745.470

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 10 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com rendimento de aproximadamente 100% do CDI

6. Clientes

Composição dos saldos	2022	2021
Mercado interno	**-**	43.816
(-) Títulos incobráveis	**-**	(32.170)
Total	**-**	11.646

7. Impostos a recuperar

	2022	2021
IRPJ a recuperar	**117.006**	187.094
Total	**117.006**	187.094

Referem-se a antecipações durante o exercício e são compensados com débitos próprios e/ou outros débitos administrados pela SRF.

8. Imobilizado: **Composição**

	2022		2021	
	Custo	**Valor contábil líquido**	**Custo**	**Valor contábil líquido**
Terrenos	230.002	230.002	420.002	420.002

Conciliação do valor contábil líquido

	Saldo em 31/12/2021	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	420.002	190.000	**230.002**
Total	420.002	190.000	**230.002**

A Empresa revisa e ajusta a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração atualizou a análise e não identificou a necessidade de alteração das taxas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

9. Obrigações tributárias

	2022	2021
Contribuição social	**31.071**	16.467
PIS/COFINS	**24.678**	13.946
IRRF Retido	**-**	515
IOF	**53.826**	-
INSS	**737**	1.548
Total	**110.312**	32.476

10. Provisão para litígios e depósitos judiciais: Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contingenciais, de naturezas trabalhistas, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme movimentação demonstrada a seguir:

Provisão para contingências	2022	2021
Trabalhistas	**124.062**	44.867
Cíveis	**685.403**	-
	809.465	44.867

A Companhia é parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "remotas" e, portanto, não foram constituídas provisões para perdas. Os processos tributários avaliados como perda possível totalizam R$ 2.052. A Companhia efetuou depósitos judiciais, exigidos para dar seguimento nos processos, como segue:

Depósitos judiciais	2022	2021
Trabalhistas	**124.062**	162.009
Tributários	**2.052**	-
	126.114	162.009

11. Patrimônio líquido: a) Capital social - O Capital Social de R$ 43.434.946 está dividido em 75.897.660 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente a acionistas domiciliados no país. b) Reserva de lucros - A reserva de lucros é composta por: Reserva legal: constituída com a destinação de até 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social realizado, conforme art. 193 da Lei 6.404/76. c) Dividendos - O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. A apuração dos dividendos está demonstrada a seguir:

	2022
Lucro líquido do exercício	**4.365.295**
Reserva legal	**(218.264)**
Base de cálculo para dividendos	**4.147.031**
Dividendos mínimos (25%)	**1.036.758**
Dividendo por ação	**0,014**

Composição dos saldos	2022	2021
Vencimento das duplicatas:		
A vencer	**-**	11.646
Vencidas acima de 360 dias	**-**	32.170
Total	**-**	43.816

12. Resultado financeiro	2022	2021
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	**(11.549)**	(1.586)
Total	**(11.549)**	(1.586)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	**3.503.661**	1.651.953
Juros ativos	**1.846.703**	158.462
Total	**5.350.364**	1.810.415
Resultado financeiro líquido	**5.338.815**	1.808.829

13. Outros resultados operacionais	2022	2021
Alienação de bem do ativo imobilizado	**1.460.000**	448.957
Outras receitas operacionais	**352.954**	149.000
Total	**1.812.954**	**597.957**

O resultado da alienação de bens em 2022 se refere a venda de área de terra no município de Arroio dos Ratos/RS em julho de 2022 no valor de R$ 1.650.000. O valor do terreno no ativo imobilizado era de R$ 190.000 e o ganho na operação foi de R$ 1.460.000.

14. Imposto de renda e contribuição social:

a) Imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos fiscais diferidos		
Diferenças temporárias		
IR diferido - Provisão contingências	**202.366**	11.217
CSLL diferido - Provisão contingências	**72.852**	4.038
Total	**275.218**	15.255

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro contábil antes dos impostos	**5.596.005**	2.001.685
Alíquota fiscal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominais	**(1.902.642)**	(680.573)
Efeito dos impostos sobre:		
Compensação com prejuízo fiscal	**649.146**	209.836
Outros efeitos	**22.786**	20.375
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(1.230.710)**	(450.362)
Alíquota efetiva %	**22%**	22%
Corrente	**(1.490.673)**	(465.617)
Diferido	**259.963**	15.255

Diretoria

Roberto Luz - Diretor Presidente | **Carmen Adriane Schmitz Weiss**- Diretora | **Lurdes Teresinha Rambo Santarini** - Diretora | **Viviana A. M. Schröder -** Contadora CRC/RS 84.450

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Agroseta S.A.
Estância Velha - RS

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Agroseta S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos sobre os valores correspondentes do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva: Por termos sido nomeados auditores da Companhia durante o exercício de 2021, não foi possível determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2021 que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 conteve abstenção de opinião sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também incluiu modificação em decorrência dos possíveis efeitos desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de março de 2023.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Raquel Laguna Zambelli Cerqueira
Contadora CRC RS-069287/O

SETAPAR S/A

CNPJ 93.138.204.0001-74 • NIRE 43300030482

Relatório da Administração: Senhores Acionistas; Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente. **Contexto operacional e desempenho:** A SETAPAR S.A. é uma holding de capital fechado que atua de forma responsável para oferecer infinitas soluções da natureza aos seus clientes, com sustentabilidade, por meio das suas empresas controladas. A unidade localizada em Rio Grande atua na produção e comercialização de cavacos de madeira para atender a produção de celulose e energia no mercado global. A unidade de Estância Velha, por sua vez, produz e comercializa a já tradicional linha de taninos vegetais, naturais e modificados, bem como taninos sintéticos e especialidades químicas, todos voltados para atender o mercado mundial de curtimento, além de outros produtos que tem o tanino como base, voltados para os mercados de nutrição animal, tratamento de águas e efluentes, adesivos, bebidas, entre outros. Diante de um cenário econômico instável e desafiador, ainda decorrente da pandemia global causada pela Covid19, aliado a fatores internos relacionados a mudanças no cenário político brasileiro, a administração da companhia buscou alternativas durante o exercício de 2022 para equacionar os seus custos e a sua operação. As maiores dificuldades enfrentadas foram a redução na oferta de matéria prima e o seu respectivo aumento de preços que impactaram em diminuição nas vendas dos produtos à base de tanino. Por outro lado, o aumento na demanda do mercado mundial de energia gerou um aumento na receita e impactou positivamente o resultado da companhia. A Seta continua direcionando esforços na pesquisa e desenvolvimento de novas aplicações para o tanino, oferecendo soluções naturais para o mercado, de forma sustentável. Este esforço vem de encontro ao trabalho de revitalização da marca como agente de soluções naturais e sustentáveis para os clientes, com foco na maximização dos resultados. As controladas investiram no fomento da acacicultura, fornecendo mudas e insumos diretamente para os produtores rurais ou por meio de Prefeituras, oferecendo assistência técnica gratuita e disponibilizando equipe própria especializada, com o objetivo de reduzir os efeitos da menor oferta de casca e madeira nos próximos anos. A companhia continua empenhada em manter zerado o índice de acidentes, não poupando esforços e realizando investimentos direcionados para a segurança e a vida das pessoas, por meio de programas e controles dos riscos nos processos e nas operações das plantas industriais. Os esforços estão sendo compensados e atingimos mais de 3 anos sem acidentes, de trabalho na planta de Estância Velha e próximo a 2 anos na planta de Rio Grande. Apesar dos desafios enfrentados durante o ano, entregamos resultados melhores em comparação com o exercício anterior, refletindo a dedicação e o trabalho árduo de todos os envolvidos. **Agradecimento:** Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio. Aos nossos mais de 270 colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da companhia.

Estância Velha/RS, 28 de março de 2023. A Administração.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (em reais)

Ativo	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**59.477**	91.820	**51.032.178**	66.001.148
Clientes (Nota 6)	**-**	-	**19.791.817**	10.596.784
Impostos a recuperar (Nota 7)	**635**	-	**7.386.820**	5.389.671
Estoques (Nota 8)	**-**	-	**95.691.672**	88.151.589
Adiantamentos a fornecedores	**-**	-	**5.189.647**	2.839.735
Dividendos a receber	**742.751**	1.993.168	**-**	-
Outras contas a receber	**-**	-	**325.324**	203.129
Despesas do exercício seguinte	**-**	-	**436.161**	379.994
	802.863	2.084.988	**179.853.619**	173.562.050
Não circulante				
Depósitos judiciais (Nota 16)	**-**	-	**1.700.720**	1.565.635
Imóveis a comercializar	**-**	-	**1.961.749**	1.961.749
Impostos a recuperar (Nota 7)	**-**	-	**1.341.344**	1.131.073
Impostos diferidos (Nota 17)	**-**	-	**550.314**	155.794
Adiantamentos a fornecedores	**-**	-	**249.735**	225.735
Outras contas a receber	**-**	-	**209.413**	473.228
Investimentos (Nota 9)	**225.151.174**	211.179.465	**-**	-
Imobilizado (Nota 10)	**-**	-	**65.393.762**	65.201.275
Ativo biológico (Nota 11)	**-**	-	**8.342.945**	6.898.559
Intangível (Nota 12)	**-**	-	**369.603**	205.076
	225.151.174	211.179.465	**80.119.585**	77.818.124
Total do Ativo	**225.954.037**	213.264.453	**259.973.204**	251.380.174

Passivo	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante				
Fornecedores (Nota 13)	**-**	-	**7.002.252**	4.480.071
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**-**	-	**-**	8.714.725
Obrigações sociais trabalhistas	**2.435**	5.805	**3.738.022**	3.352.720
Obrigações tributárias (Nota 15)	**488**	1.162	**4.202.096**	3.131.384
Adiantamentos de clientes	**-**	-	**323.150**	237.760
Venda para entrega futura	**-**	-	**-**	1.119.540
Outras contas a pagar	**1.571.022**	1.571.022	**2.409.894**	2.475.248
Dividendos (Nota 18)	**3.438.916**	2.629.178	**3.513.723**	2.719.436
	5.012.861	4.207.167	**21.189.137**	26.230.884
Não circulante				
Provisão para contingências (Nota 16)	**-**	-	**7.144.413**	5.629.166
Impostos diferidos (Nota 17)	**-**	-	**1.006.583**	992.640
Deságio em participações societárias (Nota 9)	**-**	-	**3.394.502**	3.394.502
Outras contas a pagar	**-**	-	**-**	41.265
	-	-	**11.545.498**	10.057.573
Patrimônio líquido (Nota 18)				
Capital social	**92.011.269**	12.011.269	**92.011.269**	12.011.269
Reservas de lucros	**127.048.366**	195.057.172	**127.048.366**	195.057.172
Reserva de reavaliação	**1.881.541**	1.988.845	**1.881.541**	1.988.845
Total do Patrimônio Líquido	**220.941.176**	209.057.286	**220.941.176**	209.057.286
Dos acionistas não controladores	**-**	-	**6.297.393**	6.034.431
	220.941.176	209.057.286	**227.238.569**	215.091.717
Total do passivo e patrimônio líquido	**225.954.037**	213.264.453	**259.973.204**	251.380.174

Demonstração do resultado exercício findo em 31 de dezembro (em reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida das vendas (Nota 19)	**-**	-	**261.306.176**	233.256.596
Custos dos produtos vendidos	**-**	-	**(189.313.534)**	(143.204.385)
Lucro bruto	**-**	-	**71.992.642**	90.052.211
Despesas com vendas	**-**	-	**(32.656.498)**	(47.219.557)
Despesas gerais e administrativas	**(162.737)**	(158.522)	**(21.355.355)**	(21.611.139)
Resultado de equivalência patrimonial	**14.639.799**	10.676.232	**-**	-
Outros result. operac. (Nota 21)	**-**	-	**(904.660)**	(1.334.450)
Lucro antes do resultado financeiro	**14.477.062**	10.517.710	**17.076.129**	19.887.065
Resultado financeiro (Nota 20)	**1.860**	(1.506)	**6.057.075**	(504.344)
Resultado antes das provisões	**14.478.922**	10.516.204	**23.133.204**	19.382.721
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)	**-**	-	**(8.644.489)**	(7.999.135)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	**-**	-	**303.470**	(504.880)
Lucro líquido do exercício	**14.478.922**	10.516.204	**14.792.185**	10.878.706
Atribuível aos acionistas não controladores	**-**	-	**(313.263)**	(362.502)
Atribuível aos acionistas controladores	**14.478.922**	10.516.204	**14.478.922**	10.516.204
Lucro líquido por ação (em reais)	**0,49**	0,35	**0,49**	0,35

Demonstração do resultado abrangente exercício findo em 31 de dezembro (em reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício	**14.478.922**	10.516.204	**14.478.922**	10.878.706
Resultado abrangente total do exercício	**14.478.922**	10.516.204	**14.478.922**	10.878.706
Atribuível aos acionistas não controladores	**-**	-	**(313.263)**	(362.502)
Atribuível aos acionistas controladores	**14.478.922**	10.516.204	**14.165.659**	10.516.204

Demonstração das mutações do patrimônio líquido exercício findo em 31 de dezembro (em reais)

Eventos	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Lucros a realizar	Reserva de lucros: Investim. e capital de giro	Reserva de lucros: À disposição da assembleia	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Particip. dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	12.011.269	2.402.254	42.850.225	117.967.153	27.395.412	2.029.033	-	204.655.346	5.758.931	210.414.277
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	10.516.204	10.516.204	362.502	10.878.706
Realização de reserva	-	-	-	-	-	(40.188)	104.975	64.787	2.122	66.909
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(3.550.000)	-	-	(3.550.000)	-	(3.550.000)
Destinações do lucro:										
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	23.845.412	(23.845.412)	-	-	-	-	-
Reserva à disposição da assembleia	-	-	-	-	7.992.128	-	(7.992.128)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(2.629.051)	(2.629.051)	(89.124)	(2.718.175)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**12.011.269**	**2.402.254**	**42.850.225**	**141.812.565**	**7.992.128**	**1.988.845**	**-**	**209.057.286**	**6.034.431**	**215.091.717**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**14.478.922**	**14.478.922**	**313.263**	**14.792.185**
Reserva legal	**-**	**723.946**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(723.946)**	**-**	**-**	**-**
Realização de reserva	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(107.304)**	**181.965**	**74.661**	**2.447**	**77.108**
Destinações do lucro:										
Reserva à disposição da assembleia	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.498.197**	**-**	**(10.498.197)**	**-**	**-**	**-**
Reserva de lucros a realizar	**-**	**-**	**769.051**	**-**	**-**	**-**	**-**	**769.051**	**-**	**769.051**
Aumento de capital	**80.000.000**	**-**	**-**	**(72.007.872)**	**(7.992.128)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dividendo mínimo obrigatório	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.438.744)**	**(3.438.744)**	**(52.748)**	**(3.491.492)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**92.011.269**	**3.126.200**	**43.619.276**	**69.804.693**	**10.498.197**	**1.881.541**	**-**	**220.941.176**	**6.297.393**	**227.238.569**

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto exercício findo em 31 de dezembro (em reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**14.478.922**	10.516.204	**23.133.204**	19.382.721
Ajustes em:				
Depreciação, amortização e exaustão	**-**	-	**6.330.855**	5.766.120
Equivalência patrimonial	**(14.639.799)**	(10.676.232)	**-**	-
Resultado na venda/baixa de imobilizado/intangível	**-**	-	**(665.636)**	(960.755)
Resultado na venda/baixa de investimentos	**-**	-	**-**	(248.676)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**-**	-	**-**	9.473
Provisão para contingências	**-**	-	**1.515.247**	826.302
Encargos sobre empréstimos	**-**	-	**(750.193)**	2.020.413
Variação de ativos e passivos:				
Clientes	**-**	-	**(9.195.033)**	48.598.841
Impostos a recuperar	**(635)**	6.828	**(2.207.421)**	(3.124.997)
Estoques	**-**	-	**(7.540.083)**	(6.776.277)
Adiantamento a fornecedores	**-**	-	**(2.373.912)**	(41.787)
Outras contas a receber	**-**	-	**141.620**	(68.067)
Despesas do exercício seguinte	**-**	-	**(56.167)**	(6.549)
Depósitos judiciais	**-**	-	**(135.085)**	238.639
Partes relacionadas	**-**	(2.000)	**-**	-
Fornecedores	**-**	-	**2.522.181**	1.232.202
Obrigações sociais trabalhistas	**(3.370)**	(710)	**385.303**	346.997
Obrigações tributárias	**(674)**	(406)	**(728.800)**	(1.999.262)
Adiantamentos de clientes	**-**	-	**85.390**	199.534
Vendas para entrega futura	**-**	-	**(1.119.540)**	(2.115.162)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	-	**(106.619)**	(7.995.892)
Outras contas a pagar	**-**	-	**(6.844.976)**	(466.654)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**(165.556)**	(156.316)	**2.390.335**	54.817.164
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Lucros recebidos de controladas	**1.993.168**	3.796.690	**40.464**	-
Aquisições de imobilizado	**-**	-	**(9.016.355)**	(12.389.411)
Aquisições de ativo biológico	**-**	-	**(2.583.786)**	(1.040.780)
Aquisições de intangível	**-**	-	**(243.270)**	(13.260)
Recebimento na venda de investimentos	**-**	-	**-**	335.000
Recebimento na venda de imobilizado e intangível	**-**	-	**4.376.792**	2.190.247
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	**1.993.168**	3.796.690	**(7.426.155)**	(10.918.204)
Fluxos de caixa gerado pelas atividades de financiamento				
Dividendos pagos	**(1.859.955)**	(3.549.913)	**68.260**	(3.673.973)
Liquidação de financiamentos	**-**	-	**(10.001.410)**	(22.677.102)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**(1.859.955)**	(3.549.913)	**(9.933.150)**	(26.351.075)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(32.343)**	90.461	**(14.968.970)**	17.547.885
Caixa e equivalentes de caixa início do período	**91.820**	1.359	**66.001.148**	48.453.263
Caixa e equivalentes de caixa final do período	**59.477**	91.820	**51.032.178**	66.001.148

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em reais)

1. Informações sobre a Companhia: A Setapar S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Primeiro de Maio, 1109, Bairro das Rosas em Estância Velha - RS, fundada em 19/10/1989, tem como atividade preponderante a participação no capital de outras sociedades.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2023.

3. Principais práticas contábeis: a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. b) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". c) Clientes - Apresenta os valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. d) Estoques - Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: *Matérias-primas, materiais auxiliares e de manutenção - custo de aquisição segundo o custo médio.* Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. e) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultante conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. f) Ativo Biológico - Os ativos biológicos, representados por florestas de acácia negra, estão registrados pelo valor de custo incorrido, o qual substancialmente representa o valor justo na data do balanço, deduzidos das despesas de venda. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A avaliação de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado e certas estimativas, principalmente projeção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade das florestas, levando-se em consideração o seu crescimento e as variações de preço de mercado. g) Reconhecimento da receita - O CPC 11- Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. *Venda de produtos:* A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente. *Receita de juros:* Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. h) Tributárias - *Impostos sobre vendas:* Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. *Imposto de renda e contribuição social:* O imposto de renda do exercício é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240.000 no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. *Impostos diferidos:* Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças possam ser realizadas. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma Empresa tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. i) Provisões - As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. j) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. k) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes - São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivas). l) Consolidação - As demonstrações financeiras consolidadas, no ano de 2022 e 2021, compreendem as demonstrações financeiras das Empresas controladas relacionadas abaixo:

Razão social		Participação Direta	Participação Indireta
Seta S.A.	Controlada	96,83%	-
Mita Ltda	Controlada	99,97%	-
Agroseta S.A.	Controlada	31,93%	62,29%
Curtidora Aquila S.A.	Controlada	-	99,99%

As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as normas expedidas pelo CPC. Para a consolidação, os seguintes critérios foram adotados: (i) eliminação das participações entre empresas incluídas na consolidação e os correspondentes resultados de equivalência patrimonial; (ii) eliminação dos resultados provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos e (iii) o valor da participação dos acionistas minoritários é calculado e demonstrado separadamente. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício. m) Novas normas de contabilidade - Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: *Provisão para créditos de liquidação duvidosa:* É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre valores a receber. *Provisões para litígios:* A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda, contribuição social diferidos:* O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto diferido passivo foi calculado com base nas diferenças temporárias e a realização das reservas de reavaliação do ativo imobilizado.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa e bancos	**59.477**	11.765	**328.087**	389.832
Aplicações financeiras	**-**	80.055	**50.068.416**	49.671.928
Cambiais disponíveis	**-**	-	**635.675**	15.939.388
Total	**59.477**	91.820	**51.032.178**	66.001.148

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 4 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com rendimento de aproximadamente 100%. As cambiais disponíveis totalizam US$ 121.844 de dólares americanos.

Continua

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em reais)

6. Clientes

Composição dos Saldos:	Consolidado 2022	2021
Mercado interno	**1.973.685**	2.449.690
Mercado externo	**18.621.201**	9.245.770
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(803.069)**	(1.098.676)
Total	**19.791.817**	10.596.784

Vencimento das duplicatas:	Consolidado 2022	2021
A vencer	**19.060.910**	8.126.164
Vencidas até 30 dias	**726.128**	2.162.201
Vencidas de 31 a 180 dias	**4.779**	308.419
Vencidas a mais de 360 dias	**803.069**	1.098.676
Total	**20.594.886**	11.695.460

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

Créditos de liquidação duvidosa - Consolidado	
Saldo em 31/12/2021	1.098.676
Baixa de provisão	(295.831)
Complemento de provisão	224
Saldo em 31/12/2022	**803.069**

7. Impostos a recuperar

	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Imposto de renda	**635**	-	**494.761**	1.498.310
Contribuição social	**-**	-	**137.388**	517.774
ICMS	**-**	-	**844.905**	1.173.655
ICMS sobre ativo imobilizado	**-**	-	**1.940.402**	1.318.374
IPI	**-**	-	**62.728**	53.472
PIS/COFINS	**-**	-	**5.243.835**	1.955.721
Outros Impostos	**-**	-	**4.145**	3.438
Total	**635**	-	**8.728.164**	6.520.744
Ativo circulante	**635**	-	**7.386.820**	5.389.671
Ativo não circulante	**-**	-	**1.341.344**	1.131.073

Os saldos de ICMS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários e são compensados com débitos próprios. O ICMS s/ativo imobilizado é compensado na razão de 1/48 avos ao mês com o ICMS a recolher. Os saldos de IPI, PIS e COFINS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários, e são compensados com débitos próprios e/ou outros débitos administrados pela SRF. Em dezembro de 2022 foi deferido pela Receita Federal do Brasil o pedido de Habilitação do crédito de PIS e COFINS da controlada Seta S/A, referente a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais de venda, no valor total de 2.272.665, sendo o principal R$ 1.762.726 e a atualização monetária da Selic de R$ 509.939.

8. Estoques

	Consolidado 2022	2021
Estoques		
Matérias-primas e mat. secundário	**56.283.740**	58.023.934
Produtos acabados e elaboração	**37.550.910**	28.312.737
Outros	**1.857.022**	1.814.918
Total	**95.691.672**	88.151.589

9. Investimentos: Dados dos investimentos

Participações em controladas	Seta S.A.	Mita Ltda	Agroseta S.A.
Quantidade ações/cotas	143.500.000	4.500.000	75.897.660
Valor do patrimônio líquido	111.712.748	105.416.111	46.972.052
Resultado do exercício	1.790.544	11.516.264	4.365.295
Ativo	127.903.602	116.449.778	48.932.277
Percentuais de participação	96,8276%	99,9667%	31,9253%

Movimentação dos investimentos

	Seta S.A.	Mita Ltda	Agroseta S.A.	Total
Saldo no início do exercício	**105.661.304**	**92.129.237**	**13.388.924**	**211.179.465**
Equivalência patrimonial	**1.733.740**	**11.512.426**	**1.393.633**	**14.639.799**
Dividendos propostos	**(411.764)**	**-**	**(330.987)**	**(742.751)**
Prov. Impostos reserva reavaliação	**74.661**	**-**	**-**	**74.661**
Saldo no final do exercício	**107.057.941**	**103.641.663**	**14.451.570**	**225.151.174**

Seta S.A. - A Sociedade dedica-se principalmente à industrialização e comercialização de extratos tanantes, produtos químicos, exploração do florestamento e reflorestamento, bem como, a industrialização e comércio de produtos florestais. Mita Ltda. - A Sociedade tem por objeto a transformação de toras de madeira em lascas. Suas operações estão concentradas em aquisição de toras de madeira, transformação das mesmas em lascas e a sua exportação. Agroseta S.A. - A sociedade dedica-se principalmente à exploração da atividade agropecuária em todas as suas modalidades, em especial a acaicultura e a comercialização dos seus produtos. A Companhia adquiriu ao longo dos anos, participação societária de acionistas minoritários nas empresas controladas que geraram ágio e/ou deságio, conforme demonstrado abaixo:

Ágio/ Deságio	Ano	Controlada	Valor
Deságio	2009	Mita Ltda	(1.739.310)
Deságio	2012	Seta S.A.	(1.110.801)
Deságio	2012	Agroseta S.A.	(608.737)
Ágio	2012	Agroseta S.A.	64.346
Total			**(3.394.502)**

10. Imobilizado

10.1. Composição

	2022 Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	2021 Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido
Imóveis e obras civis	**40.817.326**	**(15.984.967)**	**24.832.359**	40.817.326	(16.054.913)	24.762.413
Equip. e instalações industriais	**81.913.695**	**(46.744.742)**	**35.168.953**	81.913.695	(49.492.887)	32.420.808
Equip. e instalações de escritório	**1.754.625**	**(1.149.161)**	**605.464**	1.754.625	(1.132.990)	621.635
Equip. processamento de dados	**1.813.003**	**(778.088)**	**1.034.915**	1.813.003	(992.609)	820.394
Veículos	**4.857.012**	**(1.437.788)**	**3.419.224**	4.857.012	(2.017.549)	2.839.463
Imobilizações em andamento	**3.736.562**	**(3.403.715)**	**332.847**	3.736.562	-	3.736.562
Total	**134.892.223**	**(69.498.461)**	**65.393.762**	134.892.223	(69.690.948)	65.201.275

10.2. Conciliação do valor contábil líquido

	31/12/2020 (não audit.)	2021 Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	31/12/2021	2022 Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	31/12/2022
Imóveis e obras civis	24.596.011	904.258	(225.567)	460.183	(972.472)	24.762.413	239.545	(2.518.306)	3.218.900	(870.193)	**24.832.359**
Equip. e inst. industriais	28.060.858	4.104.617	(762.533)	4.738.869	(3.721.003)	32.420.808	4.013.290	(35.161)	2.981.261	(4.211.245)	**35.168.953**
Equip. e inst. de escritório	551.578	177.475	(906)	-	(106.512)	621.635	101.342	-	-	(117.513)	**605.464**
Equip. proces. de dados	539.388	486.096	(9.826)	-	(195.264)	820.394	459.215	(2.470)	-	(242.224)	**1.034.915**
Veículos	2.572.696	1.172.378	(230.660)	-	(674.951)	2.839.463	1.406.517	-	-	(826.756)	**3.419.224**
Imobilizações em andamento	3.391.027	5.544.587	-	(5.199.052)	-	3.736.562	2.796.446	-	(6.200.161)	-	**332.847**
Total	59.711.558	12.389.411	(1.229.492)	-	(5.670.202)	65.201.275	9.016.355	(2.555.937)	-	(6.267.931)	**65.393.762**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações contábeis.O imobilizado em andamento refere-se à aquisição de imóveis e benfeitorias no valor de R$ 53.101 e equipamentos e instalações industriais no valor de R$ 279.746, com expectativa de término para março de 2023. Em 2022 a controlada Seta S/A transferiu de imobilizado em andamento para imóveis e obras civis o valor de R$ 3.105.658 e para equipamentos e instalações industriais o valor de R$ 2.780.910 referente a melhorias no seu parque fabril de Estância Velha. A controlada Mita Ltda transferiu de imobilizado em andamento em 2022 para imóveis e obras civis o valor de R$ 113.242 e para equipamentos e instalações industriais o valor de R$ 200.351 referente a melhorias no seu parque fabril de Rio Grande. Totalizando a capitalização de R$ 6.200.161 de imobilizado em andamento. Depreciação - Em 2010, a Companhia revisou a vida útil econômica dos componentes mais relevantes do imobilizado. As taxas de depreciação utilizadas levaram em conta a vida útil remanescente que variam de 2 anos a 40 anos. Os demais componentes do imobilizado mantiveram sua vida útil de maneira uniforme durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com aplicação de seguintes taxas pelo método linear:

Imóveis e obras civis	4% ao ano
Equipamentos e instalações industriais	10% ao ano
Equipamentos e instalações de escritório	10% ao ano
Veículos	20% ao ano

11. Ativo Biológico

Consolidado	31/12/2020 (não audit.)	2021 Adições	Baixas	31/12/2021	2022 Adições	Baixas	31/12/2022
Florestas	5.857.779	1.040.780	-	6.898.559	2.347.248	(1.139.400)	**8.106.407**
Arrendamento rural	-	-	-	-	236.538	-	**236.538**
Total	5.857.779	1040.780	-	6.898.559	2.583.786	(1.139.400)	**8.342.945**

12. Intangível

12.1. Composição

Descrição	2022 Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido	2021 Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido
Marcas e Patentes	**63.179**	**-**	**63.179**	63.179	-	63.179
Sist. de informática	**2.033.010**	**(1.726.586)**	**306.424**	2.033.009	(1.906.931)	126.078
Arrend. de Terras	**15.819**	**(15.819)**	**-**	15.819	-	15.819
Total	**2.112.008**	**(1.742.405)**	**369.603**	2.112.007	(1.906.931)	205.076

12.2. Conciliação do valor contábil líquido

	31/12/2020 (não audit.)	2021 Adições	Amortização	31/12/2021	2022 Adições	Baixas	Amortização	31/12/2022
Marcas e Patentes	63.179	-	-	63.179	**-**	**-**	**-**	**63.179**
Sist. de Informática	213.215	8.781	(95.918)	126.078	**243.270**	**-**	**(62.924)**	**306.424**
Arrend. de Terras	11.340	4.479	-	15.819	**-**	**(15.819)**	**-**	**-**
Total	287.734	13.260	(95.918)	205.076	**243.270**	**(15.819)**	**(62.924)**	**369.603**

A amortização de sistemas de informática foi calculada pelo método linear, com aplicação da taxa de 20% ao ano.

13. Fornecedores: Consolidado

	2022	2021
Composição dos Saldos:		
Fornecedores nacionais	**6.322.910**	2.816.301
Fornecedores internacionais	**679.342**	1.663.770
Total	**7.002.252**	4.480.071

Estão demonstrados ao seu valor presente e são obrigações resultantes de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os saldos referentes a fornecedores do exterior estão valorizados e ajustados às taxas cambiais do dia do fechamento do balanço. **14. Empréstimos e financiamentos: Consolidado**

	Encargos	Vencimento	2022	2021
Pré-Pagamento de Exportação	4,68% a.a	07/02/2022	-	8.714.725
Circulante			-	8.714.725
Não circulante			-	-

Os empréstimos e financiamentos foram liquidados em 2022.

15. Obrigações tributárias

	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Imposto de renda	**-**	-	**1.765.690**	475.433
Contribuição social	**-**	-	**704.037**	194.782
ICMS	**-**	-	**72.042**	1.155
IPI	**-**	-	**6**	-
ISSQN	**-**	-	**22.084**	27.679
IRRF	**-**	-	**682.010**	578.479
PIS/COFINS	**-**	3	**24.678**	13.949
PIS/COFINS/CSLL retido	**-**	-	**13.574**	26.335
IOF	**-**	-	**53.826**	-
INSS	**488**	1.159	**670.741**	1.633.251
FGTS	**-**	-	**193.408**	180.321
Total	**488**	1.162	**4.202.096**	3.131.384

16. Provisão para contingências e depósitos judiciais: Consolidado - Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contingenciais, de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme movimentação demonstrada a seguir:

	2021	Adições/baixas	2022
Cíveis	5.134.724	**1.027.841**	**6.162.565**
Trabalhistas	494.442	**487.406**	**981.848**
Total	5.629.166	**1.515.247**	**7.144.413**

O principal processo civil provisionado se refere a uma ação proposta na década de noventa por empresa de representação comercial que atendia as vendas de tanino da controlada Seta S/A. O processo foi julgado procedente, ocorrendo, em 2017, o pagamento de parte do montante requerido no processo. O processo teve continuidade para a discussão do critério de atualização monetária do saldo devedor executado, sendo que o valor de correção monetária de provável pagamento pela Companhia está estimado em R$ 5.416.562 em 31 de dezembro de 2022. As controladas são parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "remotas" e, portanto, não foram constituídas provisões para perdas. Os processos trabalhistas avaliados como perda "possível" totalizam R$ 1.215.337, os processos tributários R$ 1.859.376 e processos cíveis R$ 70.000. Em relação ao posicionamento adotado pelo STF no julgamento dos Temas 881 e 885, informamos que mesmo após o êxito obtido em ação ordinária em relação a contribuição ao INCRA, a companhia nunca deixou de recolher os valores devidos, portanto, não há risco envolvido em relação ao Tema. Depósitos judiciais - As controladas efetuaram depósitos judiciais, exigidos para dar seguimento nos processos, como segue:

	Consolidado 2022	2021
Cíveis	**347.967**	347.968
Trabalhistas	**521.274**	388.241
Tributários	**831.479**	829.426
Total	**1.700.720**	1.565.635

Os depósitos referem-se substancialmente a processos cíveis, trabalhistas e tributários em que as controladas optaram por entrarem com recurso em instância superior para discutir os pedidos julgados procedentes ao reclamante. **17. Imposto de renda e contribuição social: Consolidado -** a) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis a prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados de diferenças temporárias diversas. O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são reconhecidos pois há expectativa de geração de resultado tributável futuro em montante suficiente para a utilização de tais valores.

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos fiscais diferidos		
Diferenças temporárias	**2.546.623**	2.046.437
Resultado diferido - CPC 47	**271.497**	317.580
Reserva de reavaliação	**(254.858)**	(331.966)
Depreciação Lei 12.913/14	**(2.012.948)**	(1.876.257)
Total	**550.314**	155.794

	31/12/2022	31/12/2021
Passivos fiscais diferidos		
Outras provisões	**117.037**	77.516
	31/12/2022	**31/12/2021**
Depreciação Lei 12.913/14	**(1.123.620)**	(1.070.156)
Total	**(1.006.583)**	(992.640)

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro contábil antes dos impostos	**23.133.204**	19.382.721
Alíquota fiscal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominais	**(7.865.289)**	(6.590.125)
Efeito dos impostos sobre:		
Despesas não dedutíveis	**(1.444.613)**	(1.388.341)
Compensação de prejuízos fiscais	**649.146**	209.836
Incentivos fiscais - PAT	**129.679**	117.760
Incentivos fiscais - Fundo da criança	**17.000**	13.242
Imposto diferido constituído no exercício	**303.470**	(837.715)
Outros efeitos	**(130.412)**	(28.672)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(8.341.019)**	(8.504.015)
Alíquota efetiva %	**36%**	44%
Corrente	**(8.644.489)**	(7.999.135)
Diferido	**303.470**	(504.880)

18. Patrimônio líquido: Capital Social - Pertence a acionistas domiciliados no país e está dividido em 29.693.296 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Reserva de Lucros - A reserva de lucros é composta por: *Reserva legal:* constituída com a destinação de até 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social realizado, conforme art. 193 da Lei 6.404/76; *Reserva de lucros a realizar:* Representa o valor de dividendos obrigatórios sobre os lucros não realizados financeiramente em controladas; Reserva de investimento e capital de giro: Tem por finalidade assegurar investimentos e capital de giro; *Reserva de lucros à disposição da Assembleia:* Reserva de lucros à disposição da assembleia de acionistas para destinação. Reserva de reavaliação - A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de bens do ativo imobilizado no exercício de 2022, líquida de imposto de renda diferido. A Reserva é realizada com base nas depreciações, baixas, estornos ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados. No exercício foi realizada a parcela do saldo dessa reserva anteriormente constituída no montante de R$ 181.965 e o respectivo imposto diferido de R$ 74.661. Dividendos - O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. A apuração dos dividendos está demonstrada a seguir:

	2022
Lucro líquido do exercício	**14.478.922**
Constituição de reserva legal	**(723.946)**
Base de cálculo para dividendos	**13.754.976**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**3.438.744**
Dividendo por ação	**0,12**

A assembleia geral ordinária de 12 de agosto de 2022, aprovou o pagamento de dividendos no valor de R$ 1.860.000, a constituição de reserva de lucros a realizar de R$ 769.051 e o aumento de Capital Social no valor de R$ 80.000.000,00 mediante a incorporação de Reserva de Lucros a disposição da Assembleia no valor de R$ 7.992.128 e de Reserva de Investimentos e Capital de Giro no valor de R$ 72.007.872.

19. Receita líquida

	Consolidado 2022	2021
Receita bruta mercado interno	**18.963.891**	16.637.514
Receita bruta mercado externo	**246.722.116**	220.389.676
Impostos	**(4.255.368)**	(3.754.394)
Devoluções	**(124.463)**	(16.200)
Receita líquida	**261.306.176**	233.256.596

20. Resultado financeiro

	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	**-**	-	**(2.088.320)**	(736.194)
Variações cambiais	**-**	-	**(12.665.952)**	(14.600.864)
Outras despesas financeiras	**(935)**	(1.726)	**(760.202)**	(855.136)
Total	**(935)**	(1.726)	**(15.514.474)**	(16.192.194)
Receitas financeiras				
Rendimento aplicação financeira	**2.795**	54	**3.668.842**	1.905.062
Variações cambiais	**-**	-	**14.255.624**	12.619.113
Outras receitas financeiras	**-**	166	**3.647.083**	1.163.675
Total	**2.795**	220	**21.571.549**	15.687.850
Resultado financeiro	**1.860**	(1.506)	**6.057.075**	(504.344)

21.Outros resultados operacionais

	Consolidado 2022	2021
Outras despesas operacionais		
Alienação de bens do ativo imobilizado	**(980.868)**	(1.109.473)
Alienação de investimentos	**-**	(83.248)
Baixa por obsolescência	**(348.160)**	(114.805)
Fomento florestal	**(4.984.388)**	-
Outras despesas operacionais	**(2.285.856)**	(3.281.723)
Total	**(8.599.272)**	(4.589.249)
Outras receitas operacionais		
Alienação de bens do ativo imobilizado	**4.376.792**	2.190.247
Alienação da venda de investimentos	**-**	335.000
Ação judicial PIS/COFINS	**1.762.726**	-
Outras receitas operacionais	**1.555.094**	729.552
Total	**7.694.612**	3.254.799
Outros resultados operacionais	**(904.660)**	(1.334.450)

Em julho de 2022, a controlada Agroseta vendeu área de terra no município de Arroio dos Ratos/RS no valor de R$ 1.650.000. O valor do terreno no ativo imobilizado era de R$ 190.000 e o ganho na operação foi de R$ 1.460.000. Em agosto de 2022, a controlada Seta alienou um imóvel na cidade de Estância Velha/RS pelo valor de R$ 2.223.181 conforme carta de arrematação para liquidação parcial de um processo cível. A companhia investiu R$ 4.984.388 no plano de Fomento Florestal em 2022 para promover o desenvolvimento da acacicultura apoiando o produtor com orientação técnica e subsidiando a aquisição de mudas e insumos necessários ao plantio, garantindo assim o fornecimento de matérias-primas para os próximos anos. **22. Gestão de risco financeiro:** As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Administração se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. a) Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A política de crédito da Companhia e suas controladas considera o nível de risco que está disposto a aceitar no curso normal dos seus negócios. A diversificação da sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são os procedimentos adotados para minimizar os problemas de possíveis inadimplências em suas contas a receber. b) Risco de liquidez - A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa suficiente e investimentos de curto prazo, a disponibilidade de financiamento através de um montante adequado de facilidades de crédito e a possibilidade de fechar posições no mercado. c) Risco de moeda - O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das contas a receber e a pagar está vinculado a esta moeda. **23. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **24. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas em: 31/12/2022	**Importância segurada**
Coberturas básicas	9.940.700
Incêndios, explosões, fumaça e queda de aeronave	31.000.000
Responsabilidade civil	2.130.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, e queda de granizo	300.000
Danos elétricos	2.825.000

Diretoria

Carmen Adriane Schmitz Weiss - Diretora
Lurdes Teresinha Rambo Santarini - Diretora
Viviana A. M. Schröder- Contadora CRC/RS 84.450

O parecer do Conselho Fiscal se encontra à disposição dos acionistas na sede social, em conformidade com o art. 133, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da **Setapar S.A.**
Estância Velha - RS

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Setapar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos sobre os valores correspondentes do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Por termos sido nomeados auditores da Companhia durante o exercício de 2021, não foi possível acompanhar a contagem física dos estoques no início desse exercício ou nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades e saldos em estoque em 31 de dezembro de 2020, que estavam registrados no balanço patrimonial consolidado por R$ 81.375.312. Consequentemente, não foi possível determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2021 que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 conteve abstenção de opinião sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também incluiu modificação em decorrência dos possíveis efeitos desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 28 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F
Raquel Laguna Zambelli Cerqueira - Contadora CRC RS-069287/O

SETA S/A - EXTRATIVA TANINO DE ACÁCIA

CNPJ nº 89.717.268/0001-52 • NIRE 433 0000 2730

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente. **Contexto operacional e desempenho:** A SETA é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela empresa Setapar S.A. e sua atividade gira em torno da extração de tanino vegetal de acácia negra, oferecendo infinitas soluções da natureza para os clientes, tais como produtos para nutrição animal, para tratamento de águas e efluentes e para o curtimento de couros. Diante de um cenário econômico e político instável e desafiador, ainda decorrente da pandemia global causada pela Covid19, aliado a fatores internos relacionados a mudanças no cenário político brasileiro, a administração da companhia buscou, durante o exercício de 2022, equacionar os seus custos e a sua operação. As maiores dificuldades enfrentadas foram a redução na oferta de matéria prima, que se manteve abaixo da capacidade produtiva durante o ano e o seu respectivo aumento de preços, que foi repassado aos clientes, refletindo em uma redução nas receitas do exercício. Para reduzir os efeitos da baixa oferta de matéria prima que vem enfrentando, a empresa continua investindo no fomento da acacicultura para garantir a oferta para os próximos ciclos, fornecendo mudas e insumos diretamente para os produtores rurais ou por meio de Prefeituras. Além disso, a empresa oferece assistência técnica gratuita aos produtores e disponibiliza equipe própria especializada para aqueles que demandarem. A empresa continua dedicando esforços na pesquisa e desenvolvimento de novas aplicações para o tanino, direcionados à nutrição animal, vinicultura, indústria cervejeira, controle de pragas entre outros. Durante o exercício de 2022, a Seta consolidou a sua nova identidade visual, tornando-a conhecida como agente de soluções naturais e sustentáveis para os clientes. Seguimos priorizando a segurança e a vida das pessoas, por meio de programas e controles dos riscos nos processos e nas operações. Como evidência de sucesso desta política, a empresa comemorou mais um marco histórico, de 1.220 dias sem acidente de trabalho na data de 31/12/2022, fruto do empenho de todos os colaboradores e de investimentos na automação dos processos e no treinamento das pessoas. Apesar dos desafios enfrentados no ano, entregamos bons resultados, que refletem a dedicação e o trabalho árduo de todos os envolvidos. **Agradecimento:** Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio que temos recebido. Aos nossos mais de 170 colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da companhia. Estância Velha/RS, 28 de março de 2023. A Administração.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (em reais)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**815.218**	18.284.222
Clientes (Nota 6)	**3.156.355**	11.591.973
Impostos a recuperar (Nota 7)	**3.290.958**	1.680.763
Estoques (Nota 8)	**35.958.387**	14.744.877
Adiantamentos a fornecedores	**532.916**	887.923
Outras contas a receber	**126.969**	154.358
Dividendos a receber (Nota 10)	**645.771**	40.465
Despesas do exercício seguinte	**229.318**	191.529
	44.755.892	47.576.110
Não circulante		
Depósitos judiciais (Nota 16)	**703.088**	526.109
Partes relacionadas (Nota 9)	**3.206.483**	4.754.801
Imóveis a comercializar	**1.961.749**	1.961.749
Impostos a recuperar (Nota 7)	**559.130**	487.094
Impostos diferidos (Nota 17)	**275.096**	140.539
Outras contas a receber	**188.000**	191.000
Ativo biológico (Nota 12)	**8.342.945**	6.898.559
Investimentos (Nota 10)	**29.257.803**	27.184.534
Imobilizado (Nota 11)	**38.308.243**	38.819.317
Intangível (Nota 13)	**345.173**	187.144
	83.147.710	81.150.846
Total do ativo	**127.903.602**	128.726.956

Passivo	2022	2021
Circulante		
Fornecedores (Nota 14)	**1.750.898**	1.222.948
Obrigações sociais trabalhistas	**2.198.192**	2.175.093
Obrigações tributárias (Nota 15)	**1.737.231**	2.608.583
Adiantamentos de clientes	**82.369**	84.691
Venda para entrega futura	**-**	1.119.540
Outras contas a pagar	**460.448**	459.832
Dividendos a pagar	**426.562**	2.038.186
	6.655.700	9.708.873
Não circulante		
Provisão para contingências (Nota 16).	**6.326.134**	5.557.763
Provisão para perda com controlada (Nota 10)	**3.209.020**	3.189.970
	9.535.154	8.747.733
Patrimônio líquido (Nota 18)		
Capital social	**62.495.194**	42.495.194
Reservas de lucros	**47.274.366**	65.721.150
Reserva de reavaliação	**1.943.188**	2.054.006
	111.712.748	110.270.350
Total do passivo e patrimônio líquido	**127.903.602**	128.726.956

Demonstração do resultado exercício findo em 31 de dezembro (em reais)

	2022	2021
Receita líquida (Nota 19)	**69.702.688**	81.009.578
Custo dos produtos vendidos	**(47.225.269)**	(48.657.124)
Lucro bruto	**22.477.419**	32.352.454
Despesas com vendas	**(10.508.208)**	(9.346.418)
Despesas gerais e administrativas	**(14.995.071)**	(14.530.715)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	**2.699.990**	938.014
Outros result. operacionais (Nota 21)..	**1.924.103**	807.852
Lucro antes do resultado financeiro	**1.598.233**	10.221.187
Resultado financeiro (Nota 20)	**929.153**	2.948.913
Resultado antes das provisões	**2.527.386**	13.170.100
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)	**(794.292)**	(5.065.544)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	**57.450**	472.505
Lucro líquido do exercício	**1.790.544**	8.577.061
Lucro líquido por ação (em reais)	**-**	-

Demonstração do resultado abrangente exercício findo em 31 de dezembro (em reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**1.790.544**	8.577.061
Resultado abrangente total do exercício	**1.790.544**	8.577.061

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto exercício findo em 31 de dezembro (em reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do I. R. e contribuição social	**2.527.386**	13.170.100
Ajustes em:		
Depreciação, amortização e exaustão.	**3.548.522**	3.351.254
Equivalência patrimonial	**(2.699.990)**	(938.014)
Resultado na venda/baixa de imobilizado/intangível	**(767.990)**	(190.790)
Resultado na venda/baixa de investimentos	**-**	(248.676)
Provisão p/ crédito de liquid. duvidosa	**-**	9.473
Provisão para contingências	**768.371**	754.899
Variação de ativos e passivos:		
Clientes	**8.435.618**	27.139.296
Impostos a recuperar	**(1.682.231)**	(752.659)
Estoques	**(21.213.510)**	(3.697.350)
Adiantamentos a fornecedores	**355.008**	289.077
Outras contas a receber	**30.390**	(34.290)
Despesas do exercício seguinte	**(37.789)**	(13.915)
Depósitos judiciais	**(176.979)**	342.393
Partes relacionadas	**1.548.318**	(23.000)
Fornecedores	**527.950**	(540.739)
Obrigações sociais trabalhistas	**23.099**	127.196
Obrigações tributárias	**(1.009.681)**	(1.094.371)
Adiantamentos de clientes	**(2.322)**	57.684
Vendas para entrega futura	**(1.119.540)**	(2.115.162)
Outras contas a pagar	**616**	(635.262)
I. R. e contribuição social pagos	**(655.963)**	(5.065.472)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**(11.600.717)**	29.891.672
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	**(3.768.079)**	(7.321.536)
Aquisições de intangível	**(231.800)**	(13.261)
Adições de ativo biológico	**(2.583.786)**	(1.040.780)
Rec. na venda de investimentos	**-**	335.000
Rec. na venda de imob. e intangível	**2.711.792**	275.536
Dividendos recebidos de controladas ..	**40.464**	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades investimentos	**(3.831.409)**	(7.765.041)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	**(2.036.878)**	(3.920.752)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**(2.036.878)**	(3.920.752)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(17.469.004)**	18.205.879
Caixa e equivalentes de caixa início do período	**18.284.222**	78.343
Caixa e equivalentes de caixa final do período	**815.218**	18.284.222

Vencimento das duplicatas:	2022	2021
A vencer	**2.432.505**	10.832.607
Vencidas até 30 dias	**723.850**	575.204
Vencidas de 31 a 90 dias	**-**	184.162
Vencidas acima de 360 dias	**802.845**	802.845
Total	**3.959.200**	12.394.818

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

Créditos de liquidação duvidosa	
Saldo em 31/12/2021	(802.845)
Complemento de provisão	-
Saldo em 31/12/2022	**(802.845)**

7. Impostos a recuperar:	2022	2021
ICMS	**2.530**	103.691
ICMS s/ativo imobilizado	**773.885**	958.939
IPI	**2.973**	214
PIS/COFINS	**3.067.190**	1.101.575
Outros Impostos	**3.510**	3.438
Total	**3.850.088**	2.167.857
Ativo circulante	**3.290.958**	1.680.763
Ativo não circulante	**559.130**	487.094

Os saldos de ICMS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários e são compensados com débitos próprios. O ICMS s/ativo imobilizado é compensado na razão de 1/48 avos ao mês com o ICMS a recolher. Os saldos de IPI, PIS e COFINS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários, e são compensados com débitos próprios e/ou outros débitos administrados pela SRF. Em dezembro de 2022 foi deferido pela Receita Federal do Brasil o pedido de Habilitação do crédito de PIS e COFINS, referente a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais de venda, no valor total de 2.272.665, sendo o principal R$ 1.762.726 e a atualização monetária da Selic de R$ 509.939.

8. Estoques:	2022	2021
Matérias-primas e material secundário .	**5.110.371**	3.633.008
Produtos acabados	**29.775.274**	9.914.106
Produtos em elaboração	**752**	165.319
Outros	**1.071.990**	1.032.444
Total	**35.958.387**	14.744.877

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram o resultado desses exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e outras partes relacionadas.

Mita Ltda	2022	2021
Clientes	**262.997**	2.718.291
Vendas	**4.026.534**	246.792
Compras	**50**	7.768

Partes relacionadas	2022	2021
Curtidora Áquila S.A.	**3.206.483**	4.754.801
Total	**3.206.483**	4.754.801

Transações operacionais - A Companhia realiza transações de compra e venda de mercadorias com base em preços de mercado. Transações não operacionais - As operações de mútuo com partes relacionadas estão suportadas por contratos entre as partes; sobre estas há incidência de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, cujo recolhimento ocorre de forma mensal, e a duração do presente contrato é por tempo indeterminado.

10. Investimentos: Dados dos investimentos

Participações em controladas	Agroseta S.A.	Curtidora Aquila S.A.	Total
Quantidade ações	**75.897.660**	**1.669.909**	
Valor do patrimônio líquido	**46.972.052**	**(3.209.061)**	
Resultado do exercício	**4.365.295**	**(19.050)**	
Ativo	**48.932.277**	**490**	
Percentuais de participação	**62,2877%**	**99,9987%**	
Movimentação dos investimentos			
Participações em controladas	**Agroseta S.A.**	**Curtidora Aquila S.A.**	**Total**
Investimentos	**27.184.534**	**-**	**27.184.534**
Provisão para perda com controlada	**-**	**(3.189.970)**	**(3.189.970)**
Saldo no início do exercício	**27.184.534**	**(3.189.970)**	**23.994.564**
Equivalência patrimonial	**2.719.040**	**(19.050)**	**2.699.990**
Dividendos propostos	**(645.771)**	**-**	**(645.771)**
Saldo no final do exercício	**29.257.803**	**(3.209.020)**	**26.048.783**
Investimentos	**29.257.803**	**-**	**29.257.803**
Provisão p/ perda c/ controlada	**-**	**(3.209.020)**	**(3.209.020)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - exercício findo em 31 de dezembro (em reais)

		Reserva de lucros						
Eventos	**Capital social**	**Legal**	**lucros a realizar**	**Investimentos e capital de giro**	**A disposição da assembleia**	**Reserva de reavaliação**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	42.495.194	4.734.533	322.347	41.790.610	12.225.237	2.095.511	-	103.663.432
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	8.577.061	8.577.061
Realização de reservas	-	-	-	-	-	(108.414)	108.414	-
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	66.909	-	66.909
Destinações do lucro:								
Reserva legal	-	428.853	-	-	-	-	(428.853)	-
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	12.225.237	(12.225.237)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(2.037.052)	(2.037.052)
Reserva a disposição da assembleia	-	-	-	-	6.219.570	-	(6.219.570)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	42.495.194	5.163.386	322.347	54.015.847	6.219.570	2.054.006	-	110.270.350
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.790.544**	**1.790.544**
Realização de reservas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(187.926)**	**187.926**	**-**
Impostos diferidos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**77.108**	**-**	**77.108**
Destinações do lucro:								
Reserva legal	**-**	**89.527**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(89.527)**	**-**
Dividendos propostos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(425.254)**	**(425.254)**
Reserva a disposição da assembleia	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.463.689**	**-**	**(1.463.689)**	**-**
Aumento de capital	**20.000.000**	**-**	**-**	**(13.780.430)**	**(6.219.570)**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**62.495.194**	**5.252.913**	**322.347**	**40.235.417**	**1.463.689**	**1.943.188**	**-**	**111.712.748**

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em reais)

1. Informações sobre a Companhia: A Sociedade dedica-se principalmente à industrialização e comercialização de extratos tanantes e produtos químicos, exploração do florestamento e reflorestamento, bem como, a industrialização e comércio de produtos florestais. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. A Companhia possui participação nas Empresas relacionadas abaixo:

Razão social	País	Relação	31/12/2022	31/12/2021
Agroseta S.A.	Brasil	Direta	**62,2877%**	62,2877%
Curtidora Aquila S.A.	Brasil	Direta	**99,9987%**	99,9987%

A Companhia não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas por atender aos critérios previstos no parágrafo 10 do CPC 36, a saber: (i) A Companhia é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Sociedade não são negociados em mercado aberto (bolsas de valores no País ou no exterior ou mercado de balcão - mercado descentralizado de títulos não listados em bolsa de valores ou cujas negociações ocorrem diretamente entre as partes, incluindo mercados locais e regionais); (iii) A Sociedade não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (iv) A controladora final da Sociedade disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A controladora final da Empresa é Setapar S.A. que apresentou demonstrações financeiras consolidadas datada de 28 de março de 2023. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2023. **3. Principais práticas contábeis:** a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. b) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". c) Clientes - Apresenta os valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. d) Estoques - Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: *Matérias-primas, materiais auxiliares e de manutenção* - custo de aquisição segundo o custo médio. *Produtos acabados e em elaboração* - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. e) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultante conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. f) Ativo Biológico - Os ativos biológicos, representados por florestas de acácia negra, estão registrados pelo valor de custo incorrido, o qual substancialmente representa o valor justo na data do balanço, deduzidos das despesas de venda. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A avaliação de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado e certas estimativas, principalmente projeção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade das florestas, levando-se em consideração o seu crescimento e as variações de preço de mercado. g) Reconhecimento da receita - O CPC 11- Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. *Venda de produtos* - A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente. *Receita de juros* - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. h) Obrigações tributárias - *Impostos sobre vendas* - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. *Imposto de renda e contribuição social* - O imposto de renda do exercício é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240.000 no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. *Impostos diferidos* - Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças possam ser realizadas. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma Empresa tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. i) Provisões - As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. j) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros e disponíveis para a venda. k) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes - São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivas). l) Bens destinados a venda - A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O ativo imobilizado não é depreciado quando classificado como mantidos para venda. m) Novas normas de contabilidade - Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: *Provisão para créditos de liquidação duvidosa* - É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre valores a receber. *Provisões para litígios* - A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda, contribuição social diferidos* - O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto diferido passivo foi calculado com base na realização das reservas de reavaliação do ativo imobilizado e nas provisões temporárias.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa:	2022	2021
Caixa e bancos	**179.543**	243.389
Aplicações financeiras	**-**	2.101.445
Cambiais disponíveis	**635.675**	15.939.388
Total	**815.218**	18.284.222

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 4 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com rendimento de aproximadamente 100%. As cambiais disponíveis totalizam US$ 121.844 de dólares americanos.

6. Clientes: Composição dos Saldos:	2022	2021
Mercado Interno	**1.966.405**	2.016.816
Partes relacionadas	**262.996**	2.718.291
Mercado Externo	**1.729.799**	7.659.711
(-) Prov. p/créd. de liquidação duvidosa .	**(802.845)**	(802.845)
Total	**3.156.355**	11.591.973

11. Imobilizado: 11.1. Composição	2022			2021		
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Valor Contábil Líquido**	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Valor Contábil Líquido**
Imóveis e obras civis	**23.562.261**	**(8.949.537)**	**14.612.724**	21.926.464	(9.361.477)	12.564.987
Equip. e instalações industriais	**63.176.026**	**(41.100.760)**	**22.075.266**	59.618.927	(38.592.122)	21.026.805
Equip. e instalações de escritório	**1.381.536**	**(986.105)**	**395.431**	1.348.090	(909.090)	439.000
Equip. processamento de dados	**1.533.245**	**(741.428)**	**791.817**	1.270.264	(657.883)	612.381
Veículos	**666.002**	**(344.736)**	**321.266**	666.002	(226.420)	439.582
Imobilizações em andamento	**111.739**	**-**	**111.739**	3.736.562	-	3.736.562
Total	**90.430.809**	**(52.122.566)**	**38.308.243**	88.566.309	(49.746.992)	38.819.317

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em reais)

11.2. Conciliação do valor contábil líquido

	31/12/2020	2021 Adições	2021 Baixas	2021 Transf.	2021 Depreciação	31/12/2021	2022 Adições	2022 Baixas	2022 Transf.	2022 Depreciação	31/12/2022
	(não audit.)										
Imóveis e obras civis	12.540.564	560.683	-	-	(536.260)	12.564.987	**186.364**	**(761.814)**	**3.105.658**	**(482.471)**	**14.612.724**
Equipamentos e instalações industriais	18.823.240	1.055.341	(78.794)	3.655.493	(2.428.475)	21.026.805	**920.454**	**(25.069)**	**2.780.910**	**(2.627.834)**	**22.075.266**
Equipamentos e instalações de escritório	436.326	79.434	-	-	(76.760)	439.000	**36.326**	**-**	**-**	**(79.895)**	**395.431**
Equipamento de processamento de dados	361.872	397.433	(5.952)	-	(140.972)	612.381	**363.190**	**(1.700)**	**-**	**(182.054)**	**791.817**
Veículos	199.833	324.673	-	-	(84.924)	439.582	**-**	**-**	**-**	**(118.316)**	**321.266**
Imobilizações em andamento	2.488.083	4.903.972	-	(3.655.493)	-	3.736.562	**2.261.745**	**-**	**(5.886.568)**	**-**	**111.739**
Total	34.849.918	7.321.536	(84.746)	-	(3.267.391)	38.819.317	**3.768.079**	**(788.583)**	**-**	**(3.490.570)**	**38.308.243**

O imobilizado em andamento refere-se à aquisição de equipamentos e instalações industriais no valor de R$ 111.739 com expectativa de término para março de 2023. Em 2022 a companhia transferiu de imobilizado em andamento para imóveis e obras civis o valor de R$ 3.105.658 e para equipamentos e instalações industriais o valor de R$ 2.780.910 referente a melhorias no seu parque fabril. A Empresa revisa e ajusta a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração atualizou a análise e não identificou a necessidade de alteração das taxas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras. Os componentes do imobilizado mantiveram sua vida útil de maneira uniforme durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com aplicação de seguintes taxas pelo método linear:

Imóveis e obras civis	4% ao ano
Equipamentos e instalações industriais	10% ao ano
Equipamentos e instalações de escritório	10% ao ano
Veículos	20% ao ano

12. Ativo Biológico

	31/12/2020	2021 Adições	2021 Baixas	31/12/2021	2022 Adições	2022 Baixas	31/12/2022
	(não auditado)						
Arrendamento rural	-	-	-	-	**236.538**	**-**	**236.538**
Florestas	5.857.779	1.040.780	-	6.898.559	**2.347.248**	**(1.139.400)**	**8.106.407**
Total	5.857.779	1.040.780	-	6.898.559	**2.583.786**	**(1.139.400)**	**8.342.945**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo biológico foi mantido pelo seu custo, uma vez que a melhor estimativa do valor justo se aproxima ao valor de custo incorrido, adicionalmente a Companhia não identificou a existência de indicadores de "*impairment*".

13. Intangível: 13.1. Composição

Descrição	2022 Custo	2022 Amortização Acumulada	2022 Valor Contábil Líquido	2021 Custo	2021 Amortização Acumulada	2021 Valor Contábil Líquido
Marcas e Patentes	**63.179**	**-**	**63.179**	63.179	-	63.179
Sist. de informática	**2.078.981**	**(1.796.987)**	**281.994**	1.847.182	(1.739.036)	108.146
Arrend. de Terras	**-**	**-**	**-**	15.819	-	15.819
Total	**2.142.160**	**(1.796.987)**	**345.173**	1.926.180	(1.739.036)	187.144

13.2. Conciliação do valor contábil líquido

	31/12/2020	2021 Adições	2021 Amortiz.	31/12/2021	2022 Adições	2022 Baixas	2022 Amortiz.	31/12/2022
	(não audit.)							
Marcas e Patentes	63.179	-	-	63.179	**-**	**-**	**-**	**63.179**
Sist. de Informática	183.227	8.782	(83.863)	108.146	**231.800**	**-**	**(57.952)**	**281.994**
Arrend. de Terras	11.340	4.479	-	15.819	**-**	**(15.819)**	**-**	**-**
Total	257.746	13.261	(83.863)	187.144	**231.800**	**(15.819)**	**(57.952)**	**345.173**

A amortização de sistemas de informática foi calculada pelo método linear, com aplicação da taxa de 20% ao ano.

14. Fornecedores:

	2022	2021
Composição dos Saldos:		
Fornecedores nacionais	**1.750.898**	1.222.948
Total	**1.750.898**	1.222.948

Estão demonstrados ao seu valor presente e são obrigações resultantes de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

15. Obrigações tributárias:

	2022	2021
Imposto de renda	**571.580**	475.433
Contribuição social	**220.498**	178.315
ICMS	**70.467**	578
ISSQN	**6.191**	8.018
IRRF Retido	**414.168**	423.959
PIS/COFINS/CSLL Retido	**8.353**	20.091
INSS	**317.332**	1.368.754
FGTS	**128.642**	133.435
Total	**1.737.231**	2.608.583

16. Provisão para contingências e depósitos judiciais: Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contingenciais, de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme movimentação demonstrada a seguir:

	2021	Adições	2022
Provisão para contingências			
Cíveis	5.134.724	**342.439**	**5.477.163**
Trabalhistas	423.039	**425.932**	**848.971**
Total	5.557.763	**768.371**	**6.326.134**

O principal processo civil provisionado se refere a uma ação proposta na década de noventa por empresa de representação comercial que atendia as vendas de tanino. O processo foi julgado procedente, ocorrendo, em 2017, o pagamento de parte do montante requerido no processo. O processo teve continuidade para a discussão do critério de atualização monetária do saldo devedor executado, sendo que o valor de correção monetária de provável pagamento pela Companhia está estimado em R$ 5.416.562 em 31 de dezembro de 2022. A Companhia é parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "remotas" e, portanto, não foram constituídas provisões para perdas. Os processos trabalhistas avaliados como perda possível totalizam R$ 1.055.337, os processos tributários R$ 60.379 e processos cíveis R$ 70.000. Em relação ao posicionamento adotado pelo STF no julgamento dos Temas 881 e 885, informamos que mesmo após o êxito obtido em ação ordinária em relação a contribuição ao INCRA, a companhia nunca deixou de recolher os valores devidos, portanto, não há risco envolvido em relação ao Tema. Depósitos judiciais - A Companhia efetuou depósitos judiciais, exigidos para dar seguimento nos processos, como segue:

	2022	2021
Depósitos Judiciais		
Cíveis	**314.692**	314.692
Trabalhistas	**388.396**	211.417
Total	**703.088**	526.109

Os depósitos referem-se substancialmente a processos cíveis e trabalhistas em que a Companhia optou por entrar com recurso em instância superior para discutir os pedidos julgados procedentes ao reclamante.

17. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

	2022	2021
Ativos fiscais diferidos		
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	**2.150.885**	1.889.639
Outras provisões	**120.519**	141.543
Depreciação Lei 12.913/14	**(2.012.948)**	(1.876.258)
Resultado diferido - CPC 47	**271.498**	317.581
Total	**529.954**	472.505
Passivos fiscais diferidos		
Reserva de reavaliação	**(254.858)**	(331.966)
Total	**(254.858)**	(331.966)
I. R. e contribuição social ativo (passivo)	**275.096**	140.539

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2022	2021
Lucro contábil antes dos impostos	**2.527.386**	13.170.100
Alíquota fiscal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominais	**(859.311)**	(4.477.834)
Efeito dos impostos sobre:		
Despesas não dedutíveis	**(932.208)**	(710.797)
Resultado de equivalência patrimonial	**917.997**	318.925
Incentivos fiscais – PAT	**14.700**	72.792
Incentivos fiscais – fundo da criança	**-**	2.000
Imposto diferido constituído no exercício corrente	**57.450**	472.505
Outros efeitos	**64.530**	(270.630)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(736.842)**	(4.593.039)
Alíquota efetiva %	**29%**	35%
Corrente	**(794.292)**	(5.065.544)
Diferido	**57.450**	472.505

18. Patrimônio líquido: Capital Social - O Capital Social de R$62.495.194, está dividido em 143.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertence a acionistas domiciliados no país. Em 12 de maio de 2022 foi aprovado em Assembleia, o aumento do capital social da Companhia em R$ 20.000.000, com recursos oriundos da conta de Reserva de Lucros à disposição da Assembleia e Reserva de Investimentos e Capital de Giro. Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendos mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Reserva de Lucros - A reserva de lucros é composta por: ***Reserva legal:*** constituída com a destinação de até 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social realizado, conforme art. 193 da Lei 6.404/76; ***Reserva de lucros a realizar:*** Representa o valor de dividendos obrigatórios sobre os lucros não realizados financeiramente em controladas; ***Reserva de investimento e capital de giro:*** Tem por finalidade assegurar investimentos e capital de giro. Reserva de reavaliação - A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de bens do ativo imobilizado no exercício de 2000, líquida de imposto de renda diferido. A Reserva é realizada com base nas depreciações, baixas, estornos ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados. No exercício foi realizada a parcela do saldo dessa reserva anteriormente constituída no montante de R$ 108.414 e o respectivo imposto diferido de R$66.909. Dividendos - O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. A apuração dos dividendos está demonstrada a seguir:

	2022
Lucro líquido do exercício	**1.790.544**
Reserva legal	**(89.527)**
Base de cálculo para dividendos	**1.701.017**
Dividendos mínimos (25%)	**425.254**
Dividendo por ação	**0,002**

19. Receita líquida:

	2022	2021
Receita bruta	**74.076.666**	84.394.761
Mercado Interno	**22.800.346**	15.427.706
Mercado Externo	**51.276.320**	68.967.055
Impostos sobre vendas	**(4.249.515)**	(3.368.983)
Devoluções de vendas	**(124.463)**	(16.200)
Receita líquida	**69.702.688**	81.009.578

20. Resultado financeiro:

	2022	2021
Despesas financeiras		
Variações cambiais	**(6.192.685)**	(4.542.148)
Outras despesas financeiras	**(156.030)**	(332.593)
Total	**(6.348.715)**	(4.874.741)
Receitas financeiras		
Rendimento aplicação financeira	**723**	1.445
Variações cambiais	**5.882.989**	7.091.687
Outras receitas financeiras	**1.394.156**	730.522
Total	**7.277.868**	7.823.654
Resultado financeiro	**929.153**	2.948.913

21. Outros resultados operacionais

	2022	2021
Outras despesas operacionais		
Alienação de bens do ativo imobilizado	**(780.776)**	(10.676)
Alienação de investimentos	**-**	(83.248)
Baixa por obsolescência	**(332.717)**	(74.124)
Fomento florestal	**(2.590.939)**	-
Outras despesas operacionais	**(26.876)**	(95.624)
Total	**(3.731.308)**	**(263.672)**
Outras receitas operacionais		
Alienação de bens do ativo imobilizado	**2.711.792**	275.536
Alienação de investimentos	**-**	335.000
Ação judicial PIS/COFINS	**1.762.726**	-
Outras receitas operacionais	**1.180.893**	460.988
Total	**5.655.411**	1.071.524
Outros resultados operacionais	**1.924.103**	807.852

A companhia investiu R$ 2.590.939 no plano de Fomento Florestal em 2022 para promover o desenvolvimento da acacicultura apoiando o produtor com orientação técnica e subsidiando a aquisição de mudas e insumos necessários ao plantio, garantindo assim o fornecimento de matérias-primas para os próximos anos. Em agosto de 2022, a companhia alienou um imóvel na cidade de Estância Velha/RS pelo valor de R$ 2.223.181 conforme carta de arrematação para liquidação parcial de um processo cível.

22. Gestão de risco financeiro: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Administração se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. a) Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A política de crédito da Companhia e suas controladas considera o nível de risco que está disposto a aceitar no curso normal dos seus negócios. A diversificação da sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são os procedimentos adotados para minimizar os problemas de possíveis inadimplências em suas contas a receber. b) Risco de liquidez - A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa suficiente e investimentos de curto prazo, a disponibilidade de financiamento através de um montante adequado de facilidades de crédito e a possibilidade de fechar posições no mercado. c) Risco de moeda - O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das contas a receber e a pagar está vinculado a esta moeda.

23. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

24. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Cobertura em 31/12/2022	Importância Segurada
Incêndios, explosões, fumaça e queda de aeronave	31.000.000
Danos elétricos	1.200.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	300.000

Diretoria

Roberto Luz - Diretor Presidente | **Carmen Adriane Schmitz Weiss** - Diretora | **Lurdes Teresinha Rambo Santarini** - Diretora | **Viviana A. M. Schröder** - Contadora CRC/RS 84.450

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Seta S.A. - Extrativa Tanino de Acácia
Estância Velha - RS

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Seta S.A. – Extrativo Tanino de Acácia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos sobre os valores correspondentes do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva: Por termos sido nomeados auditores da Companhia durante o exercício de 2021, não foi possível acompanhar a contagem física dos estoques no início desse exercício ou nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades e saldos em estoque em 31 de dezembro de 2020, que estavam registrados no balanço patrimonial por R$ 11.047.527. Consequentemente, não foi possível determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2021 que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 conteve abstenção de opinião sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também incluiu modificação em decorrência dos possíveis efeitos desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Raquel Laguna Zambelli Cerqueira
Contadora CRC RS-069287/O

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. - CNPJ nº 12.181.987/0001-77 - NIRE 43300052885 - Companhia Aberta - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA:** Ficam convocados os senhores acionistas da **MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada no dia **28 de abril de 2023, às 14:00horas**, de **forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária**: (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer dos Auditores Independentes; (ii) Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; (iii) Revisar o Orçamento de Capital que fundamentou a retenção de parte do lucro do exercício social 2020 por 2 (dois) exercícios (2021-2022), conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2021 ("AGOE 2021"); e (iv) Deliberar sobre a fixação do limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: (i) Deliberar sobre a indicação do Sr. Milton Melnick, atual membro efetivo do Conselho de Administração, para a posição de Presidente do Conselho de Administração, em substituição ao atual Presidente; (ii) Deliberar sobre a proposta de alteração do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na AGOE 2021, para aumentar o limite de ações que podem ser objeto do plano; e (iii) Deliberar sobre a proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir o cancelamento de ações aprovado pelo Conselho de Administração. **Informações Gerais:** 1. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia (Rua Carlos Trein Filho, n° 551, auxiliadora, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.450-120) e nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm) e da Companhia (http://ri.melnick.com.br/): (i) os Relatórios da Administração e do Comitê de Auditoria da Companhia, (ii) as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, (iii) a Proposta da Administração com as informações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia e ao exercício do direito de voto na Assembleia ("Proposta da Administração"). 2. A participação do acionista na Assembleia poderá se dar de forma digital, por meio da Plataforma Digital, ou via boletim de voto a distância. 3. Os Acionistas que desejem participar da Assembleia deverão apresentar à Companhia, nos termos do § 1° do art. 11 do Estatuto Social da Companhia, os seguintes documentos, conforme descrito detalhadamente na Proposta da Administração: (i) documento de identidade, CPF e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da Lei nº 6.404/76; e (iii) instrumento de mandato (assinado digitalmente ou em via física, com firma reconhecida), acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes do procurador, conforme o caso. 4. A referida documentação listada no item 3 acima deverá ser encaminhada para o e-mail <ri@melnick.com.br>, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, **2 (dois) dias de antecedência** da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **26 de abril de 2023 às 14:00h**. 5. Nos termos da Resolução CVM 81/22, a Plataforma Digital a ser disponibilizada pela Companhia permitirá que os acionistas cadastrados no prazo mencionado acima participem, se manifestem e votem na Assembleia sem que se façam presentes fisicamente. 6. Adicionalmente, a Companhia adotará o procedimento de voto a distância na Assembleia, nos termos da Resolução CVM 81/22. Neste sentido, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância, por meio do boletim de voto a distância, poderá: (i) transmitir as instruções de preenchimento para seus respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos adotados por cada custodiante; (ii) transmitir as instruções de preenchimento ao agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) preencher e enviar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia, aos cuidados da área de Relações com Investidores, para o e-mail <ri@melnick.com.br>, com solicitação de confirmação de recebimento, juntamente com a documentação referida no item 3 acima. 7. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e votação na Assembleia, inclusive votação à distância, orientações sobre acesso à Plataforma Digital e documentação exigida dos acionistas para admissão à Assembleia, podem ser acessadas na Proposta de Administração. 8. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por e-mail, com envio para o seguinte endereço eletrônico: <ri@melnick.com.br>. Porto Alegre, 28 de março de 2023. Leandro Melnick - Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ - 12.181.987/0001-77 Nire - 43.3.0005288.5

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO[1]: É com satisfação que apresentados os resultados da Melnick do exercício de 2022. Concluídos dois anos após nosso IPO, fomos capazes de manter o crescimento da nossa operação, mantendo nossas margens e estrutura de capital sólida. Lançamos em 2022 dez (10) projetos, que totalizaram o VGV de R$1,3 Bilhão, sendo R$611 milhões (%Melnick). Isto representou **um crescimento de 15%** em relação ao exercício de 2021. Nossos lançamentos foram concentrados no segmento de médio-alto padrão, aonde estamos conseguindo repassar o aumento do custo de produção para nossos clientes. Estamos bastante satisfeitos com o desempenho das vendas líquidas, que totalizaram (% Melnick) R$ 647milhões em 2022, **um crescimento de 32%** em relação ao ano anterior. Vale notar que a venda líquida de estoque remanescente **cresceu 56% no ano.** Atualmente temos R$ 3,7 Bilhões de VGV em land bank, compostos por 30 terrenos ou fases, sendo que **28% do nosso lank bank já possui projeto aprovado**. 2022 foi o ano de entregas recorde da Melnick. Entregamos R$1 Bilhão de VGV, representado por dez (10) empreendimentos. A Receita Líquida de 2022 totalizou R$ 1 Bilhão, **um crescimento de 33%** em relação a 2021. Nosso Lucro Bruto totalizou R$ 235 milhões com margem de 24%, representando **um crescimento de 27% no ano**. O Lucro Líquido totalizou R$ 84 milhões em 2022 com margem líquida[2] antes da participação dos minoritários de 12%. **Ao longo do ano distribuímos R$ 24 milhões de dividendos referentes ao exercício social de 2022**. Encerramos o 4T22 com uma posição líquida de Caixa, de R$ 187,7 milhões, representando 16% de caixa líquido sobre Patrimônio Líquido. Devido crescimento da operação e a estratégia de compra dos terrenos de giro rápido com caixa, consumimos R$ 169,2 milhões de caixa operacional em 2022. Nossa estratégia de negócios é baseada em três pilares: solidez financeira, capacidade operacional e produtos diferenciados. Com a mentalidade de longo prazo, mantemos como objetivo principal o retorno sobre o capital investido.

PRINCIPAIS INDICADORES (R$ mil)

Dados Financeiros Consolidados	4T21	2021	1T22	2T22	3T22	4T22	2022
Receita Líquida de Vendas e Serviços	236.638	771.819	206.995	304.927	306.411	211.235	1.029.568
Lucro Bruto	53.778	185.024	60.229	63.845	71.361	39.500	234.935
Margem Bruta Ajustada	23,80%	25,17%	29,41%	22,32%	23,96%	20,19%	23,80%
Lucro Líquido	36.276	82.936	22.183	29.729	22.855	9.612	84.378
Margem Líq. Antes Part. Minoritários	13,40%	11,20%	19,54%	12,75%	10,10%	7,21%	12,20%
ROAE LTM	7,20%	7,20%	7,15%	8,51%	9,42%	6,59%	6,59%
Receitas a Apropriar	819.316	819.220	837.653	899.524	914.669	880.954	880.954
Custo a Apropriar	-587.053	-587.053	-597.281	-636.996	-642.953	-620.166	-620.166
Resultado a Apropriar (após PIS-COFINS)	232.263	232.167	240.372	262.528	271.716	260.788	260.788
Margem dos Resultados a Apropriar - %	28,40%	28,40%	28,70%	29,19%	29,71%	29,60%	29,60%
Dívida Líquida	-388.259	-388.259	-350.392	-299.118	-200.809	-187.695	-187.695
Cash Burn (ex-dividendos, recompras e IPO)	65.758	145.103	37.908	26.908	91.311	13.105	169.205

Lançamentos	4T21	2021	1T22	2T22	3T22	4T22	2022
Empreendimentos Lançados	2	9	3	2	2	3	10
VGV Potencial dos Lançamentos (100%)	257.292	1.109.282	578.450	213.096	283.225	195.396	1.270.167
VGV Potencial dos Lançamentos (% Melnick)	212.820	808.024	267.335	112.340	155.357	76.353	611.386
Número de Unidades Lançadas	420	1339	579	435	200	670	1884
Área Útil das Unidades Lançadas (m²)	17.627	175.272	117.517	16.193	67.380	120.904	321.994
Preço Médio de Lançamento (R$/m²)	12.073	4.610	4.207	12.235	3.316	1.569	3.476
Preço Médio Unidade Lançada (R$ mil/unidade)	507	640	854	467	1117	283	594

Vendas	4T21	2021	1T22	2T22	3T22	4T22	2022
Vendas Contratadas (100%)	216.880	582.635	175.046	346.321	185.555	158.079	865.001
Vendas Contratadas (% Melnick)	185.458	491.233	86.827	285.590	151.418	122.880	646.715
VSO consolidada (% Melnick)	16,40%	34,02%	6,88%	20,82%	12,12%	10,09%	38,04%
VSO de lançamento (% Melnick)	30,70%	26,36%	26,80%	40,20%	34,45%	58,02%	35,40%

Entregas	4T21	2021	1T22	2T22	3T22	4T22	2022
VGV Entregue (100%)	-	313.405	136.472	81.130	136.557	611.211	965.370
VGV Entregue (% Melnick)	-	273.481	77.204	44.018	129.730	474.232	725.154
Número de Empreendimentos Entregues	-	3	2	2	1	5	10
Número de Unidades Entregues	-	682	478	483	68	1098	2.127

Terrenos	4T21	2021	1T22	2T22	3T22	4T22	2022
Land Bank (100%)	5.415.015	5.415.015	5.405.617	4.975.000	5.635.042	5.133.873	5.133.873
Land Bank (% Melnick)	3.798.523	3.798.523	3.781.795	3.562.000	4.084.120	3.736.197	3.736.197

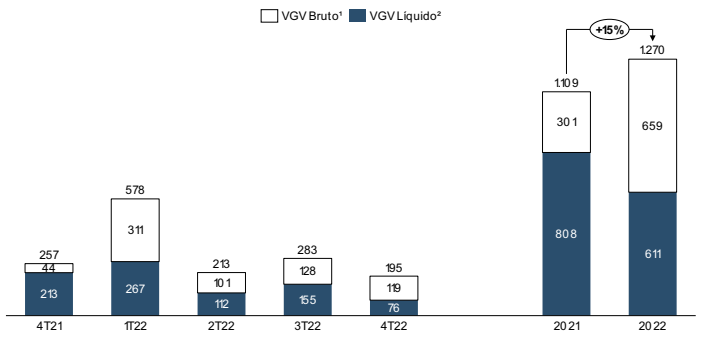
DESEMPENHO OPERACIONAL

LANÇAMENTOS

No quarto trimestre de 2022 lançamos três empreendimentos no montante de R$ 195,4 milhões de VGV bruto (R$ 76,4 milhões no % Melnick), totalizando no ano R$ 1,3 bilhão de VGV bruto (R$ 611,4 milhões no % Melnick), representando um crescimento de 15% no ano, conforme informações abaixo:

Empreendimento	Unidade de negócio	VGV Total[2] (R$ mil)	VGV Melnick (R$ mil)	Área Útil3 (m2)	Unid.3	Valor Médio Unidade (R$ mil)	Segmento
1T22		**578.450**	**267.335**	**117.517**	**579**	**854**	
Nilo Square - Residencial	INC	426.266	201.411	23.864	120	3.357	Residencial
Zen Concept Resort	LOT	109.783	25.644	86.370	299	172	Urbanizadora
Open Protásio	OPEN	42.400	40.280	7.283	160	252	Residencial
2T22		**213.096**	**112.340**	**16.193**	**435**	**467**	
Nilo Square - Mix	INC	185.144	85.786	9.139	275	641	Misto
Open Canoas - F3	OPEN	27.952	26.554	7.054	160	166	Residencial
3T22		**283.225**	**155.357**	**67.380**	**200**	**1.117**	
Seen Menino Deus	INC	196.464	136.703	11.200	73	1.873	Residencial
The Garden - Fase 1	LOT	86.761	18.654	56.180	127	683	Urbanizadora
4T22		**195.396**	**76.353**	**120.904**	**670**	**283**	
Grand Park Moinhos - Fase 1	INC	62.258	50.087	7.450	112	447	Residencial
Arbo Village Park	LOT	45.125	13.989	83.411	430	120	Urbanizadora
The Garden - Fase 2	LOT	88.012	12.278	30.043	128	688	Urbanizadora
Total 2022		**1.270.167**	**611.386**	**321.994**	**1.884**	**594**	

[1] VGV bruto de permutas físicas e comissão de vendas.
[2] VGV líquido de permutas físicas e comissão de vendas.
[3] Líquidas de permuta física.

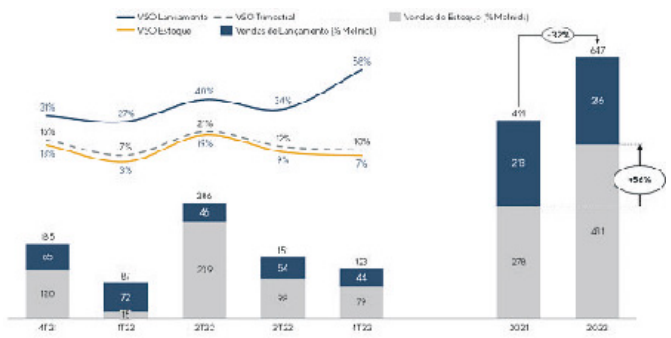


VENDAS BRUTAS E LÍQUIDAS

No quarto trimestre, as vendas brutas e líquidas correntes somaram, respectivamente, R$ 166 milhões (% Melnick) e R$ 123 milhões (% Melnick), totalizando R$ 647 milhões de vendas líquidas no ano (% Melnick), representando um crescimento de 32% em relação a 2021, conforme demonstrado abaixo:

Composição das vendas do período (R$ milhões, % Melnick)	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22
Vendas Brutas	217	120	325	184	166
Estoque	152	48	279	130	122
Lançamentos	65	72	46	54	44
Distratos correntes	**(32)**	**(34)**	**(39)**	**(32)**	**(43)**
Vendas líquidas correntes	**185**	**87**	**286**	**151**	**123**

Abaixo demonstramos a evolução das velocidades de vendas nos últimos cinco trimestres. Neste trimestre a VSO de lançamento foi de 58% e a VSO trimestral de 10%. Também demonstramos nosso total de vendas nos anos de 2021 e 2022 em que obtivemos um crescimento de 32% no total de vendas e de 55% nas vendas de estoques, em relação a 2021.



A abertura das vendas por unidade de negócio pode ser verificada na tabela abaixo:

Unidade de negócio	Vendas Total (R$ mil) 4T22	Vendas Total (R$ mil) 2022	Vendas Melnick (R$ mil) 4T22	Vendas Melnick (R$ mil) 2022	Área útil (m2) 4T22	Área útil (m2) 2022	Unid. 4T22	Unid. 2022
Incorporadora	105.419	668.946	97.431	536.112	9.949	53.344	126	722
Loteamento	40.474	140.155	13.262	54.701	61.309	172.893	236	619
Open	12.187	55.901	12.187	55.901	2.541	12.271	57	275
Total	**158.080**	**865.002**	**122.880**	**646.714**	**73.800**	**238.509**	**419**	**1.616**

Abaixo, segue a abertura das vendas por ano de lançamento do produto:

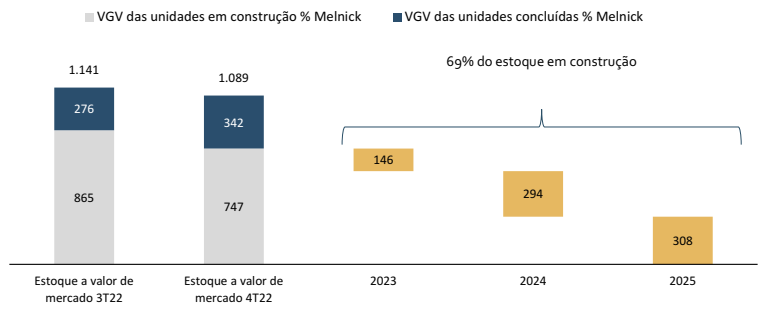
Ano de Lançamento	Vendas Total (R$ mil) 4T22	Vendas Total (R$ mil) 2022	Vendas Melnick (R$ mil) 4T22	Vendas Melnick (R$ mil) 2022	Área útil (m2) 4T22	Área útil (m2) 2022	Unid. 4T22	Unid. 2022
Até 2018	-14.874	23.952	-16.746	22.515	3.285	7.124	-11	67
2019	42.230	74.184	42.230	74.225	1.993	3.739	54	72
2020	-651	34.436	-651	34.154	11	6.557	0	112
2021	24.749	214.062	23.237	208.486	1.908	18.779	20	255
2022	106.625	518.367	74.810	307.336	66.603	202.310	356	1.110
Total	**158.080**	**865.002**	**122.880**	**646.714**	**73.800**	**238.509**	**419**	**1.616**

ESTOQUE

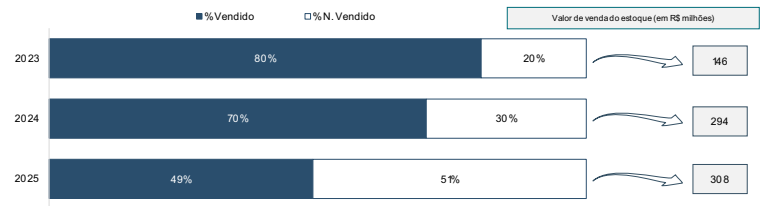
Encerramos o 4T22 com R$ 1,089 bilhão em estoque (% Melnick), conforme detalhamos abaixo:

Ano de conclusão previsto	Estoque Total (R$ mil)	Estoque Melnick (R$ mil)	% Valor	Unidades	% Unidades
Estoque pronto	372.682	341.982	31%	1051	43%
2023	154.380	145.782	13%	374	15%
2024	298.238	294.004	27%	336	14%
2025	513.925	307.668	28%	662	27%
Total	**1.339.224**	**1.089.435**	**100%**	**2423**	**100%**

Do total do estoque da Companhia, 69% encontra-se em construção. Com cronograma de entrega demonstrado abaixo:



Abaixo segue o percentual vendido dos empreendimentos separados pelo ano de previsão de conclusão.



A tabela abaixo apresenta a abertura do VGV do estoque por ano de lançamento:

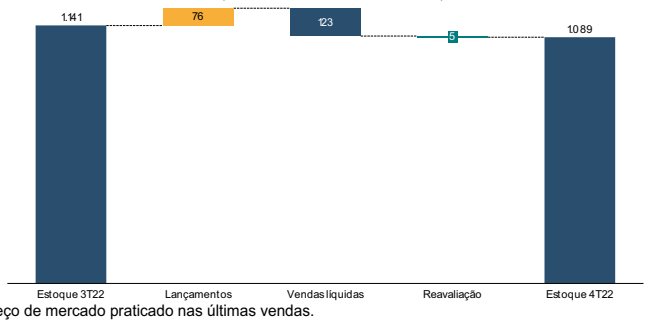
Lançamento	Estoque Total(R$ mil)	Estoque Melnick(R$ mil)	Empreendimentos[1]	Unidades	% Unidades
Até 2017	275.243	258.665	25	820	34%
2018	79.198	65.457	5	173	7%
2019	102.731	93.907	8	298	12%
2020	112.198	112.042	5	107	4%
2021	228.961	225.427	8	249	10%
2022	540.894	333.938	10	776	32%
Total	**1.339.224**	**1.089.435**	**60**	**2.423**	**100%**

E abaixo, o nosso estoque por unidade de negócio:

Unidade de Negócio	Estoque Total (R$ mil)	Estoque %Melnick (R$ mil)	Estoque (R$)	% Melnick Pronto Unidades	Estoque em Construção Projetos	Estoque em Construção Unidades
Residencial	914.597	745.634	97.178	236	648.456	678
Loteamento	123.801	63.139	37.828	377	25.311	627
Comercial	300.827	280.662	206.976	438	73.685	67
Total	**1.339.224**	**1.089.435**	**341.982**	**1.051**	**747.453**	**1.372**

Vale mencionar que a Companhia, trimestralmente, reavalia o valor do estoque, de modo a reproduzir a melhor expectativa de preço de venda considerando o mercado atual.

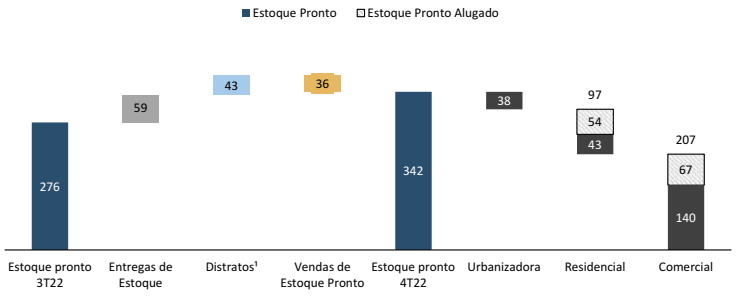
Evolução trimestral do estoque
(VGV % Melnick em R$ milhões)



[1] Readequação ao preço de mercado praticado nas últimas vendas.

ESTOQUE PRONTO

Como podemos ver no gráfico abaixo, vendemos R$ 36 milhões (% Melnick) de estoque pronto no 4T22, encerramos o 4T22 com R$ 342 milhões de estoque concluído.



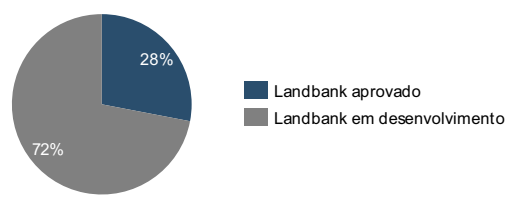
[1]Considerando que a totalidade dos distratos são de unidades prontas.

Como estratégia de aceleração de vendas do estoque concluído, oferecemos aos nossos clientes o modelo de locação reversível, que consiste na locação do nosso estoque pronto de empreendimentos com mais concentração de unidades disponíveis com uma opção de compra pelo locatário durante parte do período da locação, utilizando os valores pagos em caráter de aluguel como entrada no momento da compra. Até 31 de dezembro de 2022, tínhamos R$ 121 milhões do nosso estoque locados nesta estratégia correspondentes a 35% do estoque pronto.

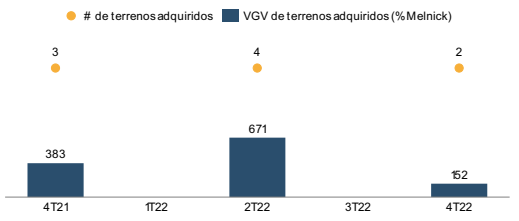
TERRENOS (LAND BANK)

O land bank encerrou o ano de 2022 com R$ 3,7 bilhões em VGV potencial (% Melnick), sendo R$ 1,1 bilhão de projetos já aprovados, correspondentes a 28% do land bank.

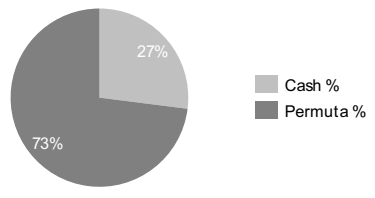
Unidade de Negócio	Projetos	Unidades	VGV Total (R$ milhão)	VGV Líquido % Melnick (R$ milhão)
Incorporadora	20	4.154	3.578	3.161
Urbanizadora	10	5.746	1.556	576
Total	**30**	**9.900**	**5.134**	**3.736**



Abaixo demonstramos a evolução das aquisições de land bank nos últimos cinco trimestres:



Em 31 de dezembro de 2022, a forma de aquisição do nosso land bank é composta da seguinte forma:



continua

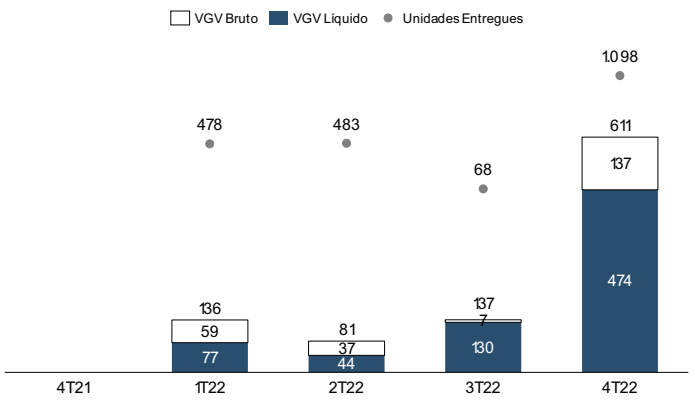
continuação

ENTREGAS[3] E EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS

No quarto trimestre de 2022 entregamos cinco empreendimentos no montante de R$ 611,2 milhões de VGV bruto (R$ 474,2 milhões % Melnick). No ano foram entregues R$ 965,4 milhões de VGV bruto (R$ 725,2 milhões no % Melnick) conforme tabela abaixo:

Empreendimento	Unidade de negócio	VGV Total[1] (R$ mil)	VGV Melnick[2] (R$ mil)	Área Útil[2] (m2)	Unid.[2]	Valor Médio Unidade (R$ mil)	Segmento
1T22		**136.472**	**77.204**	**107.975**	**478**	**206**	
Vivio Lindóia	INC	58.320	45.541	9.257	133	342	Residencial
Sunset	LOT	78.152	31.663	98.718	345	153	Urbanizadora
2T22		**81.130**	**44.018**	**110.433**	**483**	**122**	
Open Canoas Centro - Fase 1	OPEN	34.940	33.193	8.817	200	166	Residencial
Central Park Passo Fundo	LOT	46.190	10.825	101.616	283	91	Urbanizadora
3T22		**136.557**	**129.730**	**11.042**	**68**	**1.936**	
Artur Rocha	INC	136.557	129.730	11.042	68	1.936	Residencial
4T22		**611.211**	**474.232**	**147.172**	**1.098**	**476**	
Radisson Moinhos 1903	INC	92.668	63.229	2.340	440	144	Hotel
Praça do Sol	LOT	66.297	18.347	117.132	167	397	Urbanizadora
High Garden	INC	181.264	135.223	13.031	108	1.252	Residencial
Pontal - Comercial	INC	160.266	152.253	10.080	242	629	Comercial
Pontal - Hotel	INC	110.716	105.180	4.590	141	746	Hotel
Total		**965.370**	**725.184**	**376.622**	**2.127**	**371**	

[1] VGV bruto de permutas físicas e comissão de vendas.
[2] Líquidas de permuta física.
[3] Valor considerando os preços de venda da época do lançamento.

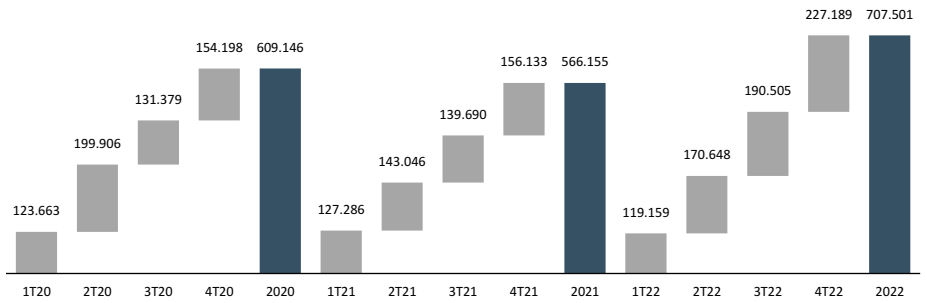


Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 20 canteiros ativos, sendo 15 da incorporadora, 2 da urbanizadora e 3 da marca open.

REPASSES E RECEBIMENTO

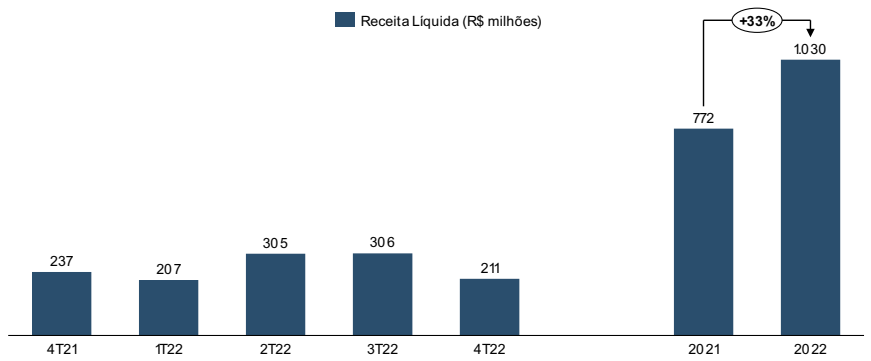
O processo de repasse (financiamento bancário para os clientes) continua sendo foco da Companhia, dado a sua relevância para o fluxo de caixa. Conforme a próxima tabela, o recebimento total de clientes (unidades em obra e concluídas) no quarto trimestre de 2022 foi de R$ 227 milhões, totalizando no ano R$ 708 milhões.

R$ mil	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22
Unidades em obra	**106.101**	**101.303**	**116.313**	**113.896**	**119.006**	**88.128**	**130.355**	**141.545**	**189.940**
Unidades concluídas	**48.097**	**25.983**	**26.733**	**25.794**	**37.127**	**31.031**	**40.293**	**48.959**	**37.247**
Total	**154.198**	**127.286**	**143.046**	**139.690**	**156.133**	**119.159**	**170.648**	**190.505**	**227.189**



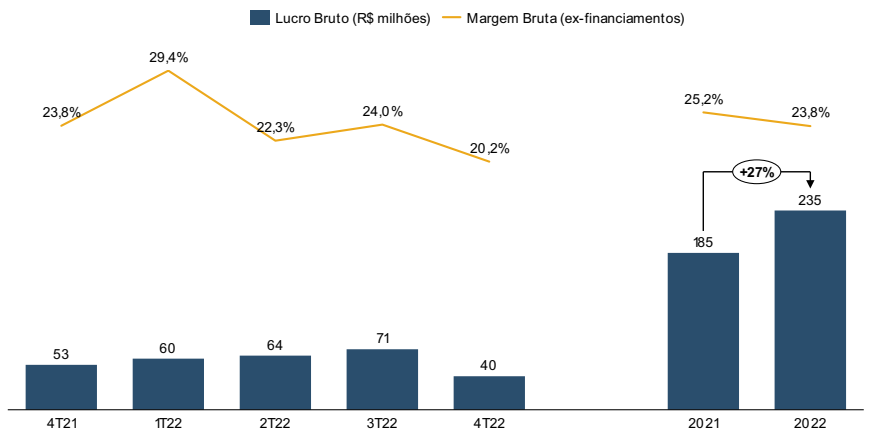
DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO
RECEITA LÍQUIDA

No ano obtivemos uma receita operacional líquida de R$ 1 bilhão, 33% de crescimento em relação a 2021. No trimestre a receita operacional líquida foi de R$ 211 milhões.



LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

Em 2022 o lucro bruto foi de R$ 235 milhões, 27% de crescimento em relação a 2021. No trimestre o lucro bruto foi de R$ 40 milhões. A margem bruta no ano foi de 24%, expurgando os efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo.



Segue quadro demonstrando as margens brutas: (i) reconhecida contabilmente, (ii) a apropriar (REF) e (iii) do estoque (com os efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo):

Referente ao 4T22 (R$ milhões)	Margem Bruta	Margem REF[1]	Margem Bruta do Estoque[2]
Receita Líquida	**211,2**	**881,0**	**1.311,4**
CPV	**(171,7)**	**(620,2)**	**(1.012,7)**
Construção e Terrenos Despesas	(168,6)	(620,2)	(991,3)
Encargos financeiros	(3,2)	-	(21,4)
Lucro Bruto	**39,5**	**260,8**	**298,7**
Margem Bruta (%)	**18,70%**	**29,60%**	**22,78%**
Margem Bruta (%) ex-financiamentos	**20,19%**	**29,60%**	**24,41%**

[1] Margem REF e de estoque quando forem realizadas se beneficiarão das receitas de serviços e indexação da carteira pelo INCC.
[2]Expurgando custo das unidades não lançadas de empreendimentos faseados de R$ 48,7 milhões.

É importante destacar que a Melnick atualiza o custo orçado dos empreendimentos mensalmente, não apenas considerando a variação do INCC no período, mas sim o custo efetivamente orçado atualizado pela área técnica. Na tabela abaixo podemos observar o custo a incorrer anual de todos os empreendimentos em fase de obra, incluindo as unidades vendidas e não vendidas (estoque

	Custo a Incorrer 4T22		
Ano	Unidades Vendidas (R$ milhões)	Unidades em Estoque (R$ milhões)	Total [1] (R$ milhões)
2023	421.497	168.557	590.053
2024	156.015	146.152	302.167
2025	36.334	52.294	88.627
2026	6.322	11.066	17.388
Total	**620.167**	**378.069**	**998.236**

DESPESAS COMERCIAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS

No quarto trimestre de 2022 as despesas operacionais totalizaram R$ 34,5 milhões e no ano R$ 161,6 milhões. O aumento das despesas comerciais se deve principalmente ao volume dos lançamentos do ano e preparação para futuros lançamentos. O detalhamento encontra-se a seguir:

	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	2021	2022
Comerciais	19.138	16.084	19.883	26.855	19.506	57.993	82.328
Gerais e Administrativas	13.985	11.198	16.260	13.101	13.586	47.821	54.145
Outras despesas, líquidas	531	7.205	6.888	9.632	1.425	18.282	25.150
Despesas Operacionais	**33.654**	**34.487**	**43.031**	**49.588**	**34.517**	**124.096**	**161.623**
% da Receita Líquida (LTM)	**16,08%**	**16,77%**	**15,77%**	**15,23%**	**15,70%**	**16,08%**	**15,70%**

Outras despesas, líquidas (provisões):

	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	2021	2022
Provisões para contingências	2.636	3.248	2.337	5.937	4.579	10.319	16.102
Provisões para distratos - IFRS 9 (a)[1]	-1.197	3.369	1.878	4.977	-3.643	5.886	6.581
Outras despesas, líquidas	-908	588	2.673	-1.282	489	2.077	2.467
Outras despesas, líquidas	**530**	**7.205**	**6.888**	**9.632**	**1.425**	**18.282**	**25.150**

[1] Nota explicativa 12(e) as Demonstrações Financeiras. 4T22 Redução em função da diminuição de atraso da nossa carteira de clientes.

RESULTADO FINANCEIRO

Encerramos o quarto trimestre com resultado financeiro positivo em R$ 14,8 milhões e, no ano, de R$ 65,9 milhões. O detalhamento encontra-se abaixo:

	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	2021	2022
Despesas Financeiras	**-2.483**	**-685**	**-400**	**-935**	**-876**	**-4.863**	**-2.896**
Despesas financeiras	-2.483	-685	-400	-935	-876	-4.863	-2.896
Receitas Financeiras	**18.066**	**18.629**	**24.734**	**16.618**	**18.918**	**43.874**	**78.899**
Juros com aplicações financeiras	8.845	9.059	11.458	10.454	9.321	23.109	40.292
Juros com clientes	9.221	9.570	13.276	6.164	9.598	20.766	38.607
Receitas Financeiras Líquidas	**15.583**	**17.944**	**24.334**	**15.683**	**18.042**	**39.011**	**76.003**
Reclassificação das despesas apropriadas ao custo	-2.648	-701	-4.220	-2.058	-3.155	-9.279	-10.134
Resultado Financeiro	**12.935**	**17.243**	**20.114**	**13.625**	**14.887**	**29.732**	**65.869**

EBITDA[1]

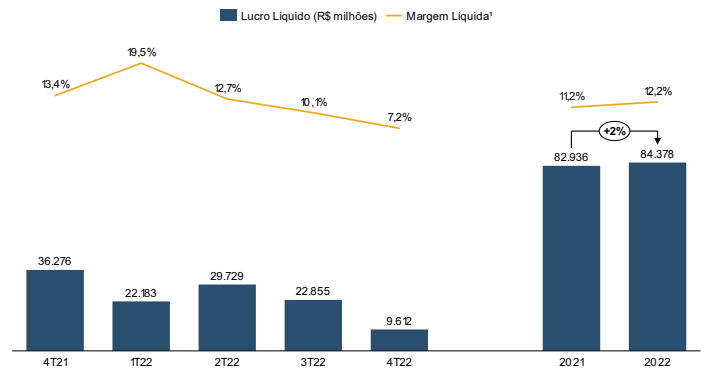
A seguir pode ser observado o histórico do EBITDA[1]:

Conciliação EBITDA	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	2021	2022
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**35.706**	**43.686**	**45.125**	**37.519**	**22.422**	**99.939**	**148.751**
(+) Resultado Financeiro	-15.583	-17.944	-24.334	-15.683	-18.042	-39.011	-76.003
(+) Depreciação e Amortização	2.449	970	940	906	1.116	4.710	3.932
EBITDA	**22.573**	**26.712**	**21.731**	**22.742**	**5.495**	**65.638**	**76.680**
Margem EBITDA	**9,54%**	**12,90%**	**7,13%**	**7,42%**	**2,60%**	**8,50%**	**7,45%**
(+) Despesas financeiras apropriadas ao custo	2.648	701	4.220	2.058	3.155	9.279	10.134
EBITDA Ajustado	**25.221**	**27.413**	**25.951**	**24.800**	**8.650**	**74.917**	**86.814**
Margem EBITDA ajustada (%)	**10,66%**	**13,24%**	**8,51%**	**8,09%**	**4,10%**	**9,71%**	**8,43%**

[1] EBITDA: resultado antes dos impostos, juros, encargos financeiros apropriados ao custo, depreciações e amortizações.
A Companhia entende que o EBITDA Ajustado oferece uma melhor percepção dos resultados operacionais.
De acordo com as normas contábeis aplicáveis para entidades de incorporação imobiliária, os custos financeiros referentes aos financiamentos à produção são capitalizados nos Custos de Imóveis Vendidos. Dessa forma, o EBITDA, que não deveria incluir juros em seu cálculo, acaba por incluir a parcela relativa aos financiamentos à produção. O saldo é apresentado na nota explicativa nº7 das demonstrações financeiras da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

Em 2022 o lucro líquido foi de R$ 84 milhões. Em relação a 2021 representou um crescimento de 2%. A margem liquida antes dos minoritários no ano foi de 12,2% e representou um crescimento de 1 p.p. em relação ao mesmo período de 2021. No quarto trimestre de 2022 o lucro líquido foi de R$ 9,6 milhões.



[1] Dado que a receita líquida considera a participação dos minoritários, a margem líquida também é relativa ao lucro líquido antes da participação de minoritários.

ESTRUTURA FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de disponibilidades (caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito) era de R$ 352,7 milhões. Os empréstimos e financiamentos à produção totalizaram R$ 165 milhões, que são integralmente garantidos pelos recebíveis ou estoque dos projetos. A tabela a seguir mostra a estrutura de capital. Encerramos o 4T22 com um **Caixa Líquido** de R$ 187,7 milhões, representando 16% do Patrimônio Líquido:

	Dez/22	(R$ milhões)
Produção SFH	-163,7	99%
Produção CRI	-1,3	1%
Dívida Bruta	**-165,0**	**100%**
Caixa	352,4	
Caixa Líquido	**187,7**	
Patrimônio Líquido	**1.206,1**	
Caixa Líquido / PL	**16%**	

GERAÇÃO DE CAIXA (CASH BURN)

O consumo operacional de caixa do 4º trimestre de 2022 foi de R$ 13,1 milhões.
Segue abaixo a evolução do ***cash burn*** dos últimos 5 trimestres:

	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22
Dívida Líquida Inicial	**-510,0**	**-388,3**	**-350,4**	**-299,1**	**-200,8**
Dívida Líquida Final	**-388,3**	**-350,4**	**-299,1**	**-200,8**	**-187,4**
Variação da dívida líquida	**121,8**	**37,9**	**51,3**	**98,3**	**13,1**
Dividendos e aportes	**-56**	**-**	**-24,4**	**-7**	**-**
Recompra de ações	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Cash burn	**65,8**	**37,9**	**26,9**	**91,3**	**13,1**

CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Encerramos o 4º trimestre de 2022 com R$ 136,6 milhões de recebíveis de unidades concluídas. Estes valores, possuem a seguinte composição:

Natureza	(R$ millhões)
Clientes com alienação fiduciária	120,1
Clientes em repasse (adimplentes e inadimplentes)	28,2
Provisão para distratos	-11,8
Total	**136,6**

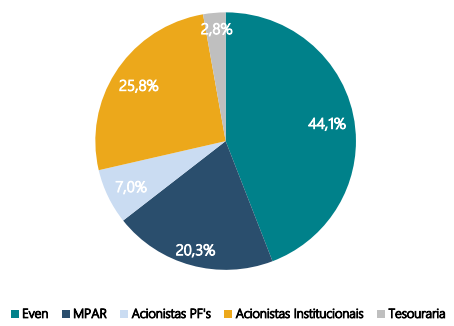
O volume de contas a receber apropriado (R$ 622,2 milhões) ficou estável em relação ao trimestre anterior. O saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está totalmente refletido como ativo nas demonstrações financeiras, uma vez que o saldo é reconhecido na medida da evolução da construção (***percent of completion***).
De acordo com o cronograma abaixo, do total de recebíveis de R$ 1,33 bilhão (contas a receber apropriado mais o contas a receber a apropriar no balanço), R$1,27 bilhão estão a vencer e possuem o seguinte cronograma de recebimento:

Ano	(R$ millhões)
2023	489,7
2024	398,8
2025 em diante	387,9
Total	**1.276,4**

O saldo de contas a receber é atualizado pela variação do INCC até a entrega das chaves e, posteriormente, pela variação do índice de preços (IPCA), acrescido de juros entre 10% - 12% ao ano, apropriados de forma pro rata temporis.
Vale lembrar que estes valores poderão ser quitados pelo cliente, repassados para os bancos (financiamento para o cliente) ou securitizados.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Composição Acionária
(em 28/02/2023, conforme formulário CVM 358 + Informação dos acionistas com mais de 5%– fonte: B3)



continua

continuação

ANEXOS

ANEXO 1 – Demonstração de Resultado

(Consolidado -em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	2021	2022
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	**236.638**	**206.995**	**304.927**	**306.411**	**211.235**	**771.819**	**1.029.568**
Custo incorrido das vendas realizadas	**-182.860**	**-146.766**	**-241.082**	**-235.050**	**-171.735**	**-586.795**	**-794.633**
Lucro Bruto	**53.778**	**60.229**	**63.845**	**71.361**	**39.500**	**185.024**	**234.935**
Margem Bruta	*22,73%*	*29,10%*	*20,94%*	*23,29%*	*18,70%*	*23,97%*	*22,82%*
Margem Bruta (ex-financiamento)	*21,61%*	*29,44%*	*22,32%*	*23,96%*	*20,19%*	*25,17%*	*23,80%*
Despesas Operacionais	**-33.654**	**-34.487**	**-43.031**	**-49.588**	**-34.517**	**-124.096**	**-161.623**
Comerciais	-19.138	-16.084	-19.883	-26.855	-19.506	-57.993	-82.328
Gerais e Administrativas	-13.985	-11.198	-16.260	-13.101	-13.586	-47.821	-54.145
Outras despesas operacionais, líquidas	-531	-7.205	-6.888	-9.632	-1.425	-18.282	-25.150
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**20.124**	**25.742**	**20.814**	**21.773**	**4.983**	**60.928**	**73.312**
Resultado das participações societárias							
Equivalência patrimonial			-23	63	-604	0	-564
Resultado Financeiro	**15.582**	**17.944**	**24.334**	**15.683**	**18.043**	**39.011**	**76.003**
Despesas Financeiras	-2.483	-685	-400	-935	-876	-4.863	-2.896
Receitas Financeiras	18.065	18.629	24.734	16.618	18.919	43.874	78.899
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**35.706**	**43.686**	**45.125**	**37.519**	**22.422**	**99.939**	**148.751**
IRPJ e CSLL	**-3.984**	**-3.250**	**-6.262**	**-6.446**	**-7.200**	**-13.580**	**-23.158**
Corrente	-4.329	-2.883	-5.441	-5.670	-8.409	-13.764	-22.403
Diferido	345	-367	-821	-776	1209	184	-755
Lucro Líquido antes da participação dos minoritários	**31.722**	**40.436**	**38.863**	**31.073**	**15.222**	**86.359**	**125.593**
Participação de minoritários	4.554	-18.253	-9.134	-8.218	-5.610	-3.423	-41.215
Lucro Líquido do Exercício	**36.276**	**22.183**	**29.729**	**22.855**	**9.612**	**82.936**	**84.378**
Margem Líquida	*15,33%*	*10,72%*	*9,75%*	*7,46%*	*4,55%*	*10,75%*	*8,20%*
Margem Líquida (sem minoritários)	***13,41%***	***19,53%***	***12,74%***	***10,14%***	***7,21%***	***11,19%***	***12,20%***

ANEXOS 2 – Balanço Patrimonial

(Consolidado -em milhares de reais)

ATIVOS	31/12/2021	31/03/2022	30/06/2022	30/09/2022	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	16.140	16.140	8.524	8.882	16.058
Títulos e valores mobiliários	384.553	363.200	379.101	328.744	336.366
Caixa restrito	-	-	-	-	-
Contas a receber	451.505	461.333	417.642	251.233	419.707
Imóveis a comercializar	806.653	846.257	815.181	965.827	1.038.295
Demais contas a receber	30.758	33.484	29.443	33.545	33.809
Ativo Circulante	**1.689.609**	**1.720.414**	**1.649.891**	**1.712.172**	**1.844.235**
Títulos e valores mobiliários lp	-	-	-	-	270
Contas a receber	173.813	179.781	330.170	515.108	331.612
Imóveis a comercializar	60.076	65.056	42.875	50.579	94.962
Adiantamentos para futuros investimentos	2.153	5.691	4.694	3.195	663
Partes relacionadas	197	211	9.116	11.717	236
Demais contas a receber	7.049	4.417	3.837	3.842	3.868
Investimentos	4.584	4.584	6.614	12.181	12.422
Direito de uso	3.266	4.946	4.473	4.118	4.118
Imobilizado	10.505	9.070	9.035	8.864	8.486
Intangível	158	139	124	289	249
Ativo Não Circulante	**261.801**	**273.896**	**410.938**	**485.952**	**456.886**
Total do ativo	**1.951.410**	**1.994.310**	**2.060.829**	**2.198.124**	**2.301.121**

PASSIVOS	31/12/2021	31/03/2022	30/06/2022	30/09/2022	31/12/2022
Fornecedores	41.916	46.807	54.699	39.653	27.915
Contas a pagar por aquisição de imóveis	50.691	44.471	69.233	37.071	66.910
Empréstimos e financiamentos	6.824	4.114	2.857	21.736	46.358
Impostos e contribuições correntes	10.732	5.263	5.490	5.564	8.232
Impostos e contribuições diferidos	8.302	7.036	13.238	14.331	13.022
Adiantamentos de clientes	414.881	379.296	363.550	464.589	343.114
Dividendos propostos	-	-	-	-	11.000
Provisões	65.786	86.860	77.443	80.087	67.587
Partes relacionadas	35.984	40.148	31.426	1.619	1.539
Demais contas a pagar	30.565	29.978	37.565	21.431	16.151
Passivos Circulante	**665.681**	**643.973**	**655.501**	**686.081**	**601.828**
Adiantamentos de clientes					169.379
Contas a pagar por aquisição de imóveis	41.028	39.518	26.193	56.293	72.730
Provisões	25.387	25.828	26.205	29.324	31.543
Empréstimos e financiamentos	5.610	24.834	85.651	115.082	118.641
Demais contas a pagar	3.650	-	-	-	-
Impostos e contribuições diferidos	11.032	20.214	12.220	12.996	11.787
Passivo Exigível a Longo Prazo	**86.707**	**110.394**	**150.269**	**213.695**	**404.080**
Capital social atribuído aos acionistas da controladora	1.109.029	1.109.029	1.109.029	1.109.029	1.109.029
Ações em tesouraria	-31.692	-31.692	-31.692	-31.692	-31.692
Custo para emissão de ações	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-
Plano de opção de ações	-	-	-	-	8.946
Reservas de lucros	77.663	99.846	105.015	121.208	63.518
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	56.300
Patrimônio Líquido	**1.199.022**	**1.287.577**	**1.332.621**	**1.298.348**	**1.206.101**
Participação dos não controladores	44.022	62.760	72.707	99.803	89.112
Total Patrimônio Líquido	**1.243.044**	**1.350.337**	**1.405.328**	**1.398.151**	**1.295.213**
Passivo e Patrimônio Total	**1.951.410**	**2.104.704**	**2.211.098**	**2.198.124**	**2.301.121**

ANEXOS 3 – Demonstração de Fluxo de Caixa

(Consolidado -em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**36.246**	**43.686**	**45.126**	**37.518**	**22.421**
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					
Equivalência patrimonial	0	0	23	-63	604
Depreciação e amortização	1.580	970	940	906	1.116
Provisão para contingências, líquida	-1.167	2.248	120	3.868	2.182
Provisão para garantias, líquida	670	2672	19	1.472	988
Provisão para distratos, líquida	-3.788	130	8.319	-2.091	-5.299
Provisão para participação nos resultados	1.449	2.514	-3.547	2.514	-8.152
Juros provisionados	0	0	2.914	4.065	3.155
Despesa de juros e variações monetárias	1.262	701	-701	0	0
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:					
Contas a receber	-95.706	-14.463	-108.031	-18.529	15.022
Imóveis a comercializar	-27.509	-44.584	53.257	-158.350	-116.851
Demais contas a receber	1.934	-96	4.623	-4.107	-290
Fornecedores	18.435	4.891	7.892	-15.046	-11.738
Contas a pagar por aquisição de imóveis	-1.654	-7.730	11.437	-2.062	46.276
Adiantamentos de clientes	31.961	-26.889	-24.442	101.039	47.904
Demais passivos	5.874	1.588	2.449	-13.854	3.815
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**-30.413**	**-34.362**	**398**	**-62.720**	**1.153**
Juros pagos	-645	-666	-1.097	-1.254	-7.012
Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.525	-3.249	-6.264	-6.445	-7.200
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**-35.583**	**-38.277**	**-6.962**	**-70.420**	**-13.059**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Títulos e valores mobiliários	124.329	14.129	-8.677	50.357	-7.892
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-5.802	-1.196	-417,08	-545	-698
Aumento dos investimentos	-	0	-2.053	-5.504	-845
Aumento de capital em controladas	-	-	-2.541	0	2.541
Lucros recebidos			0	0	0
Dividendos Recebidos			0		0
Partes relacionadas	-305	-3538	3.538		0
Aumento (redução) de adiantamento para futuro aumento de capital em sociedades investidas	-	0	-2.541	1.499	2.532
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**118.222**	**9.395**	**-12.691**	**45.807**	**-4.362**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	1.200	21.625	60.752	45.596	47.754
Amortização de empréstimos e financiamentos	-24.387	-4.600	-2.853	-97	-15.716
Caixa restrito	-	-	0	0	0
Partes relacionadas	-12.428	4.634	-18.111	-32.408	11.401
Dividendos pagos	-67.023	0	-24.365	-7.000	1
Aquisições de ações em tesouraria	-	-	0	0	0
Movimentos de acionistas não controladores	0	0	1.298	18.879	-16.302
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**-102.638**	**21.658**	**16.721**	**24.970**	**27.138**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-19.999**	**-7.224**	**-2.933**	**358**	**9.717**

ANEXO 4 – NAV

(Consolidado -em milhares de reais)

Ativo Líquido	31/12/2022
Disponibilidade e aplicações financeiras	352.694
Empréstimos, Financiamentos e debêntures a pagar	(164.999)
Endividamento líquido	**187.695**
Contas a receber de clientes on-balance	751.319
Contas a receber de clientes off-balance	895.845
Adiantamento de clientes	(512.493)
Impostos sobre contas a receber de clientes	(45.387)
Obrigações de construção de imóveis vendidos	(620.200)
Contas a receber de clientes líquido	**469.084**
Unidades em estoque a valor de mercado	1.339.224
Estoque de provisão de distratos a valor de mercado	124.254
Impostos sobre comercialização de unidades em estoque	(58.539)
Custo orçado a incorrer de imóveis em estoque	(378.069)
Ajuste de custo à incorrer de fases contabilmente consideradas lançadas	48.694
Estoque líquido	**1.075.563**
Estoque de terrenos on-balance	349.684
Dívida de terrenos on-balance	(42.644)
Dívida de terrenos já lançados	(96.995)
Terrenos	**210.044**
Participação de minoritários on-balance	(89.112)
Participação de minoritários off-balance	(206.832)
Participação de minoritários	**(295.944)**
Projetos consolidados por equivalência patrimonial on-balance	12.422
Projetos consolidados por equivalência patrimonial off-balance	-
Projetos consolidados por equivalência patrimonial	**12.422**
Outros ativos	51.429
Outros passivos	(152.967)
Outros ativos (passivos)	**(101.538)**
Ativo líquido	**1.557.327**

ANEXO 5 – Land Bank

A tabela mostra os terrenos adquiridos pela Companhia, por empreendimento, em 31 de dezembro de 2022:

Terreno	Localização	Data da Compra	Áreas (m²) Terreno	Áreas (m²) Útil	Unidades	VGV Esperado Total	VGV Esperado Melnick
Terreno - I	Urbanizadora	mai-2010	394.157	222.698	389	322.438	120.626
Terreno - II	Urbanizadora	mai-2010	275.664	155.750	243	225.506	72.160
Terreno - III	Urbanizadora	mai-2010	284.752	160.885	243	232.940	72.160
Terreno - IV	Incorporadora	set-2014	44.145	22.541	352	152.563	135.755
Terreno - IX	Incorporadora	jan-2017	11.123	35.811	756	318.939	318.939
Terreno - V	Incorporadora	set-2014	15.475	7.273	194	53.480	47.588
Terreno - VI	Incorporadora	set-2014	40.206	22.447	288	138.950	123.642
Terreno - VII	Incorporadora	dez-2014	5.024	10.820	54	90.371	74.865
Terreno - VIII	Urbanizadora	nov-2016	375.449	137.307	393	57.184	19.071
Terreno - X	Urbanizadora	jan-2017	422.603	169.905	876	127.691	42.474
Terreno - XIII	Incorporadora	jan-2018	17.168	34.498	416	260.548	260.548
Terreno - XIV	Incorporadora	jan-2018	17.168	33.895	260	278.856	278.856
Terreno - XIX	Incorporadora	nov-2018	4.671	6.431	109	73.012	56.220
Terreno - XV	Urbanizadora	fev-2018	1.007.596	340.909	1251	102.503	48.448
Terreno - XVI	Urbanizadora	fev-2018	1.166.354	289.434	1446	253.660	115.987
Terreno - XVII	Urbanizadora	jul-2018	172.661	86.729	462	47.082	14.124
Terreno - XVIII	Incorporadora	nov-2018	7.947	12.726	326	174.050	138.335
Terreno - XX	Incorporadora	nov-2020	10.555	18.976	162	265.343	209.206
Terreno - XXI	Incorporadora	fev-2021	1.561	2.944	42	53.030	26.515
Terreno - XXII	Incorporadora	mai-2021	4.052	6.376	100	50.941	33.112
Terreno - XXIII	Incorporadora	mai-2021	3.197	9.140	48	106.294	106.294
Terreno - XXIV	Incorporadora	jul-2021	2.788	6.864	42	120.045	89.081
Terreno - XXIX	Urbanizadora	jun-2022	102.417	55.663	172	100.340	13.997
Terreno - XXV	Incorporadora	set-2021	6.738	17.121	36	389.422	347.795
Terreno - XXVI	Incorporadora	abr-2022	2.835	7.880	14	166.433	107.850
Terreno - XXVII	Incorporadora	jun-2022	28.869	17.561	124	220.916	220.916
Terreno - XXVIII	Incorporadora	jun-2022	9.316	23.090	495	280.420	264.997
Terreno - XXX	Urbanizadora	out-2022	151.576	69.549	271	86.200	56.461
Terreno - XXXI	Incorporadora	dez/2022	3.813	10.571	280	153.562	89.024
Terreno - XXXII	Incorporadora	nov-2021	10.236	24.829	56	231.153	231.153

ANEXO 6 – Evolução da comercialização e evolução financeira do custo

O quadro abaixo apresenta a evolução da comercialização e a evolução financeira do custo de nossos empreendimentos em 31/12/2022 em comparação a 30/09/2022, 30/06/2022, e a 31/03/2022:

Projeto	Lançamento	%Melnick	% Vendido 31/12/22	% Vendido 30/09/22	% Vendido 30/06/22	% Vendido 31/03/22	% PoC 31/12/22	% PoC 30/09/22	% PoC 30/06/22	% PoC 31/03/22
Hom	4T10	100%	99%	99%	99%	98%	100%	100%	100%	100%
Grand Park Eucaliptos	3T11	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Cobal - Rubi	4T11	100%	100%	100%	99%	98%	100%	100%	100%	100%
Design Offece Center	3T12	100%	97%	98%	98%	99%	100%	100%	100%	100%
Hom Iindoia	4T12	100%	85%	91%	91%	90%	100%	100%	100%	100%
Nine	4T12	100%	100%	99%	99%	99%	100%	100%	100%	100%
Icon - RS	1T13	100%	90%	90%	90%	91%	100%	100%	100%	100%
Icon RS - 2º Fase	2T13	100%	100%	99%	100%	98%	100%	100%	100%	100%
Window RS	4T13	100%	100%	99%	99%	99%	100%	100%	100%	100%
Anita Garibaldi	4T13	100%	92%	94%	93%	94%	100%	100%	100%	100%
Icon RS - 3º Fase	2T14	100%	100%	99%	98%	98%	100%	100%	100%	100%
Viva Vida Boulevard	4T14	100%	96%	93%	93%	91%	100%	100%	100%	100%
Hom Nilo	3T15	100%	77%	85%	86%	85%	100%	100%	100%	100%
MaxPlaza	4T15	100%	83%	83%	83%	80%	100%	100%	100%	100%
Central Park-1° fase	1T16	60%	73%	73%	72%	75%	93%	93%	94%	94%
Supreme Central Parque	1T16	100%	99%	99%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Central Park-2° fase	2T16	60%	76%	74%	73%	78%	93%	93%	94%	94%
DOC Santana	2T16	100%	53%	65%	65%	64%	100%	100%	100%	100%
MaxPlaza-2° fase	2T16	100%	59%	59%	59%	60%	100%	100%	100%	100%
Supreme Higienopolis	3T16	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Reserva Bela Vista	4T16	60%	89%	92%	86%	86%	100%	100%	100%	100%
Reserva do Lago	4T16	60%	41%	42%	48%	49%	100%	100%	100%	100%
Vida Viva Horizonte - 2° fase	4T16	100%	94%	93%	91%	90%	100%	100%	100%	100%
Grand Park Lindóia - Fase 1	4T16	100%	81%	81%	80%	80%	95%	94%	92%	92%
Linked Teresópolis	3T17	100%	64%	64%	65%	58%	100%	100%	100%	100%
Domingos de Almeida	3T17	60%	83%	84%	82%	77%	100%	100%	100%	100%
Grand Park Lindóia - Fase 2	4T17	100%	77%	75%	75%	72%	95%	94%	92%	92%
GO 1092	4T17	100%	100%	100%	100%	95%	100%	100%	100%	100%
Península (Brilhante)	4T18	100%	99%	99%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Vida Viva Linked	1T18	100%	78%	81%	79%	69%	100%	100%	100%	100%
Pontal	3T18	100%	90%	90%	90%	94%	94%	90%	82%	79%
Praça do Sol	4T18	48%	68%	68%	68%	68%	98%	98%	98%	95%
Vivio Lindoia	4T18	100%	90%	92%	88%	74%	100%	100%	100%	100%
Artur 505	4T18	100%	100%	100%	99%	100%	99%	99%	98%	90%
Teena	1T19	100%	93%	85%	88%	88%	85%	81%	75%	71%
Pontal - 2° fase	1T19	100%	94%	94%	97%	89%	94%	90%	82%	79%
Central Park-3° fase	3T19	60%	1%	1%	1%	2%	93%	93%	94%	94%
High Garden	3T19	100%	97%	96%	89%	84%	98%	96%	92%	86%
Central Park Passo Fundo	4T19	35%	99%	100%	100%	100%	93%	93%	93%	93%
OPEN Canoas Centro - Fase 1	4T19	100%	100%	100%	100%	100%	85%	82%	77%	74%
Radisson Moinhos 1903	4T19	100%	95%	87%	85%	86%	99%	93%	85%	78%
CasaVista	4T19	100%	61%	57%	57%	51%	88%	82%	77%	70%
Sunset	1T20	50%	100%	100%	99%	99%	100%	100%	100%	100%
GO24	1T20	100%	90%	92%	91%	93%	97%	91%	88%	81%
Carlos Gomes Square - Fase 1	2T20	100%	80%	80%	80%	80%	72%	68%	65%	60%
OPEN Canoas Centro - Fase 2	4T19	100%	99%	100%	98%	80%	85%	82%	77%	74%
Carlos Gomes Square - Fase 2	3T20	100%	83%	84%	84%	81%	72%	68%	65%	60%
Supreme Altos do Central Parque	4T20	100%	76%	83%	80%	67%	84%	79%	72%	64%
Gran Park Lindoia - F3	1T21	100%	76%	72%	60%	53%	95%	94%	92%	92%
Go Rio Branco	1T21	100%	85%	81%	81%	82%	74%	66%	59%	52%
Casaviva	1T21	50%	100%	100%	100%	100%	91%	88%	77%	65%
Botanique Residence	1T21	100%	91%	91%	90%	59%	69%	61%	54%	47%
Seen Boa Vista	2T21	100%	54%	61%	61%	47%	62%	55%	49%	45%
Hillside	3T21	100%	65%	71%	69%	36%	56%	48%	42%	36%
Arte Country Club	3T21	82%	81%	82%	79%	73%	57%	51%	46%	41%
GO Cidade Baixa	4T21	100%	77%	67%	60%	47%	46%	40%	35%	34%
GO Carlos Gomes	4T21	100%	55%	54%	48%	43%	53%	47%	44%	40%
Nilo Square - Residencial	1T22	50%	38%	36%	30%	13%	26%	26%	26%	22%
Zen Concept Resort	1T22	35%	99%	99%	99%	99%	59%	54%	52%	52%
Open Protásio	1T22	100%	62%	51%	37%	15%	33%	27%	24%	4%
Nilo Square F2	2T22	50%	61%	60%	49%		26%	26%	26%	
Open Canoas Centro - Fase 3	2T22	100%	63%	38%	16%		85%	82%	77%	
Seen Menino Deus	3T22	100%	44%	45%			45%	45%		
Ther Garden - Residencial 1	3T22	25%	81%	81%			66%	64%		
The Garden - Residencial 2	4T22	25%	65%				60%			
Grand Park Moinhos - Fase 1	4T22	100%	68%				27%			
Arbo Village Park	4T22	33%	13%				38%			

AVISO LEGAL

As declarações contidas neste release referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento que afetam as atividades da Melnick, bem como quaisquer outras declarações relativas ao futuro dos negócios da Companhia, constituem estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não são garantias de resultados futuros. Tais considerações dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudança sem aviso prévio.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03 informamos que os auditores independentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestaram durante o trimestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

continua

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
ATIVOS	Nota	2022	2021	2022	2021
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	910	61	16.058	16.140
Títulos e valores mobiliários	5	146.357	188.530	336.366	384.553
Contas a receber	6	-	-	419.707	451.505
Imóveis a comercializar	7	35.111	49.714	1.038.295	806.653
Demais contas a receber		17.543	3.346	33.809	30.758
		199.921	241.651	1.844.235	1.689.609
NÃO CIRCULANTES					
Títulos e valores mobiliários	5	39.484	-	270	-
Contas a receber	6	-	-	331.612	173.813
Imóveis a comercializar	7	-	-	94.962	60.076
Adiantamentos para futuros investimentos	20.a	115.514	198.355	663	2.153
Partes relacionadas	20.a	124.911	26.797	236	197
Demais contas a receber		363	349	3.868	7.049
Investimentos	8.a	803.530	730.504	12.422	4.584
Direito de uso		1.896	2.739	4.118	5.527
Imobilizado		7.287	6.854	8.486	8.244
Intangível		237	142	249	158
		1.093.222	965.740	456.886	261.801
TOTAL DOS ATIVOS		1.293.143	1.207.391	2.301.121	1.951.410

		Controladora		Consolidado	
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2022	2021	2022	2021
CIRCULANTES					
Fornecedores		1.481	1.934	27.915	41.916
Contas a pagar por aquisição de imóveis	9	-	-	66.910	50.691
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	46.358	6.824
Impostos e contribuições a recolher		476	3.417	8.232	10.732
Impostos e contribuições diferidos	13	-	-	13.022	8.302
Adiantamentos de clientes	11	1.085	500	343.114	414.881
Provisão para perdas em sociedades controladas	8.a	32.423	15.230	-	-
Dividendos Propostos		11.000	-	11.000	-
Provisões	12	6.209	11.881	67.587	65.786
Partes relacionadas	20.a	7.847	2.104	1.539	35.984
Demais contas a pagar		3.445	445	16.151	30.565
		63.966	35.511	601.828	665.681
NÃO CIRCULANTES					
Adiantamentos de clientes	11	-	-	169.379	-
Contas a pagar por aquisição de imóveis	9	-	-	72.730	41.028
Provisões	12	23.076	16.880	31.543	25.387
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	118.641	5.610
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	11.787	11.032
Demais contas a pagar		-	-	-	3.650
		23.076	16.880	404.080	86.707
Total do passivo		87.042	52.391	1.005.908	752.388
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14				
Capital social	14.a	1.109.029	1.109.029	1.109.029	1.109.029
Ações restritas e em tesouraria	14.b	(31.692)	(31.692)	(31.692)	(31.692)
Plano de opção de ações	14.c	8.946	-	8.946	-
Reservas de lucros	14.d.e	63.518	77.663	63.518	77.663
Dividendos adicionais propostos	14.f	56.300	-	56.300	-
		1.206.101	1.155.000	1.206.101	1.155.000
Participação dos não controladores		-	-	89.112	44.022
Total do patrimônio líquido		1.206.101	1.155.000	1.295.213	1.199.022
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.293.143	1.207.391	2.301.121	1.951.410

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R$)

		Atribuível aos acionistas da controladora											
			Ações restritas e em tesouraria			Reserva de Lucros							
	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Custo de transação	Plano de opção de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.154.604	-	(41.669)	-	(3.906)	23.460	30.290	-	-	1.162.779	35.895	1.198.674
Ações em tesouraria:													
Aquisições de ações em tesouraria	14.b	-	(31.692)	-	-	-	-	-	-	-	(31.692)	-	(31.692)
Capital Social													
Redução de capital (Nota 13 (a))		(45.575)	-	41.669	-	3.906	-	-	-	-	-	-	-
Operações com não controladores:													
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.129	8.129
Destinação de Lucros:													
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	82.936	-	82.936	3.423	86.359
Apropriação de parcela de lucros (Nota 13(e))		-	-	-	-	-	-	1.402	(1.402)	-	-	-	-
Absorção da reserva legal	14.d	-	-	-	-	-	4.147	-	(4.147)	-	-	-	-
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	(56.000)	-	(56.000)	(3.425)	(59.425)
Dividendos Adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	(18.364)	18.364	-	-	
Transações entre sócios (Nota 8 (a))		-	-	-	-	-	-	-	(3.023)	-	(3.023)	-	(3.023)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.109.029	(31.692)	-	-	-	27.607	31.692	-	18.364	1.155.000	44.022	1.199.022
Ações em tesouraria:													
Concessão de ações – Stock Option	14.c	-	-	-	8.946	-	-	-	-	-	8.946	-	8.946
Oper. com não controladores:													
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.875	3.875
Destinação de Lucros:													
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	84.378	-	84.378	41.215	125.593
Absorção da reserva legal		-	-	-	-	-	4.219	-	(4.219)	-	-	-	-
Dividendos pagos	14.f	-	-	-	-	-	-	-	(13.000)	(18.364)	(31.364)	-	(31.364)
Dividendos Intercalares	14.f	-	-	-	-	-	-	-	(11.000)	-	(11.000)	-	(11.000)
Transações entre sócios (Nota 8 (a))		-	-	-	-	-	-	-	141	-	141	-	141
Dividendos Adicionais Propostos		-	-	-	-	-	-	-	(56.300)	56.300	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.109.029	(31.692)	-	8.946	-	31.826	31.692	-	56.300	1.206.101	89.112	1.295.213

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A., ("Companhia" ou "Controladora" ou "Grupo" quando em conjunto com as empresas controladas) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Porto Alegre, sendo suas ações comercializadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – Brasil Bolsa Balcão – B3 - sob a sigla MELK3. Tem por atividade preponderante o desenvolvimento da atividade de incorporação imobiliária em empreendimentos residenciais, comerciais e em condomínio de lotes urbanos na região Sul do Brasil, por meio da participação societária em sociedades de propósito específico. A Companhia é o veículo de parceria iniciada em 4 de março de 2008 entre a Melnick Participações S.A. (MPAR) e a Even Construtora e Incorporadora S.A. (Even), esta última também listada na B3 - sob a sigla EVEN3, para atuação e desenvolvimento de atividades de incorporação imobiliária na região Sul do Brasil. A MPAR e a Even passaram a ser partes relacionadas em 09 de novembro de 2015, quando o sócio controlador da MPAR passou a compor o Conselho de Administração e, a partir de 2020, o cargo de Diretor Presidente da Even. A Even e a MPAR possuem acordo de acionistas, segundo o qual confere o controle da Companhia a Even. 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se mencionado em contrário. 2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente), e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas normas contábeis. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Os aspectos relacionados ao reconhecimento da receita desse setor, bem como de determinados assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas empresas de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas, seguem o entendimento da CVM no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), para entidades brasileiras do setor de incorporação imobiliária, registradas na CVM, o qual assevera que um nível elevado de distratos observados no setor não coloca em questionamento o reconhecimento da receita pelo POC em contratos nos quais se enquadram os principais contratos de venda do Grupo. Nesse sentido, em 18 de fevereiro de 2019, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, emitiu o Comunicado Técnico 1/2019, objetivando orientar os auditores independentes na emissão de relatórios de auditoria das Demonstrações Financeiras elaboradas por entidades de incorporação imobiliária registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, esclarecendo o entendimento da CVM constante no referido Ofício Circular. A partir das referidas orientações, o reconhecimento de receita vem sendo realizado de forma consistente, na elaboração das demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia em exercícios subsequentes, conforme descrito em detalhes na nota explicativa nº 2.14 (a).

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado do seu capital circulante líquido, além da expectativa de geração de caixa futura, considera ser suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, não havendo nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. 2.2 Consolidação: 2.2.1 Demonstrações financeiras consolidadas: Os investimentos em sociedades controladas são consolidados. Transações entre a companhia e as controladas e entre estas, bem como os saldos e ganhos não realizados nessas transações são eliminados. As práticas contábeis das controladas são alteradas e suas demonstrações financeiras individuais são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados, com as práticas adotadas pela Companhia. A Companhia mantém participação em coligadas e em sociedades nas quais a Companhia não exerce a atividade preponderante para definição de controle. A Companhia apresenta suas participações em não controladas, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial. A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. a) Procedimentos de consolidação: Os principais procedimentos de consolidação foram: • Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas e companhia consolidadas; • Eliminação da participação no capital, reservas e lucros acumulados das empresas e companhia consolidadas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas entre as empresas e companhia consolidadas. A descrição das entidades controladas e informações correlatas estão divulgadas na Nota 8 (b). 2.3 Moeda funcional: As empresas do Grupo atuam em um mesmo ambiente econômico, usando o real (R$) como moeda funcional, que também é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. 2.4 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. 2.5 Ativos financeiros: 2.5.1 Classificação: A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: Mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais do fluxo de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas são registrados no resultado. 2.5.2 Reconhecimento e mensuração: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesa no resultado. 2.5.3 Impairment de ativos financeiros: A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Para o cálculo da provisão para distratos, a Companhia incorpora a previsão de distratos futuros (esperados para os próximos 12 meses), levando em consideração, entre outros, as experiências passadas, conforme detalhamos a seguir na Nota 3.1. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. 2.5.4 Classificação dos instrumentos financeiros: Abaixo demonstramos a classificação dos ativos e passivos:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação pelo CPC 48
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Demais contas a receber	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Contas a pagar por aquisição de imóveis	Custo amortizado
Contas a pagar (partes relacionadas)	Custo amortizado
Demais contas a pagar	Custo amortizado

2.6 Contas a receber: A comercialização das unidades é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção dos empreendimentos. As contas a receber de clientes, nesses casos, são constituídas aplicando-se o percentual de evolução da obra (POC) sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (acrescido da variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC); sendo assim, o valor das contas a receber é determinado pelo montante das receitas acumuladas reconhecidas, deduzidas das parcelas recebidas de cada contrato. Caso o montante das parcelas recebidas de cada contrato seja superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo é classificado como "Adiantamento de clientes", no passivo. As contas a receber de clientes correspondem, portanto, aos valores a receber das atividades de incorporação imobiliária e loteamento urbano. A Companhia e suas controladas mantêm as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, assim, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para "Impairment" de ativos financeiros (Nota 2.5.3). Quando concluída a construção, sobre as contas a receber incidem juros e variação monetária segundo índices contratuais, os quais, no caso de vendas financiadas pelo Grupo aos clientes, passam a ser apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência de exercícios. Com base na carteira total das contas a receber de cada empreendimento, é estabelecido o montante previsto para ser recebido em período de até um ano, sendo o saldo contábil das contas a receber, no limite desse valor, classificado no ativo circulante. A parcela das contas a receber que exceda os recebimentos previstos no período de até um ano, é apresentada no ativo não circulante. 2.7 Imóveis a comercializar: Os imóveis prontos a comercializar estão demonstrados ao custo de construção ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende o custo de aquisição/permuta do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e as despesas estimadas para efetuar a venda. Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados pelo seu correspondente contas a pagar. No caso de aquisição de terrenos por meio de permuta por unidades a serem construídas, seu custo corresponde ao preço de venda à vista previsto para as unidades a serem construídas e entregues em permuta. O registro do terreno é efetuado apenas por ocasião da lavratura da escritura do imóvel, não sendo reconhecido nas demonstrações financeiras enquanto em fase de negociação, independentemente da probabilidade de sucesso ou do estágio de andamento desta. Os terrenos destinados à venda são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda da propriedade. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual e a possibilidade da venda esteja dentro de um ano a partir da data de classificação. Os terrenos destinados à venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor de venda, líquido dos custos de alienação (valor recuperável). 2.8. Contas a pagar a fornecedores e por aquisição de imóveis: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar por aquisição de imóveis são relacionadas à aquisição de terrenos para o desenvolvimento de projetos de incorporação imobiliária. Contas a pagar a fornecedores e por aquisição de imóveis são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente, acrescido dos encargos contratuais incorridos. 2.9 Empréstimos e Financiamentos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo em construção), ou na demonstração do resultado. São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços. 2.10 Provisões: Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando há uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações

continua

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021
OPERAÇÕES					
Receita	15	11.659	6.416	1.029.568	771.819
Custo incorrido das vendas realizadas	16.a	(19.504)	(12.481)	(794.633)	(586.795)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(7.845)	(6.065)	234.935	185.024
DESPESAS OPERACIONAIS					
Comerciais	16.b	(15)	(27)	(82.328)	(57.993)
Gerais e administrativas	16.b	(36.930)	(33.585)	(43.293)	(39.067)
Remuneração da Administração	20.e	(10.852)	(8.754)	(10.852)	(8.754)
Provisões	12.e	(6.260)	(1.409)	(20.461)	(16.205)
Outras desp. e rec. operac., líquidas	18	(7.152)	(8.068)	(4.689)	(2.077)
		(61.209)	(51.843)	(161.623)	(124.096)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(69.054)	(57.908)	73.312	60.928
RESULTADO DAS PARTICIP. SOCIETÁRIAS					
Equivalência patrimonial	8	127.289	128.407	(564)	-
		127.289	128.407	(564)	-
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	17	(52)	(40)	(2.896)	(4.863)
Receitas financeiras	17	26.195	12.477	78.899	43.874
		26.143	12.437	76.003	39.011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		84.378	82.936	148.751	99.939
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB. SOCIAL					
Imp. de renda e contr. social - correntes	19	-	-	(22.403)	(13.764)
Imp. de renda e contr. social - diferidos	19	-	-	(755)	184
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		84.378	82.936	125.593	86.359
LUCRO DOS EXERCÍCIOS		84.378	82.936	125.593	86.359
LUCRO DOS EXERCÍCIOS ATRIBUÍVEL A					
Acionistas				84.378	82.936
Participação dos não controladores				41.215	3.423
				125.593	86.359
LUCRO POR AÇÃO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA DURANTE OS EXERCÍCIOS - R$					
Lucro básico por ação	14.g	0,417	0,407	0,417	0,407
Lucro diluído por ação	14.g	0,411	0,407	0,411	0,407

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS	84.378	82.936	125.593	86.359
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS	84.378	82.936	125.593	86.359
RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS ATRIBUÍVEL A				
Acionistas			84.378	82.936
Participação dos não controladores			41.215	3.423
			125.593	86.359

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em milhares de reais - R$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucros antes do imp. de renda e da contr.o social	84.378	82.936	148.751	100.123
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(127.289)	(119.233)	564	-
Depreciações e amortizações	2.884	3.105	3.932	4.710
Provisão para contingências, líquida	6.196	1.194	8.418	1.480
Provisão para garantias, líquida	-	-	5.151	4.519
Provisão para distratos, líquida	-	-	1.059	3.745
Provisão para participação nos resultados	(5.672)	2.351	(6.671)	2.660
Juros provisionados	-	-	10.134	7.255
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:				
Contas a receber	-	243	(126.001)	(185.973)
Imóveis a comercializar	14.603	(32.019)	(266.528)	(258.985)
Demais contas a receber	(14.211)	(3.140)	128	(6.873)
Fornecedores	(453)	16	(14.001)	26.219
Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	47.921	18.769
Adiantamentos de clientes	585	500	97.612	148.065
Demais passivos	18.633	81	(6.002)	16.540
Variações no patrimônio não afetam caixa				
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	(20.347)	(63.966)	(95.531)	(117.746)
Juros pagos	-	-	(10.029)	(4.837)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(23.158)	(13.764)
Caixa líquido (aplic. nas) atividades operacionais	(20.347)	(63.966)	(128.718)	(136.347)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Títulos e valores mobiliários	2.689	208.532	47.917	306.919
Aquis. (baixas) de bens do ativo imobil. e intang.	(2.569)	(7.685)	(2.856)	(1.753)
Aumento dos investimentos	(159.897)	(205.028)	(8.402)	(3.097)
Dividendos Recebidos	221.867	137.816	-	-
Partes Relacionadas	-	35.464	-	(12.747)
Aumento (redução) de adiantamento para futuro aumento de capital em sociedades investidas	82.841	-	1.490	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	144.931	169.099	38.149	289.322
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
De terceiros:				
Ingresso de novos emprést. e financiamentos	-	-	175.726	5.586
Pagamento de empréstimos, financ. e debêntures	-	-	(23.266)	(74.803)
Caixa restrito	-	-	-	3.577
De acionistas/partes relacionadas:				
Ingresso (pagamento) de partes relacion., líquido	(92.371)	(16.503)	(34.484)	22.324
Dividendos Pagos	(31.364)	(57.295)	(31.364)	(68.318)
Aquisições de ações em tesouraria	-	(31.692)	-	(31.692)
Movimentos de acionistas não controladores	-	-	3.875	-
Caixa líq. (aplic. nas) gerado pelas ativ. de financ.	(123.735)	(105.490)	90. 487	(143.326)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	849	(357)	(82)	9.649
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	61	418	16.140	6.491
No final do exercício	910	61	16.058	16.140
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	849	(357)	(82)	9.649

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
RECEITA				
Incorporação, revenda de imóveis e serviços	13.411	8.052	1.050.326	787.199
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo	(19.504)	(12.481)	(794.633)	(586.795)
Mater., energia, serv. de terc. e outros operac.	(20.042)	(19.261)	(100.442)	(76.910)
	(39.546)	(31.742)	(895.075)	(663.705)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	(26.135)	(23.690)	155.251	123.494
RETENÇÕES				
Provisões (reversões)	(6.260)	(1.409)	(20.461)	(16.205)
Depreciações e amortizações	(2.884)	(3.105)	(3.932)	(4.710)
	(9.144)	(4.514)	(24.393)	(20.915)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(35.279)	(28.204)	130.858	102.579
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	127.289	128.407	(564)	-
Receitas financeiras - inclui variações monetárias	26.195	12.477	78.899	43.874
	153.484	140.884	78.335	43.874
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	118.205	112.680	209.193	146.453
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Salários	(19.700)	(15.366)	(22.241)	(17.964)
Participação dos empregados nos lucros	(7.063)	(7.969)	(8.437)	(3.630)
Benefícios	(3.061)	(3.081)	(3.524)	(2.407)
FGTS	(1.160)	(883)	(1.320)	(1.003)
Impostos, taxas e contribuições	(2.790)	(2.405)	(45.160)	(29.843)
Remuneração de Capitais de terceiros				
Juros	-	-	(76)	(87)
Alugueis	-	-	(22)	(384)
Despesas financeiras - incluem variações monetárias	(52)	(40)	(2.820)	(4.776)
Remuneração de Capitais de Próprios				
Dividendos	(24.000)	(56.000)	(24.000)	(56.000)
Lucros retidos dos exercícios	(60.378)	(26.936)	(60.378)	(26.936)
Participação dos não controladores	-	-	(41.215)	(3.423)
	(118.205)	(112.680)	(209.193)	(146.453)

continuação

como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.11 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: O encargo de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas nas datas dos balanços. A Companhia adota o regime de tributação do Lucro Real. As sociedades controladas, que possuem como atividade a incorporação imobiliária, adotam o sistema de tributação pelo Regime Especial de Tributação - RET, adotando o patrimônio de afetação, segundo o qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados à razão de 1,92% sobre as receitas brutas (4% também considerando a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e o Programa de Integração Social – PIS sobre as receitas). Determinadas controladas que realizam operação de loteamento urbano, adotam o regime de tributação do Lucro Presumido. 2.12 Benefícios a funcionários e Dirigentes: A Companhia e suas sociedades controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios pós sua saída da companhia. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta um plano de atendimento de metas financeiras e operacionais. A Companhia reconhece provisão ao longo do exercício, à medida que os indicadores das metas a serem atendidas mostrem que é provável que será efetuado pagamento a esse título e o valor possa ser estimado com segurança. Também é oferecido plano de remuneração com base em ações, o qual está previsto para ser liquidado com ações da própria controladora. 2.13 Capital Social: Está representado exclusivamente por ações ordinárias, classificadas como patrimônio líquido. 2.14 Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de imposto, dos contratos de venda com evidências objetivas que poderão vir a ser distratados, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de transações entre empresas do Grupo. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo dos contratos de venda firmados quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir: a) Receita de venda de incorporação imobiliária: Na venda de unidades dos empreendimentos lançados que não mais estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação, foram observados os procedimentos e normas estabelecidos pela CVM (Nota 2.1), segundo os quais os seguintes procedimentos foram adotados para o reconhecimento da receita de vendas de unidades em construção: (i) O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado (Nota 2.7). (ii) É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado (POC), o qual é aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), atualizada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante da receita de venda reconhecida. (iii) Os montantes das receitas de vendas reconhecidas, incluindo a atualização monetária do contas a receber com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável a cada um dos contratos. (iv) O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para a entrega das chaves do imóvel pronto ao promitente comprador .. (v) O encargo relacionado com a comissão de venda é de responsabilidade do adquirente do imóvel, não incorporando o preço da venda. (vi) Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. (vii) Os valores recebidos por vendas de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que ainda estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva, constante em seu memorial de incorporação, são classificados como adiantamento de clientes. Após a obtenção do habite-se, emitido pelos órgãos públicos municipais, a atualização monetária das contas a receber passa a ser calculada pela variação do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo - IPCA e passam a incidir juros de 12% ao ano, apropriados de forma "*pro rata temporis*". Após essa fase, para as vendas com financiamento direto, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita financeira pelo método da taxa efetiva de juros e não mais integram a base para determinação da receita de vendas. b) Receita de venda de loteamento imobiliário: As vendas de lotes urbanizados também obedecem ao critério do POC, como acima descrito no item 2.14 (a). c) Receita de Serviços: A controladora presta serviços de administração de obra para determinadas controladas, controladas em conjunto e coligadas. A receita remanescente na demonstração do resultado consolidadas corresponde a serviços prestados a controladas em conjunto e a coligadas. d) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Sobre as contas a receber de financiamento direto, após a conclusão da unidade, passa a incidir atualização monetária acrescida de juros, os quais são apropriados à medida que o tempo passa, em contrapartida de receita financeira. 2.15 Distribuição de Dividendos: A obrigação relacionada a distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício social, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado, caso aplicável, na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. 2.16 Reserva de lucros: A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. A Reserva de retenção de lucros, corresponde a proposta da administração refletida em orçamento de capital a ser encaminhado para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, em conjunto com estas demonstrações financeiras, nos termos estabelecidos pelo Estatuto Social e pela Lei das Sociedades por Ações. 2.17 Resultado básico e diluído por ação: O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento. 2.18 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.19 Arrendamento mercantil: A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos do direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos feitos antes ou na data de início menos os incentivos de arrendamento recebidos. A menos que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obtenham a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados pelo método linear durante o período de sua vida útil estimada e do prazo do arrendamento. 2.20 Apresentação de informações por segmento: A Companhia elabora relatórios em que suas atividades de negócio são apresentadas de vários modos, os quais são utilizados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração para avaliação do desempenho da Companhia e tomada de decisões. A Companhia reporta a informação por segmento operacional levando em consideração a atividade da operação, as quais possuem gestor responsável por reportar diretamente ao principal gestor das operações e com este mantém contato regular para discutir sobre as atividades operacionais, os resultados financeiros, as previsões e os planos para o segmento. 2.21 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: As seguintes principais alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": Emitida em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS, interpretações IFRIC ou alterações de normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas e premissas que apresentam risco significativo com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão relacionadas com os temas a seguir: 3.1 Estimativas contábeis da Companhia: a) Reconhecimento de receita: A Companhia e suas controladas usam o método de POC para apropriar as receitas de seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária, loteamento urbano e na prestação de serviços. O uso desse método requer que se estime os custos a serem incorridos até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária, e os revise a cada data de preparação de seus relatórios de informações financeiras, para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos, definindo assim a proporção de receita contratual a ser reconhecida. "Impairment" de contas a receber e Provisão para distratos: As vendas de unidades são realizadas durante o período de construção, ao final da qual ocorre a liquidação do saldo pelo cliente através da obtenção de financiamento junto às instituições financeiras ou, em alguns casos, efetuada a alienação fiduciária do bem como garantia do saldo a receber, não havendo expectativa de perda que requeira a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando se observa deterioração do crédito por parte dos compradores entre a data da venda e a data de obtenção do financiamento, determinados contratos são objeto de cancelamento ("distratos"), motivo pelo qual uma provisão pode ser necessária para fazer face a margem de lucro apropriada de contratos firmados que: (i) por ocasião do reconhecimento da receita: a Companhia e suas controladas monitoram a inadimplência de 100% de seus contratos e, para aqueles que apresentam evidências objetivas de "impairment", reconhece a provisão para distratos, afetando as rubricas no resultado de Receita, e Custo das vendas realizadas e no ativo de Contas a receber de clientes e estoques. Eventual passivo financeiro devido para devolução de parcela dos valores recebidos, é apresentado na rubrica "provisões", no passivo; e (ii) sobre o ativo financeiro registrado por ocasião do reconhecimento da receita: uma provisão é constituída para distratos que, muito embora não apresentem evidências objetivas de impairment por ocasião do reconhecimento da receita, são esperados para os próximos 12 meses, levando em consideração, entre outros, as experiências passadas, afetando a rubrica no resultado de Despesas Operacionais e no ativo de Contas a receber de clientes. b) Provisões: A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. O Grupo reconhece provisões e a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, as sociedades controladas estão sujeitas a determinação do imposto de renda e das contribuições (i) social sobre o faturamento; (ii) ao Programa de Integração Social (PIS) e (iii) ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tendo como base de cálculo as receitas, como definido na Legislação Tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que a mesma não coincide com a mesma reconhecida de acordo com as práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. A administração da Companhia efetua os julgamentos, quando aplicável, apoiado em opiniões de seus consultores jurídicos. c) Redução ao valor recuperável do saldo de imóveis a comercializar: No mínimo ao final de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus imóveis a comercializar para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado. 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas correntes	910	61	11.274	16.083
Aplicações financeira (i)	-	-	4.784	57
	910	61	16.058	16.140

As aplicações financeiras correspondem a aplicações remunerados à taxa média de 102% em 31 de dezembro de 2022 (98% em 31 de dezembro de 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Certificados de Depósito Bancário - CDB (i)	22.293	15.745	22.805	70.728
Fundos de investimento (ii)	-	-	297.930	-
Títulos do Tesouro Nacional (iii)	15.631	14.996	15.631	313.825
Fundos exclusivos (ii)	147.647	157.789	-	-
Outros Títulos e Valores mobiliários (iv)	270	-	270	-
	185.841	188.530	336.636	384.553
Circulante	146.357	188.530	336.366	384.553
Não Circulante	39.484	-	270	-

(i) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), remunerados à taxa média de 100% em variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2021 – remunerados à taxa média de 97,5%). (ii) Fundo Melk Blue RF CP FI de renda fixa com crédito privado que possui liquidez diária e baixo risco de crédito. Sua carteira possui exposição em títulos públicos pós-fixados atrelados à Selic (cerca de 80%), e em títulos privados (cerca de 20% da carteira). A parcela de ativos de crédito privado é composta apenas por títulos emitidos por instituições financeiras de baixo risco de crédito (como Letras Financeiras de grandes bancos), havendo diversificação entre os emissores selecionados. O fundo não opera ativamente risco de mercado e não permite alavancagem. Em 2022, o fundo acumulou rentabilidade de 102,61% do CDI e, em 2021, 102,20% do CDI. (iii) Aplicação em Títulos do Tesouro Nacional, indexados à SELIC. (iv) CRI - Certificado de recebíveis imobiliários, os Valores Mobiliários serão integralizados em moeda corrente nacional e por meio do sistema de liquidação financeira da B3 - segmento CETIP UTVM. A controladora e determinadas sociedades controladas aplicam parcela de seus recursos no Fundo Melk Blue RF CP FI, o qual também é apresentado de forma consolidada. A gestão do Fundo leva em consideração o fluxo de caixa das atividades da Companhia e dessas sociedades controladas para efetuar a seleção de suas aplicações, não havendo intenção de resgate em períodos inferior a 90 dias no momento em que são efetuadas, motivo pelo qual não foram classificadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, adicionalmente às considerações feitas para cada tipo de título. Consequentemente, na demonstração dos fluxos de caixa estão apresentados na rubrica "Atividades de investimento" como parte das variações do capital circulante. As aplicações financeiras em CDBs estão classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado e o Fundo Exclusivo a valor de mercado, sendo as variações dos valores justos registradas no resultado do exercício na rubrica "Receitas financeiras". 6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em repasse bancário	-	-	28.216	137.154
Financiamento próprio	-	-	120.116	87.707
Provisão para distratos	-	-	(11.750)	(23.410)
Empreendimentos concluídos	-	-	136.582	201.451
Receita apropriada	-	-	2.142.568	1.721.503
Parcelas recebidas	-	-	(1.668.642)	(1.458.580)
Reclassificação para adiantamentos de clientes (Nota 11)	-	-	176.764	212.472
Contas a receber pela venda de imóveis	-	-	650.690	475.395
Provisão para distratos	-	-	(14.328)	(17.848)
Ajuste a valor presente	-	-	(11.376)	(6.409)
Empreendimentos em construção:	-	-	624.986	451.138
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e IFRS 9	-	-	(61.656)	(40.515)
Contas a receber pela venda de imóveis	-	-	699.912	612.074
Outras contas a receber	-	-	51.418	13.244
Contas a receber apropriadas	-	-	751.319	625.318
Circulante	-	-	419.707	451.505
Não circulante	-	-	331.612	173.813

As contas a receber dos empreendimentos concluídos e as contas a receber apropriadas dos empreendimentos em construção, estão deduzidos o ajuste a valor presente, à taxa de 5,95% (5,15% em 31 de dezembro 2021). A análise de vencimentos do total das parcelas a receber dos contratos de venda das unidades concluídas e não concluídas, sem considerar os efeitos de ajuste a valor presente, pode ser demonstrada conforme segue, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vencidas	-	-	58.918	110.465
A vencer:				
2022	-	-	-	539.598
2023	-	-	489.654	146.037
2024	-	-	398.820	183.793
2025 em diante	-	-	387.931	140.729
	-	-	1.335.323	1.120.622
Contas a receber apropriado (ii)	-	-	622.258	487.759
Contas a receber a apropriar	-	-	713.065	632.863

(i) As contas a receber apropriadas está líquida das parcelas classificadas em adiantamentos de clientes. Adicionalmente, não considera os efeitos da provisão para distratos e de ajuste a valor presente. Os valores referentes a "Receita apropriada" e "Parcelas recebidas", anteriormente demonstradas, consideram as operações de terrenos obtidos em permuta por unidades imobiliárias dos empreendimentos. A análise do saldo contábil vencido de contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vencidas:				
Até três meses	-	-	6.960	47.540
De três a seis meses	-	-	2.018	2.947
Acima de seis meses	-	-	18.145	22.920
Imóveis concluídos	-	-	27.123	73.407
Vencidas:				
Até três meses	-	-	21.431	13.404
De três a seis meses	-	-	3.021	13.547
Acima de seis meses	-	-	7.343	10.107
Imóveis em construção	-	-	31.795	37.058
	-	-	58.918	110.465

7. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR: Representado pelos terrenos para futuras incorporações e pelos custos incorridos das unidades imobiliárias a comercializar (imóveis prontos e em construção) como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos para aquisição de terrenos	-	-	-	928
Adiantamento a fornecedores	-	-	10.229	7.496
Terrenos	35.111	49.714	349.684	245.647
Imóveis em construção (i)	-	-	549.553	387.014
Imóveis concluídos (i)	-	-	184.933	208.537
Imóveis para revenda (ii)			48.467	21.040
	35.111	49.714	1.142.866	870.662
Provisão para ajuste de valor de mercado			(9.609)	(3.933)
	35.111	49.714	1.133.257	866.729
Circulante	35.111	49.714	1.038.295	806.653
Não circulante	-	-	94.962	60.076

(i) Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de imóveis em construção e concluídos incluem o valor estimado das unidades a serem distratadas, no total de R$95.949 (31 de dezembro de 2021, no total de R$89.205). Estas unidades somente estarão disponíveis a venda após a efetivação do cancelamento da venda (distrato). (ii) imóveis recebidos em forma de pagamento de vendas realizadas. A companhia possui 24 empreendimentos em construção em 2022 (24 empreendimentos em 2021) e 30 terrenos em estoques para futuros empreendimentos em 2022 (34 terrenos em 2021). A movimentação dos encargos financeiros incorridos, originários de operações de compra a prazo de terrenos e financiamento bancário, apropriados ao custo durante o período de construção, pode ser demonstrada como segue:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo nos estoques no início do período	22.384	17.343
Encargos financeiros incorridos no período	9.126	14.320
Apropriação dos encargos financeiros ao custo das vendas	(10.134)	(9.279)
Saldo nos estoques no fim do período	21.376	22.384

8. INVESTIMENTOS: As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em sociedades controladas	795.824	730.504	-	-
Em sociedades não controladas	7.706	-	12.422	4.584
	803.530	730.504	12.422	4.584
Provisão para perdas em sociedades controladas	(32.423)	(15.230)	-	-
	(32.423)	(15.230)	-	-
Total Investimentos	771.107	715.274	12.422	4.584

a) A movimentação dos investimentos da controladora em sociedades controladas e não controladas pode ser assim apresentada:

	Sociedades controladas	Sociedades não controladas	Provisão para perdas em sociedades controladas
Saldo em 31/12/2020	537.908	-	(6.056)
Subscrição (Redução de Capital)	206.516	-	-
Lucros recebidos	(137.817)	-	-
Equivalência patrimonial	128.407	-	-
Aquisição/Baixa de participação societária	(13.684)	-	-
Reclassificação	9.174	-	(9.174)
Saldo em 31/12/2021	730.504	-	(15.230)
Subscrição (Redução de Capital)	126.201	-	-
Aquisição/Baixa de participação societária	16.504	7.468	-
Lucros recebidos	(221.867)	-	-
Equivalência patrimonial	127.289	238	-
Reclassificação	17.193	-	(17.193)
Saldo em 31/12/2022	795.824	7.706	(32.423)

b) A movimentação dos investimentos diretos e indiretos da controladora em sociedades não controladas pode ser assim apresentada:

	Investimento direto	Investimento indireto	Total em sociedades não controladas
Saldo em 31/12/2020	-	1.487	1.487
Subscrição (Redução de Capital)	-	-	-
Aquisição/Baixa de participação societária	-	3.097	3.097
Lucros recebidos	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	-
Reclassificação	-	-	
Saldo em 31/12/2021		4.584	4.584
Subscrição (Redução de Capital)	-	-	-
Aquisição/Baixa de participação societária	7.468	933	8.402
Lucros recebidos	-	-	-
Equivalência patrimonial	238	(802)	(564)
Reclassificação	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	7.706	4.715	12.422

c) Principais informações das participações societárias em controladas:

	Participação (%)		Valor da Participação		Equivalência		Lucro Líquido	
Nome	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ponta da Figueira Empreendimentos Imobiliários S.A.	25%	25%	1.064	1.787	331	221	1.323	884
Melnick Even Apus Empreendimento Imobiliário Ltda.	86%	86%	5.331	7.758	9.405	7.759	10.988	9.064
SPE Melnick Marcilio Dias Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	7.033	-	7.433	-	7.433	-
Melnick Even Urucum Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	31.802	33.742	16.840	13.112	16.840	13.112
Melnick Even Biribá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.165	7.492	73	126	73	126
Melnick Even Andiroba Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	21.426	11.123	11.069	12.329	11.069	12.329
Melnick Even Jaborandi Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	10.533	7.712	10.820	14.924	10.820	14.924
Melnick Even Cambuí Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	4.185	4.272	(87)	(11)	(87)	(11)
Melnick Even Guaritá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	8.526	7.518	9.089	7.058	9.089	7.058
Melnick Even Aurora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	3.452	8.451	5.381	3.154	5.381	3.154
Prion Participações S.A.	100%	100%	-	-	(9.564)	(9.530)	(9.564)	(9.530)
Melnick Even Aquarius Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	12.300	-	6.741	-	6.741	-
Melnick Even Crux Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	9.589	4.889	1.380	(2.177)	1.380	(2.177)
Melnick Even Lynx Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	10.600	6.415	4.185	3.822	4.185	3.822
Melnick Even Scorpius Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	8.060	2.759	5.800	8.453	5.800	8.453
Melnick Arcádia Urbanizadora S.A.	50%	50%	43.069	31.027	16.710	713	33.419	1.426
Melnick Even Cepheus Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.337	-	2.483	-	2.483	-
Melnick Even Octans Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	-	-	(13.926)	-	(13.926)	-
Melnick Even Pavo Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	1.689	-	(1)	-	(1)	-
Melnick Aries Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	8.318	-	(1.330)	-	(1.330)	-
Melnick Even Hematita Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	727	985	522	(1.270)	522	(1.270)
Melnick Even Safira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	7.606	8.498	408	574	408	574
Canoas Coral Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	18.527	21.422	4.305	7.425	4.305	7.425
Melnick Even Diamante Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	3.676	2.484	2	2	2	2
Melnick Even Água Marinha Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.514	5.328	(3.080)	(18)	(3.080)	(18)
Melnick Even Zuckhan Campos Sales Empreend Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.022	2.004	218	1.649	218	1.649
Melnick Even Berilo Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	8.897	12.488	(1.991)	770	(1.991)	770
Melnick Even Jaspe Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.257	2.339	188	79	188	79
Melnick Even Madrepérola Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	5.321	8.954	316	(541)	316	(541)
Melnick Even Marmore Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	11.233	12.225	308	455	308	455
Melnick Even Peridoto Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	4.469	5.890	472	2.281	472	2.281
Melnick Even Brita Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.395	2.939	106	662	106	662
Melnick Even Opala Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	25.670	26.947	1.468	1.485	1.468	1.485
Melnick Even Jacarandá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	258	542	16	(109)	16	(109)
Melnick Even Figueira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	4.021	4.069	652	1.393	652	1.393
Melnick Even Castanheira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	63.047	66.185	11.138	8.258	11.138	8.258
Melnick Even Cerejeira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	951	4.300	550	(274)	550	(274)
Melnick Even Acácia Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	33.283	37.136	530	1.973	530	1.973
Melnick Even Ipê Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	56.003	60.495	(4.842)	743	(4.842)	743
Melnick Even Angico Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	17.062	11.492	4.241	6.350	4.241	6.350
Melnick Even Urbanizadora Ltda.	60%	60%	103.026	102.605	16.971	16.234	28.285	27.057
Melnick Even Pinheiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	6.856	7.262	9.694	3.181	9.694	3.181
Melnick Even Mangueira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	5.129	6.782	(1.719)	-	(1.719)	-
Melnick Even Pinus Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	7.837	7.815	(248)	(1.902)	(248)	(1.902)
Melnick Even Parreira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.249	1.458	(209)	(760)	(209)	(760)
Melnick Even Araçá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.100	2.303	(2)	1.442	(2)	1.442
Melnick Even Ingá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	543	2.097	646	(1.230)	646	(1.230)
Melnick Even Platano Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	10.519	9.530	5.490	3.814	5.490	3.814
Melnick Even Carvalho Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	10.623	12.716	2.027	3.208	2.027	3.208
Melnick Even Limoeiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	43.754	26.317	(8.267)	4.772	(8.267)	4.772
Melnick Even Cedro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	86.139	101.318	6.950	15.283	6.950	15.283
Melnick Even Coqueiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	37.094	-	7.641	-	7.610	-
Outras investidas (*)			20.536	18.634	(10.280)	(7.475)	(10.387)	(7.475)
Em sociedades controladas			795.824	730.504	127.052	128.407	157.512	141.911
Em sociedades não controladas			7.706	-	238	-	693	-
Provisão para perdas em sociedades controladas			(32.423)	(15.230)	-	-	-	-
Total			771.107	715.274	127.289	128.407	158.205	141.911

(*) Investidas cujo saldo individual de cada investimento representa menos do que 0,7% (0,7% em 31 de dezembro de 2021) do saldo total.

continua

continuação

d) Adiantamentos para futuros investimentos: Não existem termos fixados de conversão dos adiantamentos para futuro aumento de capital em cotas que considerem um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de cotas, motivo pelo qual os saldos estão classificados como ativo financeiro no realizável a longo prazo. 9. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS: São compromissos assumidos na compra de terrenos, objeto das incorporações imobiliárias, como assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar em moeda corrente, sujeitas a:		
Variação do INCC - permuta financeira	66.503	71.247
Variação do INCC	73.137	20.472
	139.640	91.719
Circulante	66.910	50.691
Não circulante	72.730	41.028

O saldo a pagar das operações de permuta financeira é incialmente estabelecido com base em percentual fixado contratualmente sobre a estimativa do valor das vendas das unidades do empreendimento e ajustado ao efetivo valor a ser liquidado na medida em que ocorrem as vendas das unidades do empreendimento realizado no terreno. O pagamento é realizado por ocasião do recebimento das vendas das referidas unidades, estando sujeitas a variação do Índice Nacional de Construção Civil – INCC até a conclusão da construção do empreendimento. A movimentação das contas a pagar por aquisição de imóveis pode ser demonstrada como segue:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	91.719	72.950
Aquisições ocorridas	171.465	48.061
Atualização do principal	14.046	2.303
Pagamento do principal	(137.590)	(31.595)
Saldo final	139.640	91.719

Os montantes têm a seguinte composição, por ano previsto para pagamento:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	50.691
2023	66.910	12.244
2024	32.163	8.363
2025 em diante	40.567	20.421
	139.640	91.719

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Poupança + 2,55% a 3,33% a.a. e TR (Taxa Referencial) + 6,90% a 8,75% a.a. (crédito imobiliário)	163.664	9.870
IPCA+12% ao ano (desconto de recebíveis)	1.335	2.564
	164.999	12.434
Circulante	46.358	6.824
Não circulante	118.641	5.610

Cláusulas restritivas contratuais ("Covenants"): Os contratos de operações de crédito imobiliário possuem cláusulas restritivas que podem impactar a liberação dos recursos pelas instituições financeiras, verificáveis trimestralmente, tais como: (i) aplicação dos recursos no objeto do contrato; (ii) registro de hipoteca do empreendimento; (iii) cumprimento de cronograma das obras e outros. Os compromissos assumidos vêm sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas, nos termos contratados. Garantias e avais: Os empréstimos e financiamentos são garantidos por imóveis destinados à venda concluídos e em construção (Nota 7) no montante de R$326.750 (R$84.084 saldo em 31 de dezembro de 2021).

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	12.434	79.233
Captações	175.726	5.586
Juros	10.134	7.255
Pagamento de principal	(23.266)	(74.803)
Pagamento de juros	(10.029)	(4.837)
Saldo final	164.999	12.434

Composição por ano de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	6.824
2023	46.358	5.510
2024	78.721	100
2025 em diante	39.920	-
	164.999	12.434

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES: Os adiantamentos de clientes estão assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contratos de permuta	816.761	518.457
Receita apropriada	(486.792)	(323.482)
Permutas a apropriar (**)	329.969	194.975
Valores recebidos por adiantamento de Clientes (*)	176.764	212.496
incorporação ainda não ocorreu e demais antecipações	5.760	7.410
	512.493	414.881
Circulante	343.114	414.881
Não circulante	169.379	-

(*) Quando as parcelas recebidas excedem a receita apropriada, a diferença é classificada como adiantamento de clientes. (**)Corresponde ao saldo da receita a apropriar das unidades em construção a serem dadas em permuta pelos terrenos onde estão sendo desenvolvidos empreendimentos imobiliários. Os critérios de apropriação são os mesmos aplicados para o resultado de incorporação imobiliária em seu todo. Em garantia da entrega das unidades, objeto da permuta, foi firmado termo de confissão de dívida, garantido por fiança bancária.

12. PROVISÕES

				Controladora
	Garantias	Participação nos resultados e bônus	Riscos trabalhistas, cíveis e tributários	Total
	(a)	(b)	(c)	
Em 31 de dezembro de 2020	-	9.531	15.685	25.216
Provisão (reversão) constituída, líquida	-	7.969	1.409	9.378
Pagamento de acordos e condenações judiciais	-	-	(215)	(215)
Pagamento de bônus e PLR	-	(5.618)	-	(5.618)
Em 31 de dezembro de 2021	-	11.882	16.879	28.761
Provisão (reversão) constituída, líquida	-	(2.262)	6.260	3.998
Pagamento de acordos e condenações judiciais	-	-	(64)	(64)
Pagamento de bônus e PLR	-	(3.410)	-	(3.410)
Em 31 de dezembro de 2022	-	6.210	23.075	29.285
Circulante				6.209
Não circulante				23.076

					Consolidado
	Garantias	Participação nos resultados e bônus	Riscos trabalhistas, cíveis e tributários	Provisão para distratos	Total
	(a)	(b)	(c)	(d)	
Em 31 de dezembro de 2020	21.861	10.512	15.781	30.615	78.769
Provisão (reversão) constituída, líquida	13.627	8.130	10.318	3.745	35.820
Pagamento de provisão para garantias	(9.108)	-	-	-	(9.108)
Pagamento de acordos e condenações judiciais	-	-	(8.838)	-	(8.838)
Pagamento de bônus e PLR	-	(5.470)	-	-	(5.470)
Em 31 de dezembro de 2021	26.380	13.172	17.261	34.360	91.173
Provisão (reversão) constituída, líquida	10.070	(1.947)	20.711	1.059	30.046
Pagamentos realizados	(4.919)	(4.724)	(12.293)	-	(22.089)
Em 31 de dezembro de 2022	31.531	6.501	25.679	35.419	99.130
Circulante					67.587
Não Circulante					31.543

a) Garantias: O Grupo concede exercício de garantia sobre os imóveis com base na legislação vigente por um período de cinco anos. Uma provisão é reconhecida a valor presente da estimativa dos custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações, tomando-se por base a curva de gastos históricos e outras definições da área de Engenharia. A constituição da provisão de garantia é registrada nas sociedades controladas ao longo da construção do empreendimento, compondo o custo total da obra, e após a sua entrega inicia-se o processo de realização da provisão, de acordo com a curva esperada de gastos definida pela área de Engenharia. A efetiva prestação de serviços de assistência técnica é realizada pela controladora e, na data da prestação, reconhecida no resultado, na rubrica de "Outras" despesas operacionais, líquidas" da controladora e, nas demonstrações financeiras consolidadas, reclassificado para a linha de custo dos produtos vendidos. b) Participações nos resultados e bônus: O programa de participação nos resultados foi aprovado em maio de 2010 e está fundamentado em metas individuais e do Grupo. O encargo está apresentado na nota explicativa nº 20.e). c) Riscos trabalhistas, tributários e cíveis: Certas controladas figuram como polo passivo, de forma direta ou indireta, em reclamações trabalhistas, as quais a Administração da Companhia, conforme corroborado pelos assessores jurídicos, classifica como perda provável o montante de R$5.674 (R$4.000 em 31 de dezembro de 2021) e possível o montante de R$7.540 (R$3.912 em 31 de dezembro de 2021), nas contestações apresentadas pelas controladas. Processos cíveis em que controladas figuram como polo passivo estão relacionados principalmente a: (i) a rescisão de contrato de Promessa de Compra e Venda de unidades imobiliárias, no qual pleiteiam os respectivos adquirentes a restituição dos valores pagos; e (ii) a devolução dos valores pagos a título de comissão de corretagem. A expectativa da ocorrência de decisões desfavoráveis em parte desses processos e classificadas pela administração como perdas prováveis corresponde ao montante de R$11.418 (R$7.180 em 31 de dezembro de 2021) e possíveis de R$18.463 (R$15.960 em 31 de dezembro de 2021). Provisão para outros riscos de outros desembolsos considerados prováveis monta R$8.588 (R$6.081 em 31 de dezembro de 2021). d) Provisão para distratos: A Companhia constitui provisão para distratos, tanto para os contratos de venda cujas obras estão concluídas, mas ainda não entregues, quanto para aquelas em andamento. A parcela correspondente a expectativa de recursos a serem devolvidos aos clientes, em decorrência dos distratos é de R$35.418 (31 de dezembro de 2021: R$34.360). O efeito da Provisão para distratos em cada uma das linhas do balanço patrimonial pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber (Nota 6)	(26.078)	(41.258)
PCLD - IFRS 9	(61.656)	(40.515)
Imóveis a comercializar (Nota 7)	95.949	89.205
Constituição de contas a pagar/provisão para distratos	(35.418)	(34.360)
Efeito líquido	(27.203)	(26.928)

e) Efeitos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Provisão de Distrato:				
- Na receita	-	-	20.983	44.118
- No custo	-	-	(14.152)	(35.116)
	-	-	6.831	9.002
Provisão de Distrato:				
- Na despesa*	-	-	(6.581)	(5.488)
	-	-	250	(3.756)
Contingência Trabalhista e Cíveis	(6.260)	(1.409)	(20.711)	(10.318)
	(6.260)	(1.409)	(20.461)	(16.205)

*A provisão para distratos constituída no momento do reconhecimento da receita está refletida no Lucro bruto, sendo reconhecida nas despesas operacionais apenas a parcela correspondente ao IFRS 9 (PCLD), a qual é revertida por ocasião em que os distratos são efetivados, passando então a afetar diretamente o lucro bruto. 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS: A Companhia possui as seguintes obrigações a tributar: a) Lucro real: Considerando o atual contexto das operações da controladora, que se constitui, substancialmente, na participação em outras sociedades, não foi constituído crédito tributário sobre: (i) A totalidade do saldo acumulado de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social; (ii) O saldo de despesas não dedutíveis temporariamente na determinação do lucro tributável;

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos de prejuízos fiscais	88.382	45.470	112.468	57.830
Despesas temporariamente não dedutíveis	(24.448)	(8.232)	(22.552)	(9.307)
Prejuízo fiscal	63.934	37.238	89.916	48.523

b) Lucro presumido e RET: Estão representados pelo imposto de renda e pela contribuição social sobre a diferença entre a receita de incorporação imobiliária apropriada pelo regime de competência e aquela submetida à tributação, obedecendo ao regime de caixa das sociedades tributadas com base no lucro presumido ou no RET. A base de cálculo considera as Contas a Receber e Adiantamento a Clientes, sendo 2022 R$ 619.558 e 2021 R$ 546.757, alíquota varia entre 1,92 e 3,08.

Apropriação do RET de acordo com o período de competência

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Em 1º de Janeiro	11.032	10.848
Despesa (receita) no resultado	755	184
No fim do período	11.787	11.032

A tributação da diferença entre o lucro auferido pelo regime de caixa e aquele apurado de acordo com o regime de competência ocorre em sintonia com a expectativa de realização das contas a receber, como apresentado a seguir:

Expectativa de realização

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Nos próximos 12 (doze) meses	3.833	4.040
Em períodos subsequentes	7.954	6.992
	11.787	11.032

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: O capital social integralizado é de R$1.109.029, representados por 207.969.341 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Redução de capital: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2021 foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R$45.575 pela absorção dos saldos das contas de custos de transação incorridos na Oferta Pública de Ações (OPA) no valor de R$41.669 e ajuste de avaliação patrimonial gerado com a permuta de ações aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10 de julho de 2020, no valor de R$3.906. b) Ações tem tesouraria: O "Programa de Recompra" tem como objetivo a maximização de valor para os acionistas da Companhia, tendo em vista o valor de cotação das ações da Companhia na B3. Em 21 de junho de 2021, foi finalizado o 1º programa de recompra, com 4.783.600 ações recompradas por R$26.548 e em 13 de agosto de 2021 o 2º programa de recompra, com 1.001.300 ações recompradas por R$5.143, totalizando 5.784.900 ações em tesouraria por R$31.692. c) Plano de opção de ações: Os planos de opções ativos em 31 de dezembro de 2022 estão demostrados a seguir:

Plano	Total de ações Outorgadas	Total de ações corrigidas por dividendos	Fair Value	Apropriado R$ mil	à apropriar R$ mil
ILP 2022	468.723	530.495	4,75	2.522	0
ILP 2023	1.014.231	1.147.892	5,16 [1]	3.950	1.975
ILP 2024	1.223.124	1.289.090	5,76	2.475	4.949
	2.706.078	2.967.477		8.947	6.924

Para o Programa de Incentivo de Longo Prazo ("Programa"), aprovado em 09 de agosto de 2022 junto ao Conselho da Administração da Companhia, e de acordo com o Plano de Opção, são elegíveis a participar do Programa os diretores estatutários, não estatutários e colaboradores da Companhia. O pagamento do ILP está condicionado ao percentual de lucro líquido máximo a ser distribuído. Os beneficiários, em termos gerais, apenas farão jus aos lotes de ações após o transcurso do prazo necessário para apuração do lucro líquido do período de exercício, conforme termos do Programa, com o seguinte detalhamento abaixo:i. Remuneração de longo prazo com exercício em 2022 corresponde atualmente a 530.495 opções *outstanding* com um *fair value* de R$4,75 por opção (cálculo *BlackScholes*), que deverão ser transferidas aos beneficiários após a apuração dos resultados do exercício social findo em 31/12/2022. ii. Remuneração de longo prazo com exercício em 2023 corresponde atualmente a 1.147.892 opções *outstanding* com um *fair value* de R$5,16 por opção (cálculo *BlackScholes*), que deverão ser transferidas aos beneficiários após a apuração dos resultados do exercício social a findar-se em 31/12/2023. iii. Remuneração de longo prazo com exercício em 2024 corresponde atualmente a 1.289.090 opções *outstanding* com um *fair value* de R$5,76 por opção (cálculo *BlackScholes*), que deverão ser transferidas aos beneficiários após a apuração dos resultados do exercício social a findar-se em 31/12/2024. Em termos gerais, em caso de desligamento do beneficiário, poderá ser mantido o direito ao exercício das opções, devendo-se observar o quanto estabelecido no respectivo programa de opções e nos contratos celebrados com os beneficiários que, estão condicionados a verificação da postura de boa-fé do beneficiário perante a Companhia, seus acionistas, seus negócios e colaboradores, a ser apurado pelo Conselho de Administração da Companhia. O montante total do ILP está contabilizado, a valor justo, como "Plano de opção de ações", apropriado mensalmente até a data de vencimento do plano e são reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Administrativas" (Nota 16 (b)). O total constituído no programa até o período findo em 31 de dezembro de 2022 totaliza R$10.382 sendo R$8.946 (R$5.621 referente a administração e R$3.325 referente aos colaboradores) optantes por recebimento em ações e R$1.436 optantes por recebimento em dinheiro. Em 2022 a administração revisou os termos e condições do ILP e efetuou a reclassificação do saldo para o "Patrimônio Líquido". d) Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. e) Reserva de retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros é de R$63.518, dos quais R$ 31.692 está sendo mantida com o objetivo de cobertura das ações em tesouraria adquiridas, citadas no item (b) e R$ 31.826 refere-se a reserva legal. Adicionalmente, a administração da Companhia submeterá para aprovação em AGO o montante de R$ 56.300 para distribuição aos acionistas. f) Dividendos: O Estatuto da Companhia determina que do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, destinar-se-á 5% para a constituição de reserva legal e o restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25%.

	2022	2021
Lucro Líquido do exercício	84.378	82.936
Reserva Legal	(4.219)	(4.147)
Base de cálculo para dividendos	80.159	78.789
Dividendo mínimos obrigatórios 25%	20.040	19.697
Dividendos intercalares pagos (i)	(13.000)	56.000
Dividendo intercalar pago em janeiro de 2023 (ii)	(11.000)	____
Dividendo suplementar ao dividendo mínimo (iii)	3.960	____

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2022, foi aprovada a distribuição do saldo remanescente do lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, pago em 30 de maio de 2022, no valor de R$18.364. (i) Em 16 de maio e 15 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares, no valor de R$6.000 e R$ 7.000, pagos em 09 de junho e 01 de dezembro de 2022. (ii) Em 10 de novembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares, no valor de R$ 11.000 que foi pago em 11 de janeiro de 2023. (iii) Em virtude dos valores de dividendos intercalares em 2022, apurados com base em balanços intermediários, terem sido superiores ao dividendo mínimo obrigatório, a parcela excedente de dividendo pago será submetida a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária a que também forem submetidas para aprovação as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022. g) Lucro por ação: I. Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas, deduzida das ações em tesouraria (milhares):	202.184	203.732
Resultado do exercício		
Das operações	84.378	82.936
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	84.378	82.936
Resultado básico por ação		
Das operações	0,417	0,407
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	0,417	0,407

II. Diluído: O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	84.378	82.936
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)*	205.152	203.732
Preço médio de mercado da ação ordinária no ano	3,76	3,83
Lucro diluído por ação	0,411	0,407

*As Quantidades médias ponderadas de ações ordinárias foram adicionadas os valores de stock option NE 14c, 2.967.477. 15. RECEITA: A reconciliação das vendas e dos serviços prestados para a receita das operações é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receita bruta operacional:				
Incorporação e revenda de imóveis	-	-	1.020.904	736.981
Prestação de serviços	13.411	8.052	8.438	6.100
Provisão para distratos	-	-	20.984	44.118
Deduções da receita bruta	(1.752)	(1.636)	(20.758)	(15.380)
Receita líquida operacional	11.659	6.416	1.029.568	771.819

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA: a) Custos dos Imóveis Vendidos e Serviços Prestados: A rubrica "Obra" compreende o custo com materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados.

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Terrenos	-	-	(314.002)	(192.729)
Obra	-	-	(450.082)	(346.373)
Incorporação	-	-	(25.535)	(15.453)
Manutenção em garantia	-	-	(11.883)	(13.627)
Gerenciamento de obras	(19.504)	(12.481)	(35.328)	(36.222)
Despesa financeira incorrida (Nota 7)	-	-	(10.134)	(13.317)
	(19.504)	(12.481)	(846.964)	(617.720)
Provisão para distratos	-	-	(14.152)	(35.116)
Movimentações dos estoques de imóveis	-	-	66.483	66.041
	(19.504)	(12.481)	(794.633)	(586.795)

b) Despesas Comerciais, gerais e administrativas e remuneração dos administradores:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Benefícios a empregados (c)	(15.678)	(15.054)	(19.047)	(17.211)
Remuneração dos administradores (Nota 20 (d))	(10.852)	(8.754)	(10.852)	(8.754)
Consultorias	(8.606)	(8.726)	(9.987)	(10.796)
Viagens e deslocamentos	(1.013)	(503)	(1.061)	(518)
Consumos diversos	(7.543)	(5.042)	(8.474)	(6.120)
Bônus	(4.090)	(4.261)	(4.724)	(4.422)
Despesas com Vendas	(15)	(27)	(60.351)	(34.584)
Despesas com estandes de venda	-	-	(21.708)	(23.409)
Outras despesas Comerciais	-	-	(269)	-
	(47.797)	(42.366)	(136.473)	(105.814)
Despesas com vendas	(15)	(27)	(82.328)	(57.993)
Despesas gerais e administrativas	(36.930)	(33.585)	(43.293)	(39.067)
Remuneração dos Administradores	(10.852)	(8.754)	(10.852)	(8.754)
	(47.797)	(42.366)	(136.473)	(105.814)

c) Benefícios a empregados:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Salários	(10.320)	(8.546)	(12.858)	(9.856)
Encargos	(2.197)	(3.426)	(2.564)	(3.945)
Outros benefícios	(3.161)	(3.081)	(3.625)	(3.410)
	(15.678)	(15.054)	(19.047)	(17.211)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Despesas Financeiras				
Juros	(18)	(16)	(76)	(677)
Despesas Bancárias, comissão e fiança	(34)	(24)	(1.138)	(1.948)
Outras Despesas Financeiras	-	-	(1.682)	(2.238)
	(52)	(40)	(2.896)	(4.863)
Receitas financeiras				
Rendimentos de Aplic. Financeiras (i)	14.250	11.867	40.292	23.109
Atualização monetária de contas a receber (ii)	10	-	36.961	15.895
Outras Receitas Financeiras	160	-	473	-
Juros recebido	-	610	1.173	4.871
Receitas de Mútuo	11.775	-	-	-
	26.195	12.477	78.899	43.875
Resultado financeiro	26.143	12.437	76.003	39.012

(i) O resultado financeiro em 2022 foi superior ao resultado de 2021 devido ao aumento da taxa Selic. (ii) Em 2022 as contas a receber teve um aumento de 44% financiados direto com a companhia com juros de 10% a.a. acrescido de IPCA. 18. OUTRAS DESPESAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Despesas manutenção de obras	(6.451)	(8.931)	-	-
Outras Receitas e Desp. Operacionais	(701)	863	(4.689)	(2.077)
	(7.152)	(8.068)	(4.689)	(2.077)

19. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	84.378	82.936	148.751	99.939
Alíquota - 34%	(28.689)	(28.198)	(50.575)	(33.979)
Efeito sobre exclusões (equivalência patrimonial)	43.278	43.658	(192)	-
Efeito sobre adições	(2.128)	(479)	(6.957)	(5.510)
Efeito no resultado de controladas entre a tributação pelo Lucro Real e a tributação pelo lucro presumido/ Regime Especial de Tributação	-	-	47.026	40.890
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais (a)	(12.461)	(14.981)	(12.461)	(14.981)
	-	-	(23.158)	(13.580)
Despesa de imposto de renda e contribuição social – corrente	-	-	(22.403)	(13.764)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	(755)	184
Total	-	-	(23.158)	(13.580)

(a) controladora adota o sistema de apuração pelo lucro real e não registra os créditos tributários, em virtude de não ser provável, neste momento, a geração de lucros tributáveis futuros.

20. PARTES RELACIONADAS: a) Saldos

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento para futuro investimento				
Empresas controladas	114.851	196.202	-	-
Empresas controladas em conjunto	663	2.153	663	2.153
	115.514	198.355	663	2.153
Mútuos com parte relacionadas (i)				
Empresas controladas	116.947	26.797	-	-
	116.947	26.797	-	-
Débitos com Redução de Capital				
Empresas controladas	6.450	-	-	-
	6.450	-	-	-
Outras partes relacionadas	1.514	-	236	197
Não Circulante:				
Partes relacionadas	240.425	225.152	899	2.350

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aluguéis a pagar	1.167	2.104	1.167	2.104
Mútuos com parte relacionadas				
Melnick Even Limoeiro (ii)	-	-	-	32.304
Outras partes relacionadas	6.680	-	372	1.576
	6.680	-	372	33.880
Circulante:				
Partes relacionadas	7.847	2.104	1.539	35.984

(i) Os mútuos imobiliários são destinados principalmente para viabilizar a fase inicial dos empreendimentos. (ii) A sociedade controlada Melnick Even Limoeiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. firmou contrato com parte relacionada, tendo recebido terreno para desenvolvimento de empreendimento residencial e comercial, sendo a construção deste último destinada ao pagamento do terreno. Face ao descasamento de caixa entre os pagamentos requeridos para a construção do empreendimento comercial a ser entregue como forma de pagamento da aquisição do terreno, e a velocidade de recebimento dos clientes do empreendimento residencial detido pela sociedade controlada, esta recebeu recursos da parte relacionada sob a forma de empréstimo, cujo saldo foi liquidado em 2022, acrescido de encargos financeiros correspondente a variação do Índice Nacional de Construção Civil – INCC.

continua

continuação

b) Transações com partes relacionadas

Transações efetivadas em exercícios anteriores, com saldos em aberto

Data da transação	Duração	Taxa de juros ou correção	Empresa	Conta no Balanço Patrimonial	Valor da transação	31/12/2022	31/12/2021
Desenvolvimento de empreendimento imobiliário – participação no VGV							
06/03/2018	Até 1 ano após a habite-se	INCC	Melnick Even Aurora	Contas a pagar por aquisição de imóveis	33.867	2.831	15.964
21/12/2018	Até 1 ano após a habite-se	INCC	Melnick Even Coqueiro	Contas a pagar por aquisição de imóveis	29.214	26.423	13.190
10/08/2022	Até 1 ano após a habite-se	INCC	Melnick Even Octans	Contas a pagar por aquisição de imóveis	62.027	62.027	-

Transações efetivadas no exercício

Data da transação	Duração	Empresa	Classificação contábil	31/12/2022	31/12/2021
Prestações de serviços					
Arquitetura	-	SPEs	Custo dos imóveis vendidos	445	6.319
Aluguel da sede					
-	Indeterminado	Melnick Even Desenvolvimento	Direito de uso	72	1.034
Compra de apartamento					
-	Concluído	Melnick Even Crux	Receita de vendas	16	-
		Melnick Even Lynx	Receita de vendas	-	1.728

c) Remuneração da administração: O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros e Diretores. Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de abril de 2022, foi aprovada a verba anual global dos administradores da Companhia de até R$11.700 (R$9.900 em 2021) incluindo bônus, para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2022. As despesas apropriadas, incluindo bônus, estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado 01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Salários	5.514	5.046
Salários	5.446	4.983
Benefícios	68	63
Encargos	-	-
Bônus	5.338	3.708
Incentivos a curto prazo	2.156	1.508
Incentivos a longo prazo (*)	3.182	2.200
	10.852	8.754

(*) a despesa de ILP corresponde ao Plano de Opção de Ações (Nota 14 (c), de R$ 3.182 distribuído em R$ 2.475 corresponde a parcela conversível em ações e R$ 707 a ser pago em caixa. 21. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: a) Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos de crédito imobiliário, riscos de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço de determinados ativos avaliados ao valor justo), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia, está concentrado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não tem como prática utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, a qual identifica e avalia os riscos e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as sociedades controladas. b) Risco de mercado: (i) Risco cambial: Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos sujeitos a variação de moeda estrangeira nem depender significativamente de materiais importados em sua cadeia produtiva. Adicionalmente, a Companhia não efetua vendas indexadas em moeda estrangeira. (ii) Risco de fluxo de caixa: A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários, levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Os passivos sujeitos a taxas variáveis de juros são: (i) crédito imobiliário, o qual está sujeito à variação da TR de juros, cujo risco de volatilidade é considerado baixo pela Administração; (ii) empréstimos e financiamentos, os quais estão parcialmente sujeitos à variação do IPCA e para as quais existe uma proteção natural nas contas a receber de clientes de unidades concluídas, que estão indexadas pelo mesmo índice de atualização, minimizando impactos relacionados com os riscos de volatilidade; e (iii) contas a pagar na aquisição de imóveis, as quais estão sujeitas à variação do INCC e para as quais existe uma proteção natural nas contas a receber de clientes de unidades em construção, que estão indexadas pelo mesmo índice de atualização. (iii) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de contas a receber de clientes, aplicações financeiras e depósitos em bancos. (iv) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Diretoria Financeira, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprimissadas disponíveis, a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e o cumprimento de cláusulas contratuais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o fundo exclusivo mantido pelo Grupo, o qual investe parcela significativa em Títulos do Tesouro Nacional remunerados, substancialmente, pela variação da taxa SELIC ou é aplicado em CDBs. Na tabela a seguir, análise dos passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Consolidado Até 31 de dezembro de 2022	Até 31 de dezembro de 2023	A partir de 1º de janeiro de 2024
Crédito imobiliário	-	45.022	118.641
Desconto de recebíveis	1.335	-	-

A Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos a variação de taxas de juros e indicadores financeiros. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022, como se os referidos saldos estivessem em aberto no exercício de 31 de dezembro de 2022. Para os ativos e passivos financeiro foram considerados a taxa efetiva verificada nos últimos 12 meses, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2022 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse na data de 31 de dezembro de 2022. Para as estimativas dos efeitos considerou-se uma redução para o ativo financeiro e um aumento para o passivo financeiro na taxa estimada para 2022 em 25% no cenário possível e 50% no cenário remoto.

Análise de sensibilidade de variação em taxas de juros e outros indexadores dos ativos e passivos financeiros:

		10%	25%	50%	50%	25%	10% Cenário
		I	II	III	III	II	I
Dados consolidados - Operações	**Risco**	**Alta 10%**	**Alta 25%**	**Alta 50%**	**Queda 50%**	**Queda 25%**	**Queda 10%**
Apicações financeiras	Alta/queda do CDI	4.370	10.925	65.549	(21.850)	(10.925)	(4.370)
Empréstimo e financiamentos	Alta/queda do CDI	-	-	-	-	-	-
Parte Relacionada ativa	Alta/queda do CDI	1	1	8	(3)	(1)	(1)
Parte Relacionada passiva	Alta/queda do CDI	(3)	(9)	(17)	17	9	3
Efeitos Líquidos da variação do CDI		4.367	10.918	65.539	(21.835)	(10.918)	(4.367)
Empréstimo e financiamentos	Alta/queda da TR	267	667	1.334	(1.334)	(667)	(267)
Efeitos Líquidos da variação da TR		267	667	1.334	(1.334)	(667)	(267)
Contas a Receber	Alta/queda do INCC	5.705	14.262	28.524	(28.524)	(14.262)	(5.705)
Obrigação por compra de imóveis	Alta/queda do INCC	(1.296)	(3.240)	(6.480)	6.480	3.240	1.296
Efeitos Líquidos da variação do INCC		4.409	11.022	22.045	(22.045)	(11.022)	(4.409)
Contas a Receber	Alta/queda do IPCA	789	1.974	3.947	(3.947)	(1.974)	(789)
Contas a Receber	Alta/queda do IGP-M	-	-	-	-	-	-
Obrigação por compra de imóveis	Alta/queda do IGP-M	-	-	-	-	-	-
Empréstimo e financiamentos	Alta/queda do IGP-M/IPCA	(7)	(18)	(37)	37	18	7
Efeitos Líquidos da variação do IGP-M/IPCA		782	1.955	3.911	(3.911)	(1.955)	(782)

A Companhia procura não ter descasamentos em termos de moedas e taxas de juros. As obrigações estão atreladas majoritariamente ao INCC, ao IPCA ou à TR. Não há ativos nem passivos denominados em moeda estrangeira nem dependência significativa de materiais importados na cadeia produtiva. A Companhia procura manter um equilíbrio entre indexadores de passivos e ativos, mantendo os recebíveis indexados ao IPCA e ao INCC e o caixa aplicado em CDI no lado ativo, para balancear as obrigações financeiras e o custo de construção a incorrer.

22. GESTÃO DE CAPITAL: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, recomprar ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A estratégia da Companhia, após a captação dos recursos da OPA, foi manter sua estrutura de capital de caixa líquido, a qual, de acordo com as Demonstrações Financeiras consolidadas, pode ser assim sumariada:

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos	164.999	12.434
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(352.694)	(400.693)
Caixa líquido	(226.908)	(388.259)

23. COMPROMISSOS: a) Compromissos de incorporação imobiliária: De acordo com a Lei de Incorporação Imobiliária, a Companhia tem o compromisso legal de finalizar os projetos de incorporação imobiliária que foram aprovados e que não mais estejam sob cláusula resolutiva, segundo a qual a Companhia poderia desistir da incorporação e devolver os montantes recebidos aos clientes. Nenhum empreendimento em construção está sob cláusula resolutiva. As principais informações relacionadas com os empreendimentos em construção, decorrentes das unidades vendidas, podem ser assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Vendas a apropriar (a)	715.933	637.505
Permuta por terrenos a apropriar	179.912	194.975
Contratos de vendas a apropriar (b)	895.845	832.480
Impostos	(14.891)	(13.260)
Receita de vendas a apropriar	880.954	819.220
Custo orçado a incorrer das unidades vendidas	(620.166)	(587.053)
Resultado a apropriar	260.788	232.167

(i) Sujeita aos efeitos de ajuste a valor presente por ocasião de sua apropriação. b) Compromissos com a aquisição de terrenos: Compromissos foram assumidos pela Companhia para a compra de terrenos, cujo registro contábil ainda não foi efetuado em virtude de pendências a serem solucionadas pelos vendedores para que a escritura definitiva e a correspondente transferência da propriedade para a Companhia, suas controladas ou seus parceiros sejam efetivadas. Referidos compromissos totalizam R$1.101.197, (R$1.087.524 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$615.539 (R$683.604 em 31 de dezembro de 2021), se referem a permutas por unidades imobiliárias a serem construídas e R$471.699 (R$403.920 em 31 de dezembro de 2021) se referem à participação no recebimento da comercialização dos respectivos empreendimentos. 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS: A Administração da Companhia foca seus negócios na atividade de incorporação imobiliária. As informações são analisadas por meio de relatórios gerenciais internos por empreendimento imobiliário, sendo a tomada de decisão de alocação de recursos e sua avaliação pela Diretoria Executiva da Companhia, definindo seus segmentos entre empreendimentos de incorporação residencial e comercial vertical (Incorporação) e incorporação horizontal residencial (Condomínio de lotes/Urbanização). A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda da venda de imóveis. Os recursos captados na OPA tiveram como objetivo também a manutenção de caixa para capital de giro, que em sua maioria, ficam alocados na Companhia, holding do Grupo. Esse caixa está disponível para investimento em ambos os segmentos da Companhia. O desempenho dos segmentos operacionais da atividade de incorporação imobiliária, com base em uma mensuração do lucro bruto ajustado pelas despesas comerciais, encontra-se resumida a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Incorporação	Urbanização	Total
Receita bruta operacional	896.964	197.486	1.094.450
Deduções da receita bruta	(61.911)	(2.971)	(64.882)
Receita líquida operacional	835.053	194.515	1.029.568
Custo incorrido das vendas realizadas	(652.911)	(141.722)	(794.633)
Lucro bruto	182.142	52.793	234.935
Despesas Comerciais	(74.325)	(8.003)	(82.328)
Lucro bruto líquido de despesas comerciais	107.817	44.790	152.607
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021	**Incorporação**	**Urbanização**	**Total**
Receita bruta operacional	675.721	111.478	787.199
Deduções da receita bruta	(12.670)	(2.710)	(15.380)
Receita líquida operacional	663.051	108.768	771.819
Custo incorrido das vendas realizadas	(503.406)	(83.389)	(586.795)
Lucro bruto	159.645	25.379	185.024
Despesas Comerciais	(51.051)	(6.942)	(57.993)
Lucro bruto líquido de despesas comerciais	108.594	18.437	127.031

A seguir, a conciliação do lucro bruto da atividade de incorporação imobiliária ajustado pelas despesas comerciais com o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Lucro bruto das operações continuadas líquido das despesas comerciais e administrativas	152.607	127.031
Despesas administrativas	(54.145)	(47.821)
Resultado financeiro, líquidas	76.002	39.011
Provisões e outras despesas, líquidas	(25.713)	(18.282)
Imposto de renda e contribuição social	(23.158)	(13.580)
Lucro das operações continuadas	125.593	86.359

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo e do passivo conforme segue:

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Caixa disponível	147.267	188.591
Segmento Incorporação	1.785.247	1.536.658
Segmento Urbanização	368.607	226.161
Ativo total, conforme balanço patrimonial	2.301.121	1.951.410

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Segmento Incorporação	823.440	672.494
Segmento Urbanização	182.468	79.894
Passivo total, conforme balanço patrimonial	1.005.908	752.388

25. EVENTO SUBSEQUENTE: Em 11 de janeiro de 2023 foram pagos R$11.000.000,00 (onze milhões de reais) relativos a dividendos intercalares com base lucro apurado no balanço do 3º trimestre de 2022. Os dividendos foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de novembro de 2022.

Juliano Melnick - Presidente
José Carlos Wollenweber Filho - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Rafael Oliveira Santos - CRC/SP 289162/O-8
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - CRC2SP011609/O-8 - auditores independentes.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e à Diretoria da
Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. e suas Controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. e suas Controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Imobiliários - CVM.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Práticas contábeis aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da norma brasileira NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

A Companhia reconhece a receita com venda de imóveis durante a execução das obras como previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2.14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos utilizados pela Companhia envolvem o uso de estimativas para o cálculo da apropriação imobiliária, por exemplo, prever os custos a serem incorridos até o final das obras e medição da evolução destas por meio dos custos incorridos, para determinação do custo orçado e assim percentual de evolução da obra (POC). Consequentemente, o assunto foi foco de nossa auditoria devido ao risco de tais estimativas relacionadas ao custo orçado utilizarem pressupostos subjetivos que podem ou não se concretizar, bem como pela relevância dos valores envolvidos.

Desta forma, identificamos o processo e as atividades de controles desenhados e implementados pela Companhia e efetuamos procedimentos de auditoria, que incluem: (i) obtenção de estimativas do custo orçado aprovadas pelo Departamento de Engenharia e pelo Comitê estabelecido pela Companhia com tal propósito; (ii) projeções analíticas de custos orçados para os empreendimentos em construção no exercício, com base em informações históricas de custos efetivamente incorridos oriundos de empreendimentos já finalizados; (iii) testes, em base amostral, da documentação existente, com o objetivo de avaliar a razoabilidade e integridade das estimativas dos custos orçados aprovadas para os empreendimentos; (iv) testes, em base amostral, dos contratos e demais documentações existentes e do valor geral de vendas ("VGV"), contido no mapa de apropriação, base para a receita contabilizada no exercício; (v) revisões analíticas sobre as estimativas de custos incorridos e a incorrer; (vi) testes, em base amostral, da documentação suporte do custo incorrido; (vii) recalculo da receita com base no percentual de evolução das obras (POC); e (viii) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas ao ambiente de tecnologia e aos processos de reconhecimento de receita, que nos levaram a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas. Como resultado de nossos procedimentos de auditoria, ajustes que afetariam o reconhecimento da receita foram identificados e comunicados a administração da Companhia que, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, concluímos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 22 de março de 2022, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 219663/O-7

Deloitte.

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.467.115/0001-00

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D ("Companhia"), na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2022.

Porto Alegre, 29 de março de 2023

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CEEE DISTRIBUIÇÃO — GRUPO equatorial ENERGIA

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC